

49

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA

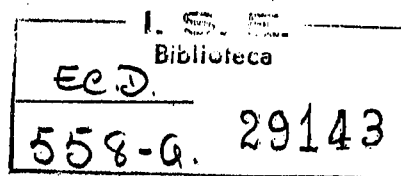
COORDENADAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

**elementos para a construção
de um modelo constitucional**

Dissertação de doutoramento em
Economia apresentada por
Carlos Alberto de Oliveira Garrido

MAIO DE 1981

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA



HC394.5.E44

G37

1981

RESERVADO

COORDENADAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

elementos para a construção
de um modelo constitucional

Dissertação de doutoramento em
Economia apresentada por
Carlos Alberto de Oliveira Garrido

MAIO DE 1981

Deposição: 41/5300/533/10 1981

ÍNDICE

	Pág.
RELAÇÃO DOS QUADROS APRESENTADOS	1
PREÂMBULO	3
I. CONDICIONANTES E POTENCIALIDADES DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS	5
1. Condicionantes internas	6
1.1. O quadro constitucional português	7
1.2. Estrutura sócio-económica	13
1.2.1. Estrutura da produção e da despesa	14
1.2.2. Estrutura do emprego, desemprego e duração do trabalho. Taxas de salário e de produtividade	22
1.2.3. Estrutura do valor	27
1.2.4. Estrutura de propriedade dos meios de produção	32
1.2.5. As possibilidades de crescimento económico - função dinâmica agregada	34
2. A C.E.E. como condicionante do desenvolvimento económico português	40
2.1. A questão da compatibilidade da adesão às Comunidades com a Constituição	41
2.2. A C.E.E. na divisão internacional do trabalho e o seu alargamento	45
2.3. A C.E.E. como condicionante da estrutura produtiva nacional	52
2.4. A C.E.E. como condicionante da estrutura do comércio externo português	62
II. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO PARA OS ANOS 80	65
1. Fluxograma das trocas entre os macroagentes	65

	Pág.
2. Planeamento e mercado	71
3. Os interesses específicos das formações económicas e o projec to nacional	77
4. Principais elementos da estratégia	84
III. FUNCIONAMENTO DO MODELO E PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS	90
1. Funcionamento do modelo	90
1.1. Funcionamento geral do modelo	90
1.2. Funcionamento do "Bloco produção"	95
1.3. Funcionamento do "Bloco preços"	110
1.4. Funcionamento do "Bloco repartição"	120
1.5. Funcionamento do "Bloco procura final"	123
2. Principais tendências do desenvolvimento económico português na década de 80	128
IV. Bibliografia consultada	136
V. Anexos	149
Anexo 1 - Correspondência entre a matriz (20 × 20) e a matriz (60 × 60)	149
Anexo 2 - Relação dos 60 Sectores da matriz (60 × 60)	152

RELAÇÃO DOS QUADROS APRESENTADOS



Pág.

Quadro 1 - Estrutura da produção e da despesa (1979)	17
Quadro 2 - Estrutura percentual da produção (1979)	18
Quadro 3 - Estrutura percentual das exportações (1979)	19
Quadro 4 - Balanças sectoriais (EX-IM) (1979)	20
Quadro 5 - Estrutura percentual da despesa (1979)	21
Quadro 6 - Pessoal ao serviço remunerado, duração do trabalho e volume de horas trabalhadas (1979)	23
Quadro 7 - Desemprego (volume), taxa de actividade e taxa de desemprego (1979)	24
Quadro 8 - Salários e produtividade (1979)	26
Quadro 9 - Repartição do valor (1979)	29
Quadro 10 - Composição orgânica do capital ($\frac{C}{V}$) e taxa de exploração ($\frac{m}{V}$) (1979)	30
Quadro 11 - Importância do Sector Público	33
Quadro 12 - Sector Transnacional (Ponderações dos atributos)	82
Quadro 13 - Taxas médias de crescimento anual da produção (1979/1989) ..	87
Quadro 14 - Agrupamento dos sectores da matriz em dois blocos	99
Quadro 15 - Localização das transnacionais	100
Quadro 16 - Distribuição da F.B.C.F. por blocos, em termos relativos (1979)	100
Quadro 17 - Valor dos parâmetros do 'Bloco A'	104
Quadro 18 - Valor dos parâmetros do 'Bloco B'	107
Quadro 19 - Valor dos parâmetros do 'Bloco T'	110
Quadro 20 - Elasticidades - rendimento do consumo privado	126

Quadro 21 - Crescimento médio anual da produção nas principais formações económicas	130
Quadro 22 - Percentagem de cada bloco na F.B.C.F.	131
Quadro 23 - Taxas de variação anual da procura de força de trabalho (1979/89)	132
Quadro 24 - Projectão da população activa, por componentes	134

Preâmbulo

Esta dissertação tem por objectivo traçar as primeiras coordenadas para o desenvolvimento económico português na década de 80.

Com esta finalidade, são analisadas, na I Parte, as condicionantes internas e externas a esse desenvolvimento, as quais, por um lado, constituem as possibilidades de desenvolvimento e, por outro, sobretudo no que concerne a actual Constituição, representam a afirmação de um sentido geral do desenvolvimento.

O quadro constitucional português e a estrutura sócio-económica são as condicionantes internas analisadas, sendo a CEE apresentada como condicionante externa do desenvolvimento económico português.

Dadas as condicionantes, é esboçada na II Parte a "estratégia necessária", que resulta das vontades particulares de desenvolvimento manifestadas pelas forças em presença, vontades estas que representam interesses harmonizáveis entre si.

Como suporte técnico da Constituição foi esboçado um modelo de desenvolvimento que pretende traduzir o modelo subjacente à actual lei fundamental.

Finalmente, na III Parte, são apresentadas as principais tendências de desenvolvimento na década de 80, como resultado do funcionamento de um modelo que sintetiza as restrições de ordem interna e externa e os princípios de racionalidade económica dos macroagentes.

Os dados estatísticos e demais informações de diversa ordem aqui utilizados reportam-se a Julho de 1980.

Para a elaboração desta dissertação foram bastante importantes alguns contactos que tive com diversas pessoas e instituições.

Quando em Maio de 1978 Celso Furtado me animou a continuar este estudo e a fazer o doutoramento em Portugal, como era minha intenção, compreendi que tinha tomado uma opção exequível.

Em Agosto desse ano o encontro com Janos Kornai foi decisivo, já que me encorajou a limitar mais o objecto de análise.

Quero agradecer, sobretudo, ao Prof. Eduardo de Sousa Ferreira não só pelas horas que o trabalho de orientação da minha tese retirou às suas actividades, bem como por toda a ajuda paciente que me prestou.

O Instituto Nacional de Investigação Científica, ao atribuir-me a equiparação a bolseiro, contribuiu decisivamente para que este trabalho se tornasse possível.

Para o Prof. Luis Leite de Vasconcelos vão também os meus agradecimentos pelas críticas e sugestões que formulou.

O Prof. Dias Coelho, da Faculdade de Ciências de Lisboa, ao orientar as minhas leituras relativas à programação multi-objectivos e à programação não-linear, prestou-me uma grande ajuda, poupando-me muitas horas de pesquisa e leitura.

O eficiente trabalho de dactilografia desta dissertação e a tiragem do número de exemplares requerido deve-se ao brio profissional que o Sr. Duarte e a D. Rosalina sempre têm demonstrado em inúmeros trabalhos que lhes conheço.

À Gabriela estou grato pela dactilografia do primeiro manuscrito.

Lisboa, Maio de 1981

I. CONDICIONANTES E POTENCIALIDADES DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

Ao iniciar-se a década de 80, num período em que a economia mundial se continua a debater com uma prolongada crise geral, é necessário equacionar quais são as possibilidades reais de desenvolvimento económico do nosso país.

Não se trata de fazer previsões macroeconómicas, no sentido de extrapolação de uma tendência, embora a inércia de um sistema económico tenha que estar presente nesta análise, mas sim de medir e sistematizar as potencialidades de desenvolvimento e suas condicionantes, com vista a uma acção consciente sobre a realidade.

Uma correcta análise das condicionantes internas e externas do desenvolvimento económico português permite, por si, explicitar grande parte das possibilidades de desenvolvimento, e eliminar certas variantes que de antemão se afigurem irrealistas.

A década de 80, com todas as suas interrogações e tendências, representa um desafio para Portugal. Na realidade ou conseguimos obter um consenso à volta dos interesses comuns, ou o desequilíbrio estrutural se agravará, o que nos colocará numa situação imprevisível na alvorada do século XXI.

Mas uma das condições necessárias para que esse consenso se realize é a clarificação dessa harmonização. Daí a importância da construção de um suporte técnico para a Constituição de 1976.

Esse suporte técnico, ainda inexistente, e que é aqui apresentado em esboço, consiste num modelo de desenvolvimento, devidamente quantificado, que seja um espaço de representação das relações de produção emergentes das formas de propriedade constitucionais⁽¹⁾.

(1) BETTELHEIM (1970 ; pp. 51-100), numa perspectiva teórica, apresenta uma análise bastante interessante e fecunda relativamente à ligação entre as formas de propriedade e o cálculo económico.

A primeira fase, na construção de tal modelo, consiste necessariamente na interpretação dos preceitos constitucionais relativos à Organização Económica, porque a Constituição da República Portuguesa de 1976 representa a principal condicionante à estratégia de desenvolvimento. As fases seguintes serão a pesquisa e sistematização das restantes condicionantes internas e externas e, finalmente, a modelização do suporte técnico.

1. Condicionantes internas

O modelo de desenvolvimento para os anos 80, cujas linhas gerais são apresentadas nesta dissertação, por um lado, é concebido como um modelo de decisão, ao considerar as forças actuates sobre o sistema, quer sob a forma de condicionantes, quer sob a forma de participantes na tomada da decisão social e representa uma estratégia de actuação, não sendo meramente descritivo; por outro lado, assenta numa perspectiva de desenvolvimento das forças produtivas nacionais, consubstanciada numa estratégia inspirada numa concepção teórica de desenvolvimento autocentrado.

O natural afastamento do modelo relativamente a essa concepção teórica é tanto maior quanto mais restritivas forem as condicionantes internas e externas.

Dado este enfoque, compreende-se a importância das condicionantes internas no funcionamento geral do modelo⁽¹⁾.

Um primeiro tipo de condicionantes internas é determinado pela própria Constituição de 1976. A arrumação⁽²⁾ estrutural, ao nível sócio-económico,

(1) Nomeadamente, certas condicionantes são apresentadas na III Parte da dissertação como restrições de programas matemáticos.

(2) A actual arrumação estrutural reflecte uma situação de desequilíbrio. FURTADO (1974; CAP. III) utiliza a ideia de desequilíbrio estrutural, sobretudo, no sentido de uma não correspondência entre os padrões da despesa global (nomeadamente o consumo) e o grau de desenvolvimento das forças produtivas.

é o segundo tipo de condicionantes internas considerado na dissertação.

1.1. O quadro constitucional português

A actual lei fundamental cria uma situação nova em Portugal. O modelo de desenvolvimento económico e social "necessário" tem por suporte a multiplicidade estrutural aí consubstanciada - "necessário" no sentido de modelo requirido, tradutor do compromisso entre as várias forças actuates, internas e externas, o qual está subjacente à Constituição.

Isto implica que o modelo aqui esboçado, ao ser concebido dentro dos parâmetros da actual Constituição, de que é seu suporte técnico, pode ser qualificado de modelo constitucional.

Importa aqui referir e interpretar os preceitos constitucionais ⁽¹⁾ que condicionam ⁽²⁾ o modelo de desenvolvimento português.

Assim, e segundo a ordenação da Constituição, serão analisados, sucessivamente os temas:

- a) fundamento da organização económico-social;
- b) incumbências prioritárias do Estado;
- c) movimento cooperativo;
- d) papel da iniciativa privada;
- e) actividade económica e investimentos estrangeiros;
- f) estrutura da propriedade dos meios de produção e relações de produção.

O fundamento da organização económico-social (artº 80º da C.R.P.)⁽³⁾, com base no "desenvolvimento das relações de produção socialistas" através da

(1) Parte-se da hipótese que, apesar sua futura revisão, as linhas mestras da Constituição de 1976 permanecerão as mesmas.

(2) Sob o ponto de vista técnico a Constituição, a qual representa uma vontade política, é tratada como uma condicionante ao modelo aqui apresentado.

(3) Constituição da República Portuguesa.

"apropriação colectiva dos principais meios de produção" e o "exercício do poder democrático das classes trabalhadoras" é o princípio orientador de tal modelo. A partir deste princípio, muitos tipos de modelos podem ser excluídos à partida.

A intenção de "desenvolver as relações de produção socialistas" é incompatível com um figurino de capitalismo conservador o que não significa necessariamente que seja compatível, sem mais, com a social-democracia⁽¹⁾.

A "apropriação colectiva dos principais meios de produção", por um lado, é inconsistente com qualquer forma de capitalismo liberal, dado o empolamento da função Estado, e, por outro, com um tipo de socialismo altamente centralizado.

O "exercício do poder democrático das classes trabalhadoras" consignado na Constituição tem um sentido mais amplo do que uma mera consideração de determinadas classes de vanguarda tais como o operariado e o campesinato. Este princípio, opondo-se implicitamente ao princípio do exercício do poder por uma elite revolucionária, vem também consagrar o trabalho sob o ponto de vista ético e com base de valor económico e social. Este último aspecto é muito importante no que concerne o planeamento da actividade económica.

No que respeita às incumbências prioritárias do Estado (artº 81º da C.R.P.), conquanto também tenham um conteúdo genérico, visam corrigir certos desequilíbrios existentes, tais como as desigualdades regionais e sectoriais e reconhecem a necessidade de determinadas transformações estruturais, como a reforma agrária e a criação de estruturas de planeamento.

Na generalidade, o artº 81º propõe uma acção. E esse tipo de actuação não se enquadra na tipologia do capitalismo conservador e liberal.

(1) Serão necessários mais elementos caracterizadores para se poder concluir sobre a feição social-democrata da actual lei fundamental.

Sobre a importância atribuída ao movimento cooperativo, frise-se que o fomento de criação de cooperativas (artº 84º da C.R.P.) não é fundamental no delineamento do modelo, dado não lhe ser atribuído um papel central na Organização Económica, como teria no figurino do socialismo autogestionário.

Analisando agora o papel reservado à iniciativa privada, tenha-se presente que o nº 1 do artº 85º da C.R.P. se refere à iniciativa privada nestes termos: "Nos quadros definidos pela Constituição, pela lei e pelo Plano pode exercer-se livremente a iniciativa económica privada enquanto instrumento do progresso colectivo".

Está bem clara neste preceito constitucional a subordinação da iniciativa privada ao interesse colectivo. O plano deverá ser tradutor desse interesse colectivo, desempenhando um papel importante na clarificação e harmonização de interesses.

Nestes termos, o modelo esboçado na III Parte da dissertação, sendo um suporte técnico da Constituição, deverá ter uma estrutura que contemple esta subordinação. E essa hierarquização de interesses traduz-se na ordem da resolução dos programas lineares⁽¹⁾ do sector produtivo. Dada a estratégia a seguir, é escolhida uma função objectivo, a optimizar, para o Sector Público, e são fixadas as restrições, as quais dependem dos objectivos consignados no Plano e que deverão representar o sentido do "progresso colectivo" (determinação da produção do Sector Público).

Mas o nº 1 do artº 85 da C.R.P. também significa que a iniciativa privada se pode exercer livremente, desde que a sua função objectivo seja optimizada, sujeita às restrições emanantes da prossecução do interesse colectivo (determinação da produção do Sector Privado). Isto significa que a determina

(1) Para a determinação da produção, a cada macroagente está associado um programa linear (vide 1º capítulo da III Parte).

ção da produção do Sector Privado é precedida da determinação da produção do Sector Público. Não é este o capítulo indicado para o aprofundamento da problemática do equilíbrio "ex-ante" no contexto de um planeamento vinculativo para o Sector Público e indicativo para o Sector Privado.

Interessa aqui, sobretudo, focar que a Constituição da República Portuguesa de 1976 constitui uma condicionante interna básica ao modelo de desenvolvimento económico português na década de 80. Nomeadamente, que a Constituição prevê a harmonização do interesse colectivo e que essa harmonização se pode traduzir num Plano democraticamente elaborado, e num sistema de programas matemáticos que traduzam a racionalidade da decisão dos Sectores Público e Privado.

É importante também, nesta caracterização, examinar o modo como a actual lei fundamental trata os investimentos estrangeiros. A actividade económica e investimentos estrangeiros (artº 86º da C.R.P.) são aceites desde que contribuam "para o desenvolvimento do país, de acordo com o Plano". Este artigo admite a compatibilidade deste tipo de investimentos com a "independência nacional e os interesses dos trabalhadores". O modelo constitucional esboçado na III Parte considera uma determinada evolução dos investimentos estrangeiros em Portugal e uma função objectivo a optimizar, tendo em conta as restrições constitucionais e técnicas.

O pano de fundo sobre o qual assenta a actividade económica e se desenvolvem as relações de produção é a estrutura de propriedade dos meios de produção (Título II da Parte II da C.R.P.): O modelo, que se pretende esboçar, dada a divisão constitucional dos sectores de propriedade dos meios de produção, deverá traduzir uma estrutura conforme a esta condicionante interna (artº 89º da C.R.P.). Como será referido na II Parte, cada formação económica utiliza um "modo de gestão" específico. E esses princípios de racionalidade económica de

correm da diversidade da estrutura de propriedade dos meios de produção prevista na Constituição (Sector Público, Sector Cooperativo e Sector Privado).

Na Constituição é reconhecido o anquilosamento das estruturas fundiárias e a necessidade de as transformar "pela transferência da posse útil da terra e dos meios de produção directamente utilizados na sua exploração para aqueles que a trabalham, como primeiro passo para a criação de novas relações de produção na agricultura (artº 96º a) da C.R.P.). Isto significa que é necessário suprimir as formas de exploração pré-capitalistas.

O aumento da "produção e (da) produtividade da agricultura, dotando-a das infraestruturas e dos meios humanos, técnicos e financeiros adequados, tendentes a assegurar o melhor abastecimento do país, bem como o incremento da exportação" (artº 96º b) da C.R.P.), como princípio orientador de uma estratégia de desenvolvimento económico, é incompatível, por exemplo, com um modelo de desenvolvimento baseado na produção de determinadas manufacturas para exportação e no fomento do turismo, promovendo uma importação maciça de produtos agrícolas para a alimentação da população⁽¹⁾. Isto significa também que será necessário canalizar fundos de investimentos para este sector e prende-se também com a questão da origem do financiamento. Deve ter-se presente que, por um lado, são geralmente pesados os investimentos em infra-estruturas agrícolas e, por outro, a capacidade interna de libertação de fundos de investimento é modesta relativamente ao montante elevado que será requerido. E ainda relativamente à carência de infra-estruturas agrícolas, põe-se o problema de se saber se as instituições de investimento internacionais estarão interessadas em financiar um modelo do tipo apresentado nesta dissertação.

LOBÃO, SILVA e ESTÁCIO (1979) referem-se à necessidade de se definir áreas para investimento prioritário buscando "o apoio financeiro das institui

(1) Esta caracterização, levada ao extremo, traduziria uma situação que FURTADO (1974; CAP.II) designa por modelo de Hong-Kong.

ções comunitárias: Banco Europeu de Investimentos, FEOGA, Fundo Regional e Fundo Social⁽¹⁾.

No que concerne as relações inter-sectoriais e inter-regionais, frise-se que, para que as desigualdades existentes entre os que "trabalham na agricultura" e os "demais trabalhadores" sejam atenuadas e as "relações de troca com os outros sectores" (artº 96º c) da C.R.P.) não sejam desfavoráveis à agricultura, o modelo de desenvolvimento, para além dos aspectos ligados às necessidades de financiamento das infra-estruturas fundiárias, deverá comportar uma política de rendimentos e preços adequada. Nestes termos, a Constituição, na sua "facti specie", opõe-se a um modelo de crescimento económico que agrave as desigualdades sectoriais e regionais.

Mencionou-se atrás que a Constituição aponta para a supressão das formas pré-capitalistas de exploração da terra, preconizando uma transferência da posse útil da terra e dos meios de produção para aqueles que a trabalham. O artº 96º c) aponta para esta orientação pela via negativa. O sistema consagrado na Constituição só se torna patente pela análise dos artigos 97º e 98º. A "expropriação dos latifúndios e das grandes explorações capitalistas" (artº 97º 1, da C.R.P.) é a forma de transferência da posse útil da terra e dos meios de produção.

Os "pequenos agricultores", as "cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou (a) outras unidades de exploração colectiva por trabalhadores" (nº 2 do artº 97º da C.R.P.) serão os beneficiários dessas transferências. Este articulado consagra uma diversidade das estruturas de propriedade da terra. O artº 98º da C.R.P. preconiza "um adequado redimensionamento" dos minifúndios, apontando para um emparcelamento do minifúndio, enquanto que

(1) Ainda nesta I Parte será analisado o tema: "A CEE como condicionante do desenvolvimento económico português". Contudo é aqui oportuno referir que poderão, actualmente surgir dificuldades desde que aquelas instituições não estejam dispostas a financiar um modelo do tipo referido.

o artigo anterior prevê o parcelamento do latifúndio. Delinea-se, assim, um sistema caracterizado pela posse útil da terra por parte de quem a trabalha, coexistindo diversas formas de exploração da terra com áreas mais aproximadas. Esta última característica tem implicações positivas no que concerne a eficiência na exploração da terra.

Da caracterização da organização económico-social que acabou de ser feita, bem como de outros atributos constitucionais respeitantes aos direitos e deveres fundamentais e à organização do poder político, ressalta o carácter social-democrata⁽¹⁾ da Constituição que aponta para uma harmonização de interesses⁽²⁾. Esta harmonização será traduzida num sistema de planos económicos, em cuja elaboração participam os diversos parceiros sociais. Na realidade, a Constituição, como condicionante interna do modelo de desenvolvimento económico português, é incompatível de modo directo com a privilegiação exclusiva de interesses económicos particulares, muito embora o funcionamento do modelo leve a conflitos que terão que ser harmonizados, sendo de reconhecer que há forças de desagregadoras do modelo bastante poderosas.

1.2. Estrutura sócio-económica

No ponto anterior foi referido o primeiro tipo de condicionantes internas ao desenvolvimento económico português na década de 80 - a Constituição da República Portuguesa de 1976.

O estado de desenvolvimento das forças produtivas constitui a segunda ordem de condicionantes internas considerada. Assim, é necessário caracterizar a estrutura sócio-económica portuguesa.

-
- (1) No capítulo 2.1 desta I Parte é referida a posição do constitucionalista Jorge Miranda, que considera a Constituição da República Portuguesa como a constituição própria de um Estado Social de Direito, realçando o significado da precedência dos direitos fundamentais sobre a organização económica.
- (2) Os meios para atingir o socialismo são, segundo a Constituição de 1976, democráticos assentando na liberdade política e no sufrágio. Além disso, refira-se o seu carácter interclassista, o qual é próprio à social-democracia contemporânea.

O grau de desenvolvimento apresenta uma inércia tanto maior quanto menor fôr o prazo de transformação estrutural. A platicidade das estruturas e conômicas, considerando um horizonte de 10 anos (a década de 80), é geralmente moderada. Há estruturas relativamente rígidas, como as fundiárias, enquanto que outras são tradicionalmente mais plásticas, como é o caso da indústria moder
na.

Dá-se aqui especial relevo à necessidade de desenvolver as formas or
ganizativas, nomeadamente as estruturas de planeamento, que são relativamente flexíveis num período de 10 anos.

1.2.1. Estrutura da produção e da despesa

Para ano base escolheu-se o ano de 1979⁽¹⁾. A necessidade de fixar um ano base é devida a dois motivos. Em primeiro lugar, é necessário caracteri
zar a estrutura sócio-económica portuguesa no início da década de 80. Em segun
do lugar, é desenvolvido na III Parte da dissertação um modelo estrutural que simula o comportamento dos macroagentes ao longo dos anos 80. Para o modelo "caminhar" foi necessário, previamente, escolher um ano base e, seguidamente, reunir informação dispersa, torná-la coerente entre si, e, finalmente, carac
terizar o ano base.

A informação mais recente que se conhecia, devidamente compatibi
lizada e em termos matriciais, referia-se ao ano de 1974 (vidé G.E.B.E.I.(1978)). Dispunha-se, assim, de um sistema de matrizes (60×60), do tipo de Leontief. Contudo, foi necessária agregar estas matrizes em matrizes (20×20), na medida em que o manejo de um sistema de matrizes (60×60) e o seu subsequente trata

(1) Houve a preocupação de tomar por ano base o ano mais recente que fosse pos
sível. O usual atraso na publicação das estatísticas oficiais obrigou a uma pesquisa em fontes dispersas de indicadores referentes às grandezas que era necessário medir. Conforme se mencionou no Preâmbulo, a informação aqui utilizada reporta-se a Julho de 1980.

mento informático é pesado e oneroso, sendo trabalho de equipa a desenvolver a longo prazo.

Os 20 sectores considerados foram os seguintes:

01. Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca
02. Extractivas
03. Alimentação, bebidas e tabacos
04. Têxteis
05. Vestuário, calçado e curtumes
06. Madeira e cortiça
07. Pasta e papel
08. Químicas
09. Derivados do petróleo e do carvão
10. Produtos minerais não metálicos
11. Metalúrgica de base
12. Produtos metálicos, máquinas e material de transporte
13. Construção e reparação naval
14. Transformadoras diversas
15. Electricidade, gás e água
16. Construção civil e obras públicas
17. Comércio
18. Transportes e comunicações
19. Outros serviços
20. Governo

A correspondência entre estes 20 sectores e a matriz (60 60) é apresentada em anexo⁽¹⁾.

(1) A tabela indicativa da correspondência entre as duas desagregações foi cedida pelo G.E.B.E.I..

No Quadro 1, expõem-se dados que traduzem a estrutura da produção e da despesa relativa a 1979. Os valores da matriz foram calculados, aplicando à matriz de 1974 um conjunto de indicadores, directos ou indirectos, cujas observações referentes a 1974 e 1979 eram conhecidas.

Quadro 1
ESTRUTURA DA PRODUÇÃO E DE DESPESA
(1979)

Unidades: milhões de contos a preços de 1974

SECTOR	X	CI	D	C	G	IB	EX	IM
1	57.2	59.7	- 2.5	32.1	2.1	0	5.3	- 42.0
2	2.0	18.6	- 16.6	0.	0.04	0	1.4	- 18.04
3	77.5	18.6	58.9	43.822	0	0	21.0	- 5.922
4	25.9	26.5	- 0.6	4.2	0	0.104	9.2	- 14.104
5	41.5	3.1	38.4	15.5	0	6.0	19.6	- 2.7
6	14.8	6.1	8.7	3.4	0	- 1.5	7.9	- 1.1
7	10.6	7.4	3.2	0.4	0	0	3.5	- 0.7
8	30.4	23.2	7.2	7.5	0	3.0	4.6	- 7.9
9	17.1	10.5	6.6	5.9	0.01	0	2.07	- 1.38
10	13.8	10.8	3.0	1.8	0	1.7	1.0	- 1.5
11	10.7	20.5	- 9.8	0.1	0	- 1.8	1.2	- 9.3
12	58.6	20.6	38.0	36.8	0.3	37.1	9.9	- 46.1
13	5.4	0.2	5.2	0.2	0.01	1.59	4.3	- 0.9
14	19.1	8.3	10.8	13.2	0.03	1.32	2.0	- 5.75
15	12.4	7.8	4.6	2.7	0.1	1.8	0.	0
16	55.9	1.9	54.0	0	0.152	53.848	0	0
17	63.9	24.4	39.5	10.9	1.0	26.6	1	0
18	26.8	3.7	23.1	24.1	3.2	0	6.9	- 11.10
19	81.5	15.5	66.0	20.0	28.3	0.12	18.9	- 1.32
20	20.0	0	20.0	0	20.0	0	0	0
Totais	645.1	287.4	357.7	222.622	55.242	129.882	119.77	- 169.816

Fonte: Matriz composta a partir de indicadores directos ou indirectos publicados pelo I.N.E. e pelo C.E.P. (Centro de Estudos de Planeamento)

Simbologia

X	Produção
CI	Consumo intermédio
D	Despesa
C	Consumo privado
G	Gastos do Estado
IB	Investimento bruto (= Formação bruta de capital fixo mais variação de existência)
EX	Exportações
IM	Importações

Na análise do Quadro 1 há que distinguir, por um lado, a estrutura da produção e, por outro, a estrutura da despesa, a fim de se iniciar a caracterização da estrutura sócio-económica portuguesa no ano base.

Quanto à estrutura da produção, importa analisar o peso relativo dos sectores, de modo a serem detectados os que apresentam uma maior participação na produção total. O Quadro 2 apresenta a estrutura percentual da produção, relativamente a 1979.

Quadro 2

Estrutura percentual da produção
(1979)

Sectores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
(%)	8.9	0.3	12.0	4.0	6.4	2.3	1.6	4.7	2.7	2.1	1.7	9.1	0.8	3.0	1.9	8.7	9.9	4.2	12.7	3.1

Nota-se que os sectores referentes à indústria tradicional (sectores 3, 4 e 5) têm um peso relativo considerável, verificando-se também que o sector 1 (agricultura, silvicultura, pecuária e pesca) ainda representa uma parcela importante da produção nacional, sendo de notar que integra actividades eco

nômicas estruturalmente atrasadas e de baixa produtividade média. Por outro lado, as indústrias de base e modernas, bem como os serviços e a construção e obras públicas têm já um peso significativo.

O Quadro 1 fornece também alguma informação sobre a estrutura do comércio externo. A partir deste quadro foi construído o Quadro 3, o qual apresenta a estrutura percentual das exportações⁽¹⁾.

Quadro 3

Estrutura percentual das exportações
(1979)

Sectores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
(%)	4.4	1.2	17.5	7.7	16.4	6.6	2.9	3.8	1.7	0.8	1.0	8.3	3.6	1.7	0	0	0.8	5.8	15.8	0

É bem patente a importância dos sectores tradicionais nas exportações portuguesas, verificando-se que os valores das exportações nos sectores 3 a 6 representa entre 27% e 53% da produção bruta do respectivo sector. Isto significa que estes sectores são essencialmente dependentes da procura do exterior⁽²⁾. Em larga medida, em muitos sectores, a produção é função das exportações e não o inverso, o que evidencia a importância de uma política de conquista de mercados externos e de manutenção dos já existentes⁽³⁾.

(1) Relativamente à evolução das importações consulte-se, por exemplo, a publicação do CEP (BENTO, GARRIDO e MIRANDA(1981)).

(2) Dada esta dependência, conhecidos um indicador da procura do exterior e outro da competitividade das exportações portuguesas, conseguem-se razoáveis previsões conjunturais das exportações portuguesas (vide BENTO, GARRIDO e MIRANDA (1979)).

(3) A isto acrescente-se o facto de no modelo apresentado na III Parte, as exportações ("exportações necessárias"), calculadas como um resíduo, desempenharem um papel importante no equilíbrio entre a oferta e a procura globais.

O Quadro 4 apresenta as balanças externas sectoriais relativas a 1979. Analisando estas balanças, verifica-se que existe uma dependência do exterior em quase todos os sectores.

Quadro 4

Balanças sectoriais (EX - IM)
(1979)

Unidade: milhões de contos a preços de 1974

Sectores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
(Z)	-36.7	-16.6	+15.1	-4.9	+16.9	+6.8	+2.8	-3.3	-0.7	-0.5	-8.4	-36.2	+3.4	-3.8	0	0	+1.0	-4.2	+17.6	0

O acentuado desequilíbrio da balança do sector "Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca" traduz a dependência alimentar que é uma característica estrutural da nossa economia.

O déficit elevado nos sectores "Produtos metálicos, máquinas e material de transporte" patenteia a nossa dependência de tecnologia e de meios de equipamento produzidos no estrangeiro.

Estas estruturas produtivas não podem ser alteradas substancialmente a curto e médio prazo. Representam as condições iniciais⁽¹⁾ do modelo de desenvolvimento, apresentando o sistema económico uma inércia determinada por estas condições de partida.

As condições iniciais serão modificadas, a longo prazo, em função do progresso tecnológico e dos objectivos de política económica, nomeadamente através do desenvolvimento das estruturas de planeamento.

Desde que estejam bem clarificados os traços gerais do trajecto a percorrer, o planeamento, como instrumento de harmonização de interesses, per

(1) Dadas as condições iniciais, os parâmetros e os critérios de racionalidade económica, o modelo de desenvolvimento "caminha" do ano base (1979) até ao fim do horizonte de planeamento (1989).

mite libertar uma "poupança oculta"⁽¹⁾, provocando aumentos de produtividade a que não estão associados obrigatoriamente onerosos financiamentos. A este factor chama KALECKI (1970; pp. 17-18) coeficiente u , (progresso na utilização dos equipamentos, organização da produção e da planificação, etc.).

Como nota final, compare-se a estrutura da despesa, com base no Quadro 1, com a estrutura da despesa apresentada nas Grandes Opções do Plano para 1980; verifica-se que as diferenças não são significativas, se se tomar em consideração a diversidade das fontes e dos métodos de cálculo. Tenha-se presente que o Quadro 1 é uma projecção da matriz de 1974. Ora, é do conhecimento geral que as Contas Nacionais publicadas pelo I.N.E. sub-avaliam o investimento bruto e sobre-avaliam o consumo, relativamente às matrizes do tipo de Lantier que têm sido elaboradas para a economia portuguesa. Assim as diferenças na estimação do consumo e do investimento bruto que o Quadro 5 apresenta são o reflexo de diferentes metodologias de cálculo.

Quadro 5

Estrutura percentual da despesa (1979)

Fontes:	C	G	IB	EX	IM
Referente ao Quadro 1	62%	15%	36%	33%	47%
G.O.P. (2)	73%	15%	22%	25%	35%

(1) Fala-se em "poupança oculta" no sentido de no ano base ainda não se utilizarem as potencialidades do planeamento que a Constituição de 1976 prevê, nomeadamente no que concerne o Sector Empresarial de Estado que carece de uma gestão integrada.

(2) Grandes Opções do Plano para 1980.

1.2.2. Estrutura do emprego, desemprego e duração do trabalho. Taxas de salário e de produtividade

A estrutura do emprego é outra condicionante interna do modelo de desenvolvimento português, tratando-se, nas condições sócio-económicas portuguesas, de uma estrutura ainda menos plástica do que a estrutura da produção⁽¹⁾. A esta estrutura do emprego está associada uma estrutura de qualificação profissional e escolar, atributos este dificilmente alteráveis a curto e médio prazos.

Só a longo prazo, consoante a difusão do progresso tecnológico e o sentido da re-arrumação da estrutura produtiva, é que a estrutura do emprego se irá alterando.

O Quadro 6, que apresenta a estrutura do emprego⁽²⁾ em 1979, para além de fornecer uma informação acerca das condições iniciais do emprego, serve de "input" para o cálculo dos preços de produção em termos de valor que é feito na III Parte da dissertação.

A força de trabalho que, segundo este Quadro, em 1979 se cifrou em mais de 5,5 biliões de horas/trabalhador, é a energia que alimentará o processo de desenvolvimento económico português - é a base do valor social.

Embora se siga aqui uma teoria de valor objectiva, com base no valor trabalho, a concepção subjacente nesta análise afasta-se de Marx na medida em que se considera no cômputo do valor social também a produção imaterial. Na realidade, tanto a produção material como a imaterial contêm valor, não sendo as

(1) A análise de séries cronológicas retrospectivas da economia portuguesa permite constatar esse facto (BENTO, DIAS, FERREIRA e GARRIDO (1977)).

(2) As estimativas da duração média do trabalho foram obtidas a partir dos boletins mensais das estimativas industriais (I.N.E.), tendo algumas lacunas de informação sido preenchidas por métodos heurísticos. Os dados relativos ao "pessoal ao serviço remunerado" foram cedidos pelo Gabinete de Planeamento do Ministério do Trabalho.

Quadro 6
Estrutura do emprego
(1979)

	Pessoal ao serviço remun- erado (milhares)	Duração do traba- lho (trabalhador/ano) (horas)	Total de horas trabalhadas (milhares h)
1	308.6	2 547	785 950
2	15.0	685	10 272
3	82.8	1 285	106 357
4	139.3	1 155	160 949
5	81.8	1 695	138 621
6	73.3	452	33 136
7	15.9	2 385	37 929
8	44.2	2 018	89 194
9	5.9	753	4 443
10	54.2	1 440	78 025
11	23.5	483	11 362
12	144.4	2 385	344 464
13	26.3	1 937	50 936
14	45.3	2 385	108 063
15	23.6	735	17 345
16	227.8	2 318	527 973
17	311.8	2 190	682 828
18	161.1	2 503	403 202
19	545.8	2 346	1 280 655
20	342.8	1 903	652 408
Totais	2 673.4		5 524 112

dificuldades de ordem técnica que se põem ao seu cálculo argumento suficiente para a considerar como improdutiva.

Uma questão que se põe, é a de se saber se determinada actividade deve ser considerada como "produção imaterial" ou como "exploração da força de trabalho", quer directamente, quer indirectamente através dos mecanismos de redistribuição da mais-valia.

E a resposta, sendo de ordem pragmática, assenta numa base ética. Toda a força de trabalho vendida com a finalidade de se desenvolver uma actividade económica fixada no plano contribui quer para a produção material, quer imaterial. O plano, por hipótese elaborado em moldes democráticos, arbitra relativamente à utilidade social das actividades eventualmente produtivas.

Há elementos de utilitarismo nesta concepção, que é de base objectiva. Este duplo carácter da concepção de valor não se verifica só neste contexto, porquanto, actualmente, em termos de análise económica as dicotomias tendem a atenuar-se, como BRÖDY (1970; pp. 7-10; 50-67) refere, a propósito da convergência dos modelos macroeconómicos, e RAPAZ (1978) defende acerca da nova síntese das teorias monetárias, entre monetaristas e neo-keynesianos.

A estrutura sectorial do desemprego e as qualificações profissionais da população desempregada condicionam os novos projectos de investimento (KALDOR, MIRRLEES (1974)). Por exemplo a dimensão do desemprego limita a utilização de técnicas "labour-saving" nos novos projectos - quanto maior for a taxa de desemprego menos aconselhável será a generalização deste tipo de técnicas.

Quadro 7

Desemprego (1979)

Desemprego	343 milhares
Taxa de actividade %	40.8
Taxa de desemprego %	8.3

Fonte: "Inquérito permanente ao Emprego", I.N.E.
(valores relativos ao 1º semestre).

Relativamente a Portugal, o Quadro 7 expressa uma elevada taxa de desemprego referente a 1979, a qual é um elemento condicionante do modelo de desenvolvimento a ser seguido na década de 80.

No que concerne a estrutura sectorial da taxa de salário/hora, em 1979 havia grandes disparidades sectoriais, que geralmente estão associadas a diferentes taxas de produtividade média sectoriais. As taxas de salário/hora são mais elevadas nos sectores "derivados do petróleo e do carvão", "electricidade, gás e água" e "metalúrgica de base" e mais baixas nos sectores "outros serviços", "agricultura, silvicultura, pecuária e pescas", "construção civil e obras públicas" e "vestuário, calçado e curtumes".

No Quadro 8 são representadas as taxas horárias de salário, os factores de conversão de trabalho complexo em trabalho simples, a distribuição sectorial do trabalho simples e as taxas de produtividade médias sectoriais normalizadas (em termos de trabalho simples).

ABDEL - FADIL, (1975; pp. 147-148) divulga uma regra prática para a conversão do trabalho complexo em trabalho simples, a qual foi utilizada na construção do Quadro 8. Parte-se da hipótese de que, tendencialmente, as diferenças salariais são devidas a diferenças no grau de complexidade da força de trabalho. Na prática é muito difícil contabilizar os diferentes custos de reprodução da força de trabalho de diferentes qualificações, pelo que, mesmo em países dispondo de um sistema estatístico mais completo do que o nosso para este tipo de análise, se efectua para fins de planeamento este tipo de simplificações.

Teoricamente, é bastante importante que a contabilização do tempo de trabalho social gasto na produção e a conversão de trabalho complexo em trabalho simples sejam correctas⁽¹⁾. Esta exigência teórica está implícita em DOBB (1973; pp. 137-165), o qual considera que a teoria dos salários em Marx pode também ser encarada como uma teoria de "oferta-preço"⁽²⁾, no sentido em que a

(1) SRAFFA (1960; p. 10) na dedução do sistema de equações que representam as condições de produção, parte da hipótese de que o problema da passagem de trabalho complexo a trabalho simples foi previamente resolvido.

(2) No original "'supply-price' theory of wages".

Quadro 8
Salários e produtividade
(1979)

Preços de 1974

	Wi/Hi	\tilde{B}	Tj	tj
1	0.1 692	1.298	1.020 163	0.018
2	0.3 894	2.986	0.030 672	0.015
3	0.3 008	2.307	0.245 366	0.003
4	0.2 858	2.192	0.352 800	0.014
5	0.1 803	1.383	0.191 574	0.005
6	0.7 544	5.785	0.191 692	0.013
7	0.2 109	1.617	0.061 331	0.006
8	0.3 587	2.751	0.245 373	0.008
9	1.8 005	13.808	0.061 349	0.004
10	0.2 435	1.867	0.145 673	0.011
11	1.2 321	9.449	0.107 360	0.010
12	0.2 786	2.137	0.763 120	0.013
13	0.2 552	1.957	0.099 682	0.018
14	0.1 943	1.490	0.161 014	0.008
15	1.2 683	9.726	0.168 897	0.014
16	0.1 666	1.278	0.674 749	0.012
17	0.2 709	2.077	1.418 234	0.022
18	0.2 827	2.168	0.874 142	0.033
19	0.1 304	1	1.280 655	0.016
20 ⁽¹⁾	0.3 065 ⁽¹⁾	2.350 ⁽¹⁾	1.533 159 ⁽¹⁾	0.077 ⁽¹⁾

Simbologia: ⁽²⁾

W/H taxa horária de salário (10^{-2} escudos)

\tilde{B} coeficientes de conversão de trabalho complexo em trabalho simples

$T_j = \tilde{B}_j H_j$ volume anual de horas de trabalho simples/trab. (10^{-9} horas)

$t_j = T_j/X_j$ taxa de produtividade média sectorial normalizada (10^{-3} escudos)

X_j produção bruta sectorial

(1) No modelo de preços apresentados na III Parte, o sector 20 não é considerado, por motivos de ordem estatística.

(2) As unidades e a simbologia foram escolhidas de acordo com as conveniências do modelo desenvolvido na III Parte.

taxa de salário tende a aumentar com os custos necessários à produção de força de trabalho qualificada.

Importa aqui referir que esta estrutura salarial não pode ser arbitrariamente alterada, na medida em que seja determinada pelas condições de produção. A curto e médio prazo são sobretudo os factores institucionais e, até certo ponto, os sociais (e.g. menor remuneração do trabalho feminino) que podem ser objecto de alguma modificação. Em função destas dificuldades, torna-se especialmente importante a existência e funcionamento, em estreita ligação com o plano, de uma comissão técnica de rendimentos e preços.

1.2.3. Estrutura do valor

SRAFFA (1960; p. 3) salienta o facto de "os valores de troca brotarem directamente dos métodos de produção".

Assim, os preços relativos das mercadorias nacionais, quer em termos internos, quer em termos de competitividade com os produtores estrangeiros, são em larga medida determinados pelas condições de produção.

Apresentando as condições de produção uma certa inércia, logicamente que a estrutura dos preços de troca do ano base também será uma condicionante, dentro dos limitados intervalos de variação em que os preços poderão ser manejados, através de uma política fiscal e de subsídios.

Mas uma política de subsídios está sujeita a determinadas restrições. O economista húngaro SZIKSAY (1976), a propósito desta questão, defende que os preços relativos no consumidor se devem aproximar gradualmente das proporções dos inputs relativos, porque "os preços devem estimular o consumo pessoal no sentido do desenvolvimento de um padrão de consumo racional e realista, de harmonia com o nível de desenvolvimento". Na verdade, subsídios permanentes a

determinados preços tornam o cálculo de custos irrealista, dado mostrarem esses inputs mais baratos do que, de facto, o são; isto dificulta o planeamento. No entanto, devem ser subtraídos a esta regra alguns bens e serviços sociais essenciais.

Utilizando o modelo matricial exposto na III Parte da dissertação, foi estimada a estrutura do valor relativa a 1979 que constitui o Quadro 9.

Da análise deste Quadro ressalta que os sectores com mais valor incorporado são os seguintes:

- Transportes e comunicações
- Outros serviços
- Comércio
- Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca
- Alimentação, bebidas e tabacos

Relativamente aos sectores que incorporam grande valor de bens intermediários, os principais são:

- Alimentação, bebidas e tabacos
- Vestuário, calçado e curtumes
- Químicas
- Madeira e cortiça

Por seu turno, os sectores mais consumidores de bens de equipamento são:

- Electricidade, gás e água
- Transportes e comunicações
- Extractivas
- Produtos minerais não metálicos
- Produtos metálicos, máquinas e material de transporte

Quadro 9
Repartição do valor
(1979)

Sector	V (Valor)	C ₁ (materias primas, etc.)	C ₂ (amortização)	v (capital variável)	m (excedente)
1	0.29782	0.08489	0.00678	0.07928	0.12686
2	0.13143	0.06615	0.02400	0.00238	0.03889
3	0.28719	0.23290	0.00287	0.01907	0.03234
4	0.24018	0.15079	0.00871	0.02742	0.05327
5	0.22309	0.17281	0.00542	0.01490	0.02996
6	0.21120	0.15867	0.00633	0.01490	0.03129
7	0.16075	0.13644	0.00506	0.00477	0.01445
8	0.23227	0.15904	0.01053	0.01907	0.04363
9	0.17544	0.14055	0.00933	0.00477	0.02079
10	0.15506	0.08407	0.01737	0.01133	0.04230
11	0.12807	0.10013	0.00295	0.00834	0.01665
12	0.27195	0.10313	0.01101	0.05722	0.10059
13	0.14207	0.09570	0.01100	0.00775	0.02763
14	0.15629	0.09860	0.01080	0.01252	0.03438
15	0.19257	0.06824	0.03714	0.01311	0.07408
16	0.23638	0.09872	0.00319	0.05246	0.08202
17	0.30818	0.02098	0.00509	0.11028	0.17112
18	0.32199	0.07945	0.03008	0.06795	0.14451
19	0.31353	0.04196	0.01023	0.09955	0.16181
Totais	4.18546	2.09322	0.21789	0.62707	1.24660

Requerem maiores inputs de trabalho directo os Sectores:

- Comércio
- Outros serviços
- Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca
- Produtos metálicos, máquinas e material de transporte
- Construção civil e obras públicas

Esta classificação põe em destaque os métodos produtivos nos vários sectores, sendo um indicador para a política de investimentos e, de um modo geral, é a base material do planeamento da actividade económica.

A partir do Quadro anterior pode-se analisar a composição orgânica do capital e a taxa de exploração em termos sectoriais. O Quadro 10 representa essas taxas.

Quadro 10
Composição orgânica do capital ($\frac{c}{v}$) e
taxa de exploração ($\frac{m}{v}$)
(1979)

Sectores	$c/v^{(1)}$	m/v
1	1.16	1.60
2	37.88	16.34
3	12.36	1.70
4	5.82	1.94
5	11.96	2.01
6	11.07	2.10
7	29.66	3.04
8	8.89	2.29
9	31.42	4.36
10	8.95	3.73
11	12.36	2.00
12	1.99	1.76
13	13.77	3.57
14	8.74	2.74
15	8.04	5.65
16	1.94	1.56
17	0.24	1.55
18	1.61	2.13
19	0.52	1.63
média	3.69	1.99

(1) $c = c_1 + c_2$

Note-se que a taxa média de exploração (m/v) estimada para 1979 é elevada. Por um lado, encontra-se sobre-avaliada, na medida em que os rendimentos dos trabalhadores empregues pelo sector 20 estão contabilizados no excedente (m) e, por outro lado, verifica-se que no ano de 1979 prosseguiu o movimento conjuntural de alteração da repartição⁽¹⁾ a favor dos "lucros e outros rendimentos da propriedade".

É elevada a composição orgânica do capital nos sectores:

- Extractivas
- Derivados do petróleo e do carvão
- Pasta e papel

e baixa nos sectores seguintes:

- Comércio
- Outros serviços
- Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca

Os números reflectem bem a baixa mecanização da agricultura e, de uma maneira geral, o fraco desenvolvimento das forças produtivas no sector primário.

A taxa de exploração é elevada nos sectores:

- Extractivas
- Electricidade, gás e água
- Derivados do petróleo e do carvão

sendo inferior à taxa média nos seguintes sectores:

- Comércio
- Construção civil e obras públicas
- Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca

(1) GARRIDO (1980) faz uma análise da evolução da repartição em Portugal nas fases do ciclo.

1.2.4. Estrutura da propriedade dos meios de produção

No ponto 1.1 desta I Parte fez-se referência ao artº 89 da C.R.P., o qual define os sectores de propriedade dos meios de produção.

Esta arrumação tripartida (Sector Público, Sector Cooperativo e Sector Privado) constitui em si uma condicionante de ordem institucional ao modelo de desenvolvimento económico português para os anos 80. Sob o ponto de vista económico, é fundamental conhecer-se a extensão de cada sector de propriedade dos meios de produção.

O Anexo I (Relatório da Situação Sócio-Económica) ao Plano para 1977, a propósito da extensão do Sector Público refere que "como consequência das nacionalizações efectuadas após a Revolução de Abril de 1974, o Sector Público Produtivo em Portugal, que era extremamente reduzido, sofreu um incremento substancial, passando a ser comparável, segundo os índices disponíveis ao correspondente sector em outros países, como por exemplo, a Itália (pág. 106)", acrescentando mais adiante que "constitui aspecto que merece realce o quase completo domínio dos circuitos de financiamento pelo Sector Público, verdadeiramente o único ponto em que a situação portuguesa não tem paralelo em qualquer outro país funcionando em sistema de economia de mercado. Inversamente, é assinalável a situação da indústria metalomecânica em que não se operaram nacionalizações, não obstante a importância estratégica do sector e a relativa dimensão de algumas unidades que dela fazem parte; o controle exercido sobre certas empresas deriva exclusivamente da disponibilidade de participações que, acidentalmente, foram transferidas para o sector público por via da nacionalização de outras empresas".

O Quadro 11 representa a importância do Sector Público, considerando a estrutura da propriedade em 1976. Incluem-se no Sector Público Produtivo "as

Quadro 11

Importância do Sector Público

	% em relação à à actividade total	
	Sector Público produtivo	Sector Público total
Valor acrescentado	15.5	24.4
Formação bruta de capital fixo	35.2	45.4
Emprego	9.7	19.3

Fonte: Instituto das Participações do Estado. Publicado no Anexo I ao Plano para 1977. (Relatório da Situação Sócio-Económica) (DCP).

entidades sujeitas a um controle público efectivo que se dedicam à produção de bens e serviços comercializáveis".

Pela análise deste Quadro se constata que o Sector Público engloba os sectores com maiores composições técnicas e orgânica do capital. A importância deste sector deriva não só do facto de este representar cerca de 50% da FBCF, como também por englobar sectores-chave. Note-se, a propósito, que houve duas grandes determinantes das nacionalizações, conforme é apontado no Anexo I ao Plano para 1979 (Relatório da Situação-Económica; pág. 108):

- "- acharam-se as empresas em sectores por algum motivo considerados estratégicos na condução do processo económico (produção de bens e serviços destinados a suportarem o desenvolvimento de outras actividades, grande concentração do potencial de exportação, controlo do aparelho de financiamento, etc.);
- as empresas proporcionarem grande concentração de poder económico (e, portanto, político) em mãos privadas".

É interessante o reconhecimento que este documento faz das potencialidades que se abrem ao Governo (na sua terminologia) para levar a cabo uma política de desenvolvimento económico bem sucedida:

"De um modo geral, pode concluir-se que o Governo passou a dispôr de poderosos instrumentos directos de política económica, particularmente no que respeita à orientação e financiamento do investimento, mas cuja eficácia está altamente condicionada pela implantação de um adequado sistema de planeamento".

Na realidade, a extensão e importância do Sector Público representam não só uma condicionante interna ao modelo de desenvolvimento, como também uma potencialidade⁽¹⁾.

Relativamente ao Sector Cooperativo, este tem uma importância reduzida, um nível macroeconómico. O documento a que se tem estado a fazer referência apontava a existência de 2 774 cooperativas nos mais diversos ramos de actividade económica e 111 unidades colectivas de produção (pág. 113 e 114). A constituição vincula o Estado a fomentar a criação e a actividade de cooperativas de produção, comercialização e de consumo (nº 1 do artº 84º da C.R.P.). Neste contexto, o modelo de desenvolvimento económico está condicionado a este princípio programático. O artº 90º parece reforçar esta ideia (desenvolvimento da propriedade social).

1.2.5. As possibilidades de crescimento económico - função dinâmica agregada

Com a análise da "performance" económica do complexo estrutural que define as condições do ano base, conclui-se o 1º capítulo da I Parte.

Previamente, é necessário definir simbologia adicional⁽²⁾.

(1) Veja-se, a este propósito, os 2º e 3º capítulos da II Parte.

(2) Para comodidade de leitura, são também apresentados símbolos já definidos.

Simbologia

X_t	Produção bruta
CI_t	Produção intermediária
D_t	Produto final
ΔK_t	Acumulação líquida
Y_t	Produto final líquido
A_t	Produção para substituição de capital fixo (amortizações)
ϕ_t	Consumo lato ⁽¹⁾
B_t	Balança de mercadorias e serviços
a_t	"Norma" da produção intermédia
s_t	"Norma" do produto final líquido
k_t	"Norma" da acumulação líquida ⁽²⁾
r_t	Taxa de crescimento da produção bruta

Importa em primeiro lugar, definir e examinar as proporções econômicas mais importantes na caracterização estrutural de um ano genérico t , particularizando para o ano base. Estas proporções são as "normas" atrás definidas (a_t, s_t, k_t).

As possibilidades de crescimento econômico vão traduzir-se num indicador sintético, que é a taxa de crescimento da produção bruta (r_t). Existe uma relação entre esta taxa de crescimento e as normas: é a relação entre ritmos e proporções que FEDORENKO (1974; p. 64) refere.

A equação agregada $X_t = CI_t + D_t$ evidencia as duas componentes de produção bruta: a produção intermediária (CI_t) e o produto final (D_t).

(1) Na terminologia de Kalecki

(2) Numa perspectiva de longo prazo, k_t alterar-se-á em função do progresso tecnológico.

Por sua vez, o produto final tem dois destinos:

a acumulação líquida $(\Delta K_t)^{(1)}$ e o produto final líquido (Y_t) .

Assim:

$$D_t = K_t + Y_t$$

Fala-se aqui em produto final líquido no sentido em que expressa o produto residual, após garantida a produção intermediária e a acumulação líquida:

$$Y_t = A_t + C_t + B_t$$

O produto final líquido destina-se ao consumo lato (C_t) , à substituição do capital fixo (A_t) e ao comércio externo (B_t) .

Considere-se então a seguinte equação dinâmica:

$$X_t = CI_t + \Delta K_t + Y_t \dots 1) \quad (\text{equação dinâmica})$$

e definam-se as "normas" a_t , k_t , s_t

$$a_t = CI_t/X_t \quad k_t = \Delta K_t / \Delta X_t \quad s_t = Y_t/X_t$$

Facilmente se verifica que ... 1) é equivalente a ... 2)

$$X_t = a_t X_t + k_t \Delta X_t + s_t X_t \dots 2)$$

Dando agora nova forma a esta equação:

$$k_t \Delta X_t = X_t - a_t X_t - s_t X_t$$

$$\Delta X_t = (1 - a_t - s_t) X_t / k_t$$

(1) Note-se que neste contexto $\Delta K_t = K_{t+1} - K_t$.

Numa economia voltada para o futuro, é tecnicamente vantajoso definir deste modo a 1.ª diferença finita.

Ora, por definição

$$X_t = X_{t+1} - X_t$$

ou seja

$$X_{t+1} = X_t + (1 - a_t - s_t) X_t / k_t$$

$$X_{t+1} = [1 + (1 - a_t - s_t) / k_t] \cdot X_t$$

$$X_t = \prod_{t=1}^T [1 + (1 - a_t - s_t) / k_t] \cdot X_0$$

$m X_t = m_t$ (índice da
produção bruta)

Com

$$r_t = m_t - 1$$

e

$$r_t = (1 - a_t - s_t) / k_t \quad \dots 3)$$

A equação 3) apresenta a taxa de crescimento da produção bruta (r_t) em função das proporções da economia ou seja das "normas" (a_t, k_t, s_t). O plano garantirá o equilíbrio "ex-ante" entre ritmos (r_t) e proporções (a_t, k_t, s_t).

No presente contexto importa estimar qual a taxa de crescimento da produção bruta r_{79} que está associada às proporções (a_{79}, k_{79}, s_{79}).

$$a_{79} = 0.445512$$

$$s_{79} = 0.384938$$

Dados a_{79} e s_{79} , a "norma" k_{79} e a taxa r_{79} estão ligados do seguinte modo:

$$r_{79} = 0.16955 / k_{79}$$

Uma taxa de crescimento de 4% corresponde a um coeficiente $k_{79} = 4.239$, que não se deve afastar significativamente do coeficiente corrente na economia

portuguesa⁽¹⁾. Assim, uma taxa de crescimento da produção bruta, da ordem dos 4%, parece constituir para os primeiros anos da década de 80 uma hipótese realista.

A curto prazo, o coeficiente ℓ_t/X_t poderá ser alterado, dentro de limites que dependem em larga medida do nível de vida médio da população. Neste contexto, KALECKI (1970; pp. 36-42), na escolha da taxa ótima r_t , considera uma curva de decisão do governo, cuja inclinação depende das "objecções a uma redução do consumo a curto prazo". Dada uma curva de decisão, a taxa de crescimento e a parte do produto destinado ao consumo lato dependem das condições de produção.

Na realidade, e no contexto do modelo aqui apresentado, pode-se definir objectivamente uma "política de austeridade" em função quer de $s_t = \frac{Y_t}{X_t}$, quer em função de $\frac{\ell_t}{X_t}$. Assim, pode dizer-se que no ano t , a política económica é da "austeridade" se, por exemplo, $s_t < \bar{s}_t$.

(\bar{s}_t será por exemplo, uma proporção do produto final líquido considerável desejada pelos Sindicatos).

Neste 1º capítulo foi salientado que o modelo de desenvolvimento económico português para a década de 80 está sujeito a condicionantes internas tais como a Constituição da República Portuguesa e a estrutura sócio-económica. A actual lei fundamental aponta para uma harmonização de interesse das formações económicas existentes, relativamente à qual o sistema de planeamento desempenha uma função técnica importante. Verifica-se que a estrutura sócio-económica contém elementos sistémicos heterogêneos, correspondendo a distintos graus de desenvolvimento, coexistindo um sector tradicional ainda relativamente impor

(1) Uma estimativa satisfatória de k_t exigirá uma estimação mais elaborada do sistema de matrizes para 1978, 1979 e 1980.

tante, com um sector moderno mais permeável à incidência do progresso tecnológico. A delineação do modelo de desenvolvimento terá obrigatoriamente que completar estas condicionantes, bem como as condicionantes externas, as quais são objecto do próximo capítulo.

2. A C.E.E. como condicionante do desenvolvimento económico português

A evolução política nos últimos anos, sobretudo a partir de 28 de Março de 1977, data em que o governo português apresentou à Comunidade Europeia o pedido de adesão de Portugal à C.E.E., C.E.C.A. e C.E.E.A., parece apontar para uma inevitável adesão às Comunidades. É geralmente apontado o início de 1983 como a data da adesão, a que se seguirá um período transitório cujas características e duração dependem dos termos das negociações⁽¹⁾. Esta adesão não é incompatível com a Constituição de 1976. Contudo, poderá constituir uma forte condicionante externa⁽²⁾ ao modelo de desenvolvimento económico português na década de 80.

As regras de funcionamento da C.E.E. só por si representarão uma forte condicionante. Recorde-se que a questão da supranacionalidade tem levantado algumas dificuldades para alguns países, nomeadamente o Reino Unido. Para além das normas supranacionais, o funcionamento corrente das economias integrantes da C.E.E., nas suas múltiplas relações com Portugal, também irá condicionar o modelo de desenvolvimento português.

Para a análise desta questão seleccionaram-se quatro temas que são os seguintes: "A compatibilidade da adesão às Comunidades com a Constituição", "A C.E.E. na divisão internacional do trabalho e o seu alargamento", "A C.E.E. como condicionante da estrutura produtiva nacional" e, finalmente, "A C.E.E. como condicionante do comércio externo". A escolha do primeiro tema deriva da

(1) Recentemente tem sido referido o início de 1984 como data para a adesão. No Preâmbulo foi notado que a informação aqui utilizada se reporta a Julho de 1980.

(2) No organigrama do modelo aqui apresentado, a influência desta condicionante sobre o funcionamento geral da economia é apresentada pelo "Exterior", que é uma das forças actuates consideradas.

necessidade de se verificar se existirá, eventualmente, uma contradição entre a actual lei fundamental e os preceitos do tratado de Roma ou, mais amplamente, se o modelo de sociedade ali traçado será compatível com os modelos de sociedade dos futuros parceiros de Portugal na C.E.E., no que concerne os seus princípios e dinâmicas. A fim de se poderem antever as influências que a adesão terá, nas suas linhas gerais, sobre a estrutura produtiva e comércio externo português, é importante que se tente situar a C.E.E. na divisão internacional do trabalho e se analise como se processa a divisão do trabalho na Comunidade Europeia.

2.1. A questão da compatibilidade da adesão às Comunidades com a Constituição

Embora existam três modalidades de ligação à C.E.E., só será aqui estudada a compatibilidade da adesão com a actual lei fundamental porque se parte da hipótese de que as forças políticas eventualmente interessadas em que o processo de adesão não seja consumado não têm poder político suficiente para evitar tal tendência e, por outro, está fora de causa a constitucionalidade dos "acordos comerciais", que são a forma de ligação à C.E.E. actualmente existente, que teve origem em 1972 e, que foi ampliada em 1976. Resta a figura da "associação", a qual tem alguns defensores. Assim, há quem sustente a "associação" como alternativa à adesão (UEDS (1979)). Esta figura distingue-se da forma vulgar de associação (associação como fase preliminar para a adesão ou como uma forma especial de apoio ao desenvolvimento), segundo os seus defensores, pelo facto de que "neste tipo de acordo⁽¹⁾ o país associado não prescindir da sua completa autonomia e independência nos campos jurídico, político e económico em face dos órgãos comunitários", sendo "o acordo de associação autónoma um acor

(1) O texto refere-se ao "acordo de associação autónoma"

do bilateral restrito às áreas comerciais e de cooperação financeira e tecnológica, deixando de parte todos os aspectos políticos comuns e, em particular, da política agrícola comum". É referido o artº 238 do Tratado de Roma, o qual é muito amplo e, pelo menos formalmente, não tem os ingredientes apontados anteriormente.

Mas, como foi referido anteriormente, importa aqui analisar a compatibilidade da adesão com a Constituição. Sobre esta matéria, é interessante a posição de MIRANDA (1980), ao considerar a Constituição da República Portuguesa como a Constituição própria de um Estado Social de Direito, sendo compatível com o Tratado de Roma. Este autor realça o significado da precedência dos direitos fundamentais sobre a organização económica, o que "torna a Constituição irredutível aos esquemas marxistas-leninistas". Refere ainda que o Estado no processo de transição para o socialismo "abre caminho", "assegura a transição" e não propriamente o socialismo; "cria condições" não impõe soluções prefixadas.

Está previsto o início da revisão da Constituição de 1976 ainda em 1981. Este autor a propósito da eventual necessidade de proceder a uma revisão tendo em vista a adesão às Comunidades Europeias, declara que "... é conveniente e necessária até por causa da integração europeia. Simplesmente, também é necessário que seja uma verdadeira e própria revisão e não é necessário que seja mais do que isso". E, mais adiante, acrescenta que "... seria errado proceder à revisão como se fosse, sem mais, submeter o nosso estatuto fundamental a um estatuto ditado de fora ou a pretensos princípios do Tratado de Roma, porque:

- 1) O Direito constitucional comparado mostra uma variedade de soluções na C.E.E.;
- 2) A adesão às Comunidades deve (r) ser para Portugal um sinal de afirmação da nossa capacidade de decisão;

- 3) Há uma imperiosa necessidade de repensar a integração prospectivamente ... obra para ser feita ao longo de não poucos e incertos anos, ... se, por um lado, cada um dos países do sul da Europa terá de se adaptar às Comunidades, por outro lado, também as Comunidades terão de se adaptar ao seu alargamento".

A necessidade de uma mútua adaptação que MIRANDA refere é vista, na perspectiva da C.E.E. por CEREXHE (1980). Este autor reconhece a necessidade de modificações estruturais nos vários órgãos da Comunidade.

ALVES (1979) sustenta, por seu turno, que "mesmo em termos jurídico-formais, verifica-se que a existência de um sector nacionalizado não seria incompatível com a adesão à C.E.E.", fazendo referência ao artº 90 do Tratado de Roma que enuncia o princípio da submissão das empresas públicas às regras do Tratado, em pé de igualdade com o sector privado.

Prossegue a autora afirmando que a adesão não sendo formalmente incompatível com a existência de um Sector Empresarial de Estado e de Sectores ve dados à iniciativa privada "abriria as portas ao ataque às EPs⁽¹⁾ pela via da concorrência com os protudos provenientes da C.E.E.". Distingue três tipos de sectores:

- a) sectores não rentáveis;

Nestes sectores não haveria interesse nem na sua abertura ao capitalismo europeu nem na sua desnacionalização;

- b) sectores rentáveis de que a C.E.E. tem excesso de capacidade;

Haveria interesse no atrofimento da indústria portuguesa, independentemente de se tratar ou não de sectores nacionalizados;

(1) Empresas Públicas

c) restantes sectores rentáveis;

Mesmo nestes sectores seria duvidoso que os investidores da C.E.E. estivessem interessados, em vez de aumentarem a sua capacidade produtiva, a exportarem para Portugal.

PITTA E CUNHA (1980), diferentemente das posições dos autores referidos, afirma que, "aferido em si mesmo o diploma constitucional, não se nos afigura admissível o entendimento que outros consideram correcto, da sua compatibilidade com o Tratado de Roma". Refere o autor que tem havido um recuo nos dispositivos de planeamento nos países da C.E.E. que mais tinham recorrido a esta forma de regulação da actividade económica, frisando que na elaboração do Tratado de Roma se optou por uma integração liberal ou "negativa", fazendo notar que o artº 222º "se destinava manifestamente a resolver casos pontuais". Defende ainda que a nacionalização da Banca "não representa, em si mesma, um impedimento à adesão à C.E.E.", tudo dependendo da sua estrutura e modo de funcionamento, nomeadamente o respeito pelo "princípio da concorrência" entre as unidades componentes do sector e refere ainda a discriminação que o Tratado de Roma não previu, argumentando a favor do "abandono da reserva pública da actividade bancária".

O facto de a adesão não ser juridicamente incompatível com a Constituição de 1976 não significa só por si que a dinâmica de uma C.E.E. alargada, na qual Portugal esteja integrado, não venha a condicionar fortemente o modelo de desenvolvimento económico português subjacente à actual Constituição. Será determinante, neste contexto, a localização de Portugal na divisão do trabalho à escala da Comunidade, o que não é independente de factores internos e externos de ordem política.

2.2. A C.E.E. na divisão internacional do trabalho e o seu alargamento

Aderindo à C.E.E., Portugal vai-se inserir numa dada ordem económica que tem a sua lógica própria de funcionamento. Daí, tornar-se fundamental delinear as linhas mestras dessa ordem. Previamente, convém apresentar o conceito de ordem económica internacional. TUMLIR (1980) define ordem económica internacional como sendo "uma estrutura estabelecida de princípios, regras e instituições dentro das quais as nações e as maiores unidades supranacionais tais como a Comunidade, prosseguem o seu próprio interesse através das suas políticas. O seu propósito fundamental é indicar a cada Governo o que é correcto esperar dos outros - e o que, portanto, não deve ele próprio fazer contra as correctas expectativas dos outros, de modo a que estes, por seu turno, não sejam forçados a retaliar ou de qualquer forma actuar em defesa das regras".

A divisão internacional do trabalho é um dos suportes da ordem económica internacional. Interessa portanto analisar aqui a divisão do trabalho na C.E.E. actual, bem como na C.E.E. alargada e a inserção da C.E.E. na divisão internacional do trabalho - tentando descortinar a posição de Portugal nessa ordem.

CLERC (1979) opina que a divisão internacional do trabalho que se instaura no seio da C.E.E. reforça o modo de produção capitalista, acentua os desequilíbrios e desigualdades "...", tendendo a impôr um modelo de produção que é o de alguns países do capitalismo central, visando aumentar a produção por unidade de tempo, sendo o trabalhador reduzido a uma força de trabalho indiferenciada". Os países mais dinâmicos do centro especializam-se na produção de certos bens de investimento e "todos os outros países vêem a tecnologia, organização do trabalho, tipo de produto e, assim, finalmente, o tipo de sociedade depender destes 'produtos-chave', provenientes do 'centro do centro'". Tendo presente que este autor é adepto das formas autogestionárias de produção e, gene

ricamente, de sociedade, refira-se a importância que ele atribui à especializa
ção crescente que afasta os produtores dos utilizadores - "dependência e gigantismo
vão a par e reduzem a nada a capacidade de determinação autónoma dos grupos
sociais de base".

Em sua opinião o Tratado de Roma visa dois objectivos:

- 1º - criar um quadro jurídico liberal para as acções e iniciativas dos agentes económicos;
- 2º - criar condições que permitam a definição e aplicação de políti
cas económicas, gerais ou sectoriais, de índole neo-liberal.

Sobre o alargamento da C.E.E., o autor faz notar que a R.F.A. está es
pecializada na produção de bens de investimento de tecnologia avançada, pelo
que modela as normas de produção da C.E.E., mesmo para os sectores em cujos pro
dutos os outros países são especializados. Opina que a entrada de três novos
membros na C.E.E. leva a que "uma nova divisão internacional do trabalho emer
ja, a qual poderá aprofundar a actual, ... , no seio da qual a C.E.E. está in
serida". A nova divisão internacional do trabalho decorre de transformações no
sector energético (passagem de custos decrescentes para custos crescentes) e na
difusão de um modelo industrial baseado na exploração de uma mão-de-obra não
qualificada. "É nos E.U.A., R.F.A. e Japão que se elaboram, no essencial, as
máquinas e as matrizes produtivas que amanhã desenharão o tipo dos processos
de produção e a natureza do trabalho dos homens encarregados de o executar. A
eficácia dos E.U.A. e da R.F.A. no seu modo de regulação restringe os outros
países ou a imitá-los ou a marginalizar-se".

Na análise da inserção da C.E.E. na divisão internacional do traba
lho, é importante o estudo das relações da C.E.E. com terceiros países, nomea-
damente com os países em desenvolvimento. ANTOLA (1976) defende que essas rela

ções são a base de um modelo neo-colonial de desenvolvimento económico. De facto, na C.E.E., a França e a Bélgica, antigas potenciais colonialistas, mostraram o maior empenho na organização das relações entre a Comunidade e as antigas colónias africanas. Estas relações formalizaram-se, primeiramente, em 1963 na 1.^a Convenção de Yaoundé, seguida mais tarde por um acordo com a Tunísia e Marrocos, datando a 2.^a Convenção de 1968. A Convenção de Lomé, que teve lugar em 1975, assinada por 49 países em desenvolvimento de África, Mar das Caraíbas e Estados do Pacífico, traduziu-se no "estabelecimento do sistema de associação que tinha em vista a re-estruturação dos antigos impérios coloniais". Os países em desenvolvimento de África viram a Convenção servir como um "modelo de desenvolvimento, suportado e servido pela C.E.E.". ANTOLA sustenta que as tendências mundiais, bem como as tendências do capitalismo europeu, criaram esta necessidade de lançar um modelo de desenvolvimento para os países associados, "assegurando a continuação do desenvolvimento e o fortalecimento da divisão colonial do trabalho numa situação em mutuação", desenvolvimento este feito através de capitalização, trazendo as novas formas de investimento e uma penetração massiva das transnacionais. Quanto à origem e destino destes capitais, ANTOLA refere que "... o capital privado investe na produção, enquanto que os fundos da Comunidade são dedicados ao fortalecimento das infraestruturas". "O capital privado estrangeiro funciona na sua maior parte em países que são ricos em recursos susceptíveis de processamento - o modelo de desenvolvimento capitalista nos países associados cria um modelo de desenvolvimento capitalista subordinado que é financiado por capital estrangeiro e, o que é importante do ponto de vista da Comunidade, está estruturalmente ligado ao desenvolvimento da Comunidade.

O autor apresenta os quatros elementos deste desenvolvimento capitalista subordinado;

1º - É essencial a função do investimento privado originário na CEE;

2º - Estes investimentos destinam-se a sectores em que os países as sociados são ricos em recursos;

3º - Trata-se de investimentos que fortalecem os sectores de exportação tradicionais, com fracos efeitos de arrastamento (sistema de produção desequilibrado estruturalmente);

4º - Este desenvolvimento vem favorecer a divisão internacional do trabalho originária no período colonial.

Este processo é contraditório, já que tem havido reclamações, ou mesmo conflito, devidas "ao tratamento desigual das sociedades de diferentes nacionalidades na execução de projectos seleccionados pelo 'European Development Fund'". Para ANTOLA a maior fraqueza do modelo de desenvolvimento da C.E.E. é a forma como tem sido feito o lançamento do modo de produção capitalista nos países associados, o qual constitui um processo contraditório. Por outro lado, as transnacionais nem sempre seguem os interesses da Comunidade, e por outro lado, desenvolvem-se as classes sociais nos países associados, formando-se conflitos entre os sectores capitalistas e os sectores tradicionais.

No que respeita o alargamento da C.E.E., importa analisar o possível papel dos novos parceiros na divisão do trabalho, bem como a alteração do sistema de forças no seio da C.E.E. decorrente desse alargamento. Num artigo publicado no boletim do KREDIETBANK (1977) é reconhecido que numa Comunidade alargada a voz da Europa meridional terá maior peso, tendo que se alterar a actual política comunitária, carecendo de uma completa redefinição a noção de "região de desenvolvimento". É salientado que "a necessidade de uma transferência real de rendimentos do norte para o sul da Comunidade será maior do que permite a política comum actual". Por outro lado, "a adesão de três países da Europa meridional menos desenvolvidos rompe o predomínio do norte. Segue-se um deslocamento do centro de gravidade da C.E.E. para a França". Dificuldades institu-

cionais se levantarão, dado que "... se já é muito difícil um entendimento a nove ministros, o que será a doze?". E o facto de se ter uma Europa a "várias velocidades" pode levar, por exemplo, a um adiamento prolongado da realização da União Económica e Monetária. A este propósito, RAPAZ (1980 b)) opina que os novos membros da C.E.E. não terão necessariamente que aderir a todos os mecanismos do S.M.E., como é o caso da Inglaterra.

É vulgar os vários textos apresentarem as possíveis vantagens da integração para os novos países aderentes e para a C.E.E.. Refere o citado artigo do KREDIETBANK que "a indústria dos países membros terá novas possibilidades porque o mercado se alargará". Por outro lado, a adesão às Comunidades traz diversas dificuldades⁽¹⁾.

Segundo o parecer da Comissão (BOLETIM nº 5 da C.E.E. - 1978) sobre o pedido de Portugal, "para a Comunidade, a adesão terá apenas uma incidência económica muito limitada devido ao peso relativo da economia portuguesa. Os problemas de que se correm o risco de virem a ser postos provêm essencialmente da existência de sensíveis desvios de desenvolvimento que acentuariam a heterogeneidade da Comunidade. Deste facto, a tomada de decisão no seio das instituições comunitárias corre o risco de se tornar mais difícil".

SALGUEIRO (1979) fala na inevitabilidade lógica da adesão de Portugal, partindo de uma análise histórica da sociedade portuguesa, aponta que no passado a estabilidade social foi conseguida através de eliminação dos principais factores de contradição:

- " - centralizou-se o poder político;
- consolidou-se o papel do Estado no comércio externo;
- introduziu-se a inquisição;


(1) Por exemplo, no campo das relações comerciais, existem compromissos de venda com os países do Maghreb, os quais também produzem citrinos, azeite e vinho, CLERC (1979) também faz referência a este tipo de dificuldades.

- expulsaram-se as comunidades judaicas e, com elas, grande parte da capacidade de iniciativa comercial, industrial e financeira".

Comentando as medidas tomadas no passado, tendo em vista a estabilidade social, refere que, "a estabilização do país apoiou-se, antes de mais, na possibilidade de conseguir o relativo isolamento em relação às influências externas e também na existência de fortes correntes emigratórias que reduziram as pressões demográficas". E, mais adiante, acrescenta que "é hoje cada vez mais difícil prolongar a existência de estruturas que estejam ultrapassadas em termos internacionais E não se torna realista, em qualquer país de pequena ou média dimensão, manter o isolamento em relação ao exterior". Seguindo este raciocínio, opina que a adesão de Portugal à C.E.E. corresponde a uma das alternativas para alcançar o necessário alargamento dos mercados externos - nota no entanto, que não é uma condição necessária e suficiente. Em relação ao futuro, paralelamente à adesão, foca a necessidade de, entre outras coisas, reduzir o "centralismo e os procedimentos burocráticos, que só podem entravar e gerar uniformidade segundo os modelos de quem controla o aparelho administrativo,...., (promover a difusão) de valores que gratifiquem o sucesso e a solidariedade - e não o conformismo e a igualização - e que enalteçam a qualidade, a competência e o rigor". Frise-se que, no contexto do modelo apresentado nesta dissertação, o facto de ser necessário eliminar este tipo de procedimentos burocráticos não invalida a necessidade que as economias mistas contemporâneas, sobretudo uma economia como a portuguesa, estarem sujeitas a um planeamento da actividade económica nos moldes aqui defendidos.

A U.E.D.S. tem uma opinião bem diferente da apreciação atrás referida, quanto à adesão de Portugal ao Mercado Comum (U.E.D.S. (1979)):

- a) a plena adesão de Portugal à C.E.E. não permitiria afirmar e reforçar a autonomia nacional, a capacidade de decisão interna nas



questões básicas do desenvolvimento económico-social mas, ao in-
vês, reforçaria o estatuto de capitalismo periférico e subalterno,
estreita e humilhantemente condicionado de fora para dentro;

- b) a transformação da sociedade portuguesa segundo um projecto visan-
do a democracia socialista seria bloqueada pela adesão à C.E.E.;
- c) a necessária diversificação das relações económicas externas actual-
mente concentradas na área capitalista, quer pelo aprofundamento
das relações mutuamente vantajosas com as ex-colónias portu-
guesas, quer das relações com os países de economia planificada, re-
lações inexistentes antes de 1974 e contrariadas depois de 1976,
não seria compatível com a plena adesão à C.E.E."

RIBEIRO (1980), no colóquio do C.E.D.E.P. do I.S.E., apresentou os
três principais elementos da integração dos nove (transnacionais, Estados na-
cionais e superestruturas da integração económica), dando especial relevo ao
papel das transnacionais na integração, nas estratégias globais de vendas e na
produção. A natureza desta produção, para este autor, leva a uma quebra da uni-
dade espacial, dada a transferência das sequências de produção que provoca. A
parece, assim uma "integração económica privada" que é processada por cima dos
Estados ao nível das empresas. Acrescenta que na hipótese de adesão de Portu-
gal as transnacionais desempenhariam um papel crescente na determinação da pro-
dução, cujos condicionantes são;

- o desenvolvimento das estruturas produtivas;
- grau de dependência energética;
- inserção nas trocas internacionais.

Dadas as características destes condicionantes relativamente à econo-
mia portuguesa, a integração levaria a um maior desequilíbrio estrutural e a
uma maior dependência, apresentando RIBEIRO, como alternativa à adesão" o apro-

veitamento planificado dos recursos nacionais e a especialização decorrente disso", que constitui uma intenção muito genérica. Note-se que o modelo esboçado nesta dissertação se aceita que o aproveitamento dos recursos nacionais de modo planificado e a especialização daí decorrente não é incompatível com a adesão. Simplesmente há necessidade de harmonizar certos interesses. E esta harmonização depende muito das vantagens que forem concedidas a Portugal no período de transição, o que é função, em grande medida, da nossa capacidade de negociação.

Quanto ao crescimento de importância das transnacionais em Portugal, parte-se da hipótese de que a sua importância relativa na F.B.C.F. crescerá à média de crescimento esperada, em termos mundiais, em conformidade com algumas previsões disponíveis. MAYER (1979), da O.I.T., revela que "a produção no estrangeiro das firmas multinacionais, que representa actualmente 23% do PNB dos países não socialistas, estima-se que se eleve a 53% no fim do século".

Concluindo este ponto, refira-se que o processo de integração de Portugal na divisão do trabalho da C.E.E. não é estático, sendo possível que se venha a alterar o equilíbrio de forças no seio da C.E.E. após o seu alargamento. A integração de Portugal será um processo cheio de dificuldades, constituindo uma forte condicionante externa ao seu modelo de desenvolvimento económico, dependendo a necessária harmonização de interesses da capacidade de negociação, a qual será tanto mais forte quanto mais claro for o projecto nacional.

2.3. A C.E.E. como condicionante da estrutura produtiva nacional

A inserção de Portugal na divisão de trabalho em que a C.E.E. se articula irá alterar a actual arrumação estrutural. Vários autores são unânimes quanto a este ponto; simplesmente, estão em desacordo quanto ao sentido da variação e quanto ao sinal do balanço vantagens/desvantagens. De qualquer modo,

refira-se que essa inserção na C.E.E. não será um começo de uma integração, será antes a continuação de um processo de integração real que se tem vindo gradualmente a verificar:

Relativamente aos possíveis efeitos da adesão sobre a estrutura agro-pecuária, alguns textos acentuam os aspectos positivos, enquanto que outros dão ênfase aos aspectos negativos. ESTÁCIO, LOBÃO e SILVA (1980), referindo um estudo que estava a decorrer por ocasião da sua comunicação, afirmam que os novos preços seriam geralmente mais vantajosos para os produtores agrícolas (excepto a carne suína e o leite), sendo reduzida a incidência dos preços sobre a oferta interna dado serem baixas as elasticidades oferta-preço. Quanto à procura alimentar, as perspectivas são diferentes, afirmam, prevendo-se que a aplicação dos preços comunitários reduza bastante a procura de alguns produtos, o que é agravado pelo desaparecimento dos subsídios ao consumidor nalguns produtos. Do comportamento da oferta e procura deriva uma possível redução das importações. De uma maneira geral, os consumidores nacionais "seriam os grandes prejudicados". Reconhecem os autores que, sendo os principais problemas do sector de natureza estrutural, não é a política de preços que irá resolver, sendo sim necessário um período transitório durante o qual seja aumentado o produto per capita. Acreditam estes autores que a adesão poderá, sob determinadas condições, contribuir para resolver estes problemas estruturais. São assim, necessários apoios de ordem financeira por parte das instituições comunitárias, o que exige que se definam áreas de investimento prioritário. Sobre a utilização efectiva do solo, e com base no Inquérito às Explorações Agrícolas de 1968, concluíram estes autores que é "elevada a utilização dos solos portugueses sob a forma de solo arável" sendo "reduzida a superfície destinada a prados e pastagens permanentes e florestal".

Esta consideração sobre a superfície florestal e a necessidade de deenvolver novas exportações agrícolas e de consolidar o nível das actuais ex

portações de produtos florestais é vista por outro prisma por FERREIRA (1979), o qual afirma que "o 'modelo' capitalista para a nossa agricultura, face à mini-Europa dos monopólios, está elaborado desde 1975; o Banco Mundial editou-o. Segundo este modelo, a superfície agrícola reduzir-se-ia para menos de metade, a população activa agrícola para 1/3 e a florestação, levada a cabo no interesse das multinacionais da C.E.E. (que é deficitária 50% nos produtos florestais), viria agravar ainda mais a nossa dependência em bens alimentares: carne, leite e lacticínios, oleaginosos e cereais".

ESTÁCIO, LOBÃO e SILVA (1980) destacam como objectivos de médio e longo prazos para o sector, a "reestruturação das explorações agrícolas" e o "ajustamento do sistema de preços nacionais à política de preços na C.E.E. e ao sistema de preferência Comunitária" e concluem que "a adesão de Portugal à CEE terá efeitos altamente positivos na medida em que possa contribuir substancialmente para resolver dois grandes grupos de problemas: o das estruturas empresariais e de mercado e o da modificação da tecnologia da produção agrícola".

FERREIRA (1979) denuncia um certo pessimismo, chamando a atenção para o facto de não existir na Comunidade uma política agrícola que se assemelhe às políticas existentes para os outros sectores, dizendo que "talvez se possa falar numa planificação das produções pelos preços, sem ter em conta os elevados custos sociais que são suportados pelos que vivem do seu trabalho na agricultura". FERNANDES (1979) também descrê nas vantagens das transformações estruturais que a adesão poderá influenciar, uma vez que "a política agrícola da Comunidade europeia visa a eliminação de grande número de pequenos agricultores de forma a garantir aos restantes um rendimento equitativo e melhores condições de vida,.... A C.E.E. dispõe para o efeito de um Fundo especial destinado ao encorajamento do êxodo daquelas camadas da população rural e à modernização das restantes explorações, com a finalidade de estas aumentarem a sua rentabilidade capitalista".

Parece haver convergência de opiniões quanto à transformação estrutural que a adesão à C.E.E. implicará no sector. E essa transformação comporta perigos. O documento "Dez anos para mudar Portugal"⁽¹⁾ reconhece que "o impacto será ainda maior no que respeita à agricultura e à política agrícola,, a C.E.E. tem uma política comum que todos os países membros têm que adoptar... ... A adopção da Política Agrícola levantará, assim, alguns problemas sérios, que terão que ser devidamente acautelados com a obtenção de um período de transição relativamente longo após a adesão, para gradualmente adaptarmos as nossas estruturas produtivas e as nossas políticas". E há que aproveitar o período de transição para lançar o modelo global de desenvolvimento, para que a economia portuguesa não vá ao sabor dos interesses pontuais formados no interior de uma determinada ordem económica internacional em permanente desadaptação e readaptação estrutural.

Sobre o sector pesqueiro, SANTOS (1979) refere que "em termos de exploração de recursos, a adesão à C.E.E. poderá acentuar ainda mais as consequências da concorrência internacional a que as nossas actividades pesqueiras estão submetidas e para a qual não estão preparadas". Isto será derivado do facto, segundo sustenta, de o livre acesso das frotas dos países membros à Zona Económica Exclusiva portuguesa, e da sobreposição da C.E.E. às entidades nacionais levar ao estrangulamento do sector, aumentando a importação e favorecendo-se os interesses ligados à comercialização, desincentivando-se a renovação da frota nacional. Ora, precisamente o que se deve tentar evitar é a realização do quadro que SANTOS esboça. E isso depende muito da concepção global de desenvolvimento prosseguida. À priori, embora aceitando que o caminho mais fácil, até porque a solução oposta é muito onerosa, é deixar às frotas estrangeiras a tarefa da captura do pescado necessário ao consumo interno, tendo como caso limi

(1) PORTUGAL SOCIALISTA nº 138, Dezembro de 1978.

te o desmantelamento da pesca industrial portuguesa e a acentuação do retrocesso tecnológico, nenhum argumento permite concluir que é impossível o desenvolvimento das pescas, canalizando-se investimentos para este sector. Aliás, esta é a hipótese coerente com o modelo constitucional.

Quanto ao sector industrial, são também grandes as dificuldades que a economia portuguesa terá que enfrentar, sendo fortes as forças centrífugas que actuarão sobre a estrutura industrial. O parecer da Comissão da C.E.E. sobre o pedido de adesão de Portugal não ignora essas dificuldades, referindo que se torna necessário aumentar a produtividade e o nível de vida e criar novos postos de trabalho que permitam captar a mão-de-obra liberta pelas reformas na agricultura, acrescentando que a indústria portuguesa está dominada por sectores tradicionais pouco rentáveis e em que existe uma crise internacional. Além disso - prossegue o referido parecer - a indústria é muito concentrada espacialmente, sendo muito dependente de importações de matérias-primas, bens de equipamento, bens intermediários, energia e tecnologia. Contudo, o parecer subestima as dificuldades da adesão referindo que esta implicará para Portugal a adopção de "disciplinas" comuns, sobretudo nos sectores siderúrgico, têxtil, calçado e construção naval, e a participação na promoção de actividades novas. Quanto ao sector energético - segundo o parecer - o consumo energético português é inferior 50% ao comunitário, sendo de prever que o reforço industrial venha a implicar um grande crescimento deste consumo, não se reduzindo a dependência portuguesa. Por outro lado, prevê que a capacidade portuguesa de refinação de petróleos implicará aumentos nos excedentes comunitários.

Na determinação da produção industrial as transnacionais desempenham um papel crescente⁽¹⁾, partindo-se aqui da hipótese de que a sua implanta

(1) A importância das transnacionais deriva não só do seu peso relativo, como também do facto de dominarem os processos tecnológicos que estão na base do desenvolvimento económico moderno.

tação em Portugal crescerá ao ritmo médio da sua implantação à escala mundial. Admite-se que no fim da década de 80 o peso relativo das transnacionais não se tenha alterado substancialmente⁽¹⁾. Há, contudo, estudos em que é atribuída maior importância ao papel das transnacionais na economia portuguesa. É nesta segunda perspectiva que FERREIRA (1979) se coloca ao afirmar que "é no domínio industrial que a adesão de Portugal à C.E.E. poderá ter influências mais negativas para a economia portuguesa, sobretudo no que se refere à 'desnacionalização' (implantação em Portugal de empresas estrangeiras produzindo para exportação e para o próprio mercado interno) progressiva da produção industrial e aos efeitos sobre o emprego e sobre a estrutura industrial (para não mencionar o quase certo agravamento dos fortes desequilíbrios regionais já existentes)". Este autor observa que serão insuficientes os postos de trabalho criados nas unidades implantados em Portugal com capital estrangeiro, em virtude da adopção de técnicas mais capital-intensivas, opinando que a integração na C.E.E. agravará as distorções na estrutura industrial "como a nossa experiência na EFTA o comprova". Mas note-se que se trata de duas realidades diferentes. Hoje há condições para o planeamento democrático da actividade, tendo o Estado meios que então não possuía; alterou-se substancialmente a estrutura de propriedade dos meios de produção. É necessário é que essas novas condições sejam devidamente exploradas. Contudo, há que ter presente, como já foi observado anteriormente, que existem forças desagregadoras importantes. E nesta ordem de ideias, o citado autor, referindo-se à competitividade externa, faz notar a existência de um grande número de PME's⁽²⁾ colocadas em sectores competitivos da economia portuguesa, como a indústria alimentar, têxtil e confecções, a indústria do calçado e cortiça, realizando-se a maior parte das exportações através de um pequeno

(1) Em 1979 representaria pouco mais de 2% da FBCF. Trata-se de uma percentagem excepcionalmente baixa comparativamente com outras economias de dimensão semelhante à portuguesa.

(2) Pequenas e médias empresas..

número de grandes indústrias. E observa; "é pois perfeitamente legítimo perguntar o que acontecerá a todo o conjunto de PME's na hipótese de adesão de Portugal às Comunidades Europeias mesmo naqueles sectores em que se refere a existência de 'revealed comparative advantages'". Este autor cita um estudo do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Indústria e Tecnologia, referente à indústria portuguesa em que são indicados os sectores com vantagens e desvantagens relativas⁽¹⁾.

Atrás mencionou-se que o parecer da Comissão da C.E.E. sobre o pedido de adesão de Portugal referia que esta adesão implicaria a adopção de "disciplinas" comuns no sector siderúrgico entre outros. RIBEIRO (1979), a este propósito⁽²⁾, chama a atenção para o "Plano Davignon", o qual contém uma estratégia de curto prazo e outra estrutural. A alteração estrutural do sector siderúrgico é feita através de "rigoroso controlo da instalação de novas unidades de fabricação e o encerramento (ou reconversão) de unidades obsoletas". E mais adiante: "Numa perspectiva que se pode considerar condicionada pela conjuntura desfavorável do mundo capitalista, particularmente na C.E.E., o PSN⁽³⁾ passou a ser metido em termos de mercado interno de curto prazo e evitando-se qualquer veleidade de capacidade exportadora e concorrencial".

No que concerne as indústrias químicas, que é o sector em que as transnacionais estão mais implantadas em Portugal, SEQUEIRA (1979) referindo-se às consequências de adesão para este sector, distingue as consequências da adesão relativamente a três tipos de macroagentes:

-
- (1) Entre outros sectores, apresentam vantagens os seguintes: têxtil, vestuário; adubos, algumas indústrias químicas (resinosas), minerais não metálicos; produtos metálicos e máquinas eléctricas. Aponta desvantagens relativas nos sectores: electromecânica, metalurgia e outras indústrias de base.
 - (2) Sobre as eventuais implicações da adesão sobre este sector, é de referir os artigos de FIGUEIREDO (1979) e da COMISSÃO ORGANIZADORA DO SEMINÁRIO O "PLANO SIDERÚRGICO NACIONAL" (1979).
 - (3) Plano Siderúrgico Nacional

19 Sector Privado nacional: actua predominantemente no domínio das paraquímicas e da química de consumo final. Trata-se, sobretudo, de PME's, sendo o sector so importante em termos sociais, porquanto aparca 40% do volume de emprego. Afirma que "... a integração na C.E.E. conduzirá, por um lado, ao agravamento dos problemas estruturais, bem como dos conjunturais, designadamente o crédito discricionário, a um preço insuportável das matérias primas devido à desvalorização do escudo, a altas taxas de juro e, por outro lado, a cada vez maiores dificuldades comerciais, devido à previsível concorrência no nosso mercado dos produtos da C.E.E."

29 Sector transnacional: os capitais transnacionais operam quase em todos os domínios. Desde 1976 tem crescido o seu controle de algumas áreas, especialmente na indústria farmacêutica. Este autor afirma que "o controle crescente das multinacionais manifesta-se não so no domínio industrial mas também através do quase monopólio da comercialização de produtos e matérias primas fundamentais importadas das suas casas mãe ... a integração institucional na C.E.E. mais não fará do que acentuar as tendências já existentes". Refere as vantagens que para as empresas transnacionais a integração na C.E.E. significa. Dá ênfase, entre outros aspectos, à utilização das relações preferenciais entre Portugal e as ex-colônias, aproveitamento de mão-de-obra barata e situação geográfica. Como inconvenientes para Portugal aponta a instalação de actividades com elevado índice de toxicidade e o aumento de desequilíbrio da balança tecnológica nacional.

39 Sector nacionalizado: detém grande parte da produção dos principais produtos básicos e estratégicos, com presença significativa noutros sectores de menor importância estratégica.

Quanto ao sector energético, o parecer da Comissão da C.E.E. sobre o pedido de adesão de Portugal, conforme foi acima referido, prevê um aumento deste tipo de consumo no nosso país, fazendo notar que a capacidade portuguesa de refinação de petróleos implicará aumentos nos excedentes comunitários. CARVALHO⁽¹⁾ (1979) esquematiza algumas possíveis implicações da adesão, no que respeita a este sector. Quanto ao sector petrolífero, refere, continuaremos a importar ramos de terceiros países. Defende este autor que fora da Comunidade Portugal teria maior poder de manobra para negociar aprovisionamentos a partir de países árabes, africanos e socialistas europeus. Pelo menos quanto aos dois primeiros tipos de países, é discutível, a priori, que assim seja. Sobre os custos da refinação nacional, estes são superiores ao custo médio na C.E.E. pelo que "a efectiva liberdade de movimentação de refinados (se aderíssemos) no mercado interno português iria concorrer objectivamente para diminuir a taxa de utilização actual das nossas refinarias. ... Por outro lado, uma inversão das posições relativas no mercado interno dos refinados iria colocar nas mãos das grandes multinacionais o importante sector estratégico do abastecimento energético da economia nacional".

Quanto à energia nuclear, (MOURA (1979)), sector carbonífero e hidroelectrico (CARVALHO (1979)) também se levantam algumas dificuldades.

FERREIRA (1979), referindo-se ao sector da construção civil, defende que a adesão trará consigo a ameaça da 'desnacionalização' da produção sendo "simplistas as análises dos ideólogos burgueses ao fundamentarem-se na ideia errada que o sector seria 'naturalmente' bastante independente e fechado em relação ao estrangeiro e que por isso, não seria afectado com a adesão à C.E.E.". Refere que os industriais da C.E.E. apontam a necessidade de desenvolver a sua actividade em países estrangeiros (do 3º Mundo ou em países onde os custos de

(1) RATO (1979) refere-se à mesma problemática.

produção sejam inferiores aos seus) ilustrando a sua tese com os resultados da reunião da Federação Internacional Europeia de Construção que teve lugar em Bruges em Maio de 1978, onde foi considerado "que a grave crise que afecta o sector, na Europa, é o resultado de os diferentes governos considerarem o sectore da construção civil como um instrumento privilegiado das suas políticas de regulação da procura, que fazem com que a actividade do sector cresça ou se reduza de acordo com as necessidades da economia geral".

É oportuno, neste contexto, ver como é que o Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa encara a questão da adesão⁽¹⁾. Considera que a adesão, sendo um facto eminentemente político como opção política de uma sociedade, também radica em motivos de ordem económica. Assim, considera que a pequenez do nosso mercado, sendo uma limitação ao crescimento económico, é uma das características da nossa economia que é favorecida com a adesão. Por outro lado, afirma este autor, há um movimento, que se iniciou no post-guerra, "caracterizado por uma crescente integração das economias europeias, através da livre movimentação das mercadorias e dos factores de produção e ainda da harmonização das políticas económicas".

Com a integração, muitas forças desagregadoras ou desequilibradoras incidirão sobre a estrutura industrial portuguesa. Por um lado, os termos dos acordos quanto à duração do período de transição e vantagens que são atribuídas a Portugal, poderão constituir uma contra-força e, por outro lado, um planeamento económico, suporte de uma estratégia de desenvolvimento que seja a tradução de um consenso social, é uma das condições para um desenvolvimento minimamente contraditório. Conforme é ilustrado nas II e III Parte da dissertação, o Sector Empresarial de Estado deverá ser o motor deste processo de desenvolvimento, garantindo ao Sector Privado as condições necessárias ao prosseguimento do seu interesse próprio, clarificando-se as "regras do jogo". Poderá dizer-se

(1) Vidé MATOS

que a estrutura económica, nomeadamente a estrutura produtiva, deverá adaptar-se e desenvolver-se em conformidade com as funções de utilidade social e de utilidade específica das diversas formações económicas, funcionando como restrições o interesse social e as condicionantes internas e externas aqui referidas.

2.4. A C.E.E. como condicionante da estrutura do comércio externo português

Da análise de vários textos de autores que defendem a integração de Portugal na C.E.E., constata-se que para estes é fundamental o papel do comércio externo no desenvolvimento económico português; permite aprofundar e desenvolver especializações e aproveitar a dimensão dos mercados externos. E há quem apresente correlações entre o grau de abertura de uma economia e a sua dimensão (SALGUEIRO (1979)). No polo contrário, há quem sustente que o principal objectivo económico é o desenvolvimento das forças produtivas, menosprezando o papel do comércio externo como factor dinâmico de desenvolvimento.

Desde que determinados pressupostos sejam verificados no quadro da adesão, é possível que o desenvolvimento das forças produtivas nacionais seja compatível com uma certa dinâmica do comércio externo. No entanto, a sua extensão e estrutura deverá depender das necessidades sociais, formalizadas no plano.

ORDAZ (1980) na sua comunicação, refere que "uma das principais consequências da adesão será a forte limitação da capacidade de negociação do Portugal no domínio das trocas comerciais, uma vez que, em virtude no artº 113º do Tratado de Roma, a existência de uma política comercial comunitária implica a uniformização dos princípios respeitantes a modificações pautais, (etc)" e chama a atenção para a importância do "acquis communautaire", cuja situação

global é imposta a qualquer país que se proponha aderir à Comunidade. Opina que a Portugal "não lhe será admitida a perseguição de uma política isolada de alinhamento com as posições de países terceiros ainda que ditados por eventuais afinidades ideológicas, dificuldades de idêntica natureza ou por mera pertença ao mesmo estágio de desenvolvimento económico". Esta última afirmação parece um tanto pessimista relativamente às considerações que LOPES (1980) teceu sobre as relações económicas luso-brasileiras: "... a adesão de Portugal à C.E.E. contribuirá para intensificar as relações económicas entre Portugal e o Brasil... a adesão estabelecerá condições de mais fácil entrada de produtos industriais brasileiros no mercado português e trará atractivos especiais para investimentos brasileiros em Portugal Portugal terá de adoptar o sistema de preferências generalizadas instituído pela C.E.E. a favor dos países em vias de desenvolvimento, donde resultaria a concessão de facilidades de isenção tarifária aos produtos brasileiros Além disso, os produtos fabricados em Portugal estarão muito mais livres do risco de terem de enfrentar limitações e barreiras proteccionistas na Europa".

Voltando à comunicação de ORDAZ (1980), no que respeita às relações com a Comunidade após a adesão, refere que "os efeitos da adesão no comércio de produtos industriais entre Portugal e a Comunidade serão muito atenuados por força da situação pré-existente Os reflexos da adesão já serão mais substanciais no sector agrícola, por se tratar de um domínio em que a liberalização das trocas ainda não foi iniciada para além das concessões de alcance bastante restrito que a Comunidade fez a Portugal nos acordos em vigor ...". O autor faz notar que, no que concerne a relações com outros países, Portugal virá a perder as preferências que tem da E.F.T.A. e, quanto aos países signatários de Convenção de Lomé, passará a aplicar as preferências comunitárias, acrescentando que, regra geral, as concessões de Portugal vier a fazer não serão contrabalançadas. Conclui, apresentando os dois factores que "influirão decisiva

mente para que os efeitos da adesão no campo das relações externas de Portugal sejam, ao fim e ao cabo, minimamente suportáveis:

- 1) Será o comportamento da economia portuguesa no período que precederá a adesão, designadamente a superação das actuais dificuldades da Balança de Pagamentos e da crise que afecta largos sectores da indústria nacional ... aproveitamento dos recursos agrícolas do país, atenuando o déficit alimentar;
- 2) Obtenção dos períodos de transição indispensáveis ... e socorrer-se das medidas de salvaguarda especiais".

O comércio externo é um sector especialmente sensível à integração de Portugal, sendo consideravelmente condicionado por esta, nomeadamente no que respeita a agricultura⁽¹⁾ e as indústrias tradicionais. Será importante o desenvolvimento do potencial tecnológico português, difundindo-se a inovação⁽²⁾, de modo a poder ser reduzida a longo prazo, a dependência externa de Portugal, definindo-se uma política económica que vise aumentar a competitividade dos produtos portugueses nas novas condições de mercado. Uma das consequências do desenvolvimento das forças produtivas nacionais deverá consistir na atenuação do desequilíbrio externo actualmente existente, que se traduzirá numa maior adequação da oferta interna à procura interna.

-
- (1) Não é do âmbito desta tese a análise da Política Agrícola Comum, no entanto, é oportuno referir que esta influi sobremaneira na estrutura do comércio externo de produtos agro-pecuários. A este propósito, consulte-se por exemplo, "La economía de la Comunidad europea (BANCO EXTERIOR DE ESPAÑA (1979)) e a citada comunicação de ESTÁCIO, LOBÃO e SILVA (1980).
 - (2) Uma difusão de inovações terá efeitos com maior repercussão do que uma mera substituição de importações.

II. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO PARA OS ANOS 80

Conhecidas as principais condicionantes, as quais reflectem as possibilidades de desenvolvimento, interessa analisar quem são os principais macroagentes em presença, que relações se estabelecem entre si, qual o interesse específico de cada um e como se harmonizam esses interesses de modo a clarificar e formar uma vontade, a qual se materializará num projecto nacional.

1. Fluxograma das trocas entre os macroagentes

Em geral, os modelos de desenvolvimento económico consideram os vários agregados macroeconómicos na sua abstracção sem ter em conta as relações de produção que lhe estão subjacentes. Procedendo desse modo perde-se poder de análise, dado que não se pode conjecturar sobre o futuro quando se desconhece as motivações e interesses específicos dos macroagentes com maior poder de decisão e de negociação, bem como as relações que entre estes se estabelecem. O modelo apresentado na III Parte da dissertação é um espaço de representação das relações de produção entre os macroagentes, permitindo visualizar a resultante das diversas forças actuantes.

A elaboração do fluxograma das trocas entre os macroagentes é um primeiro passo para:

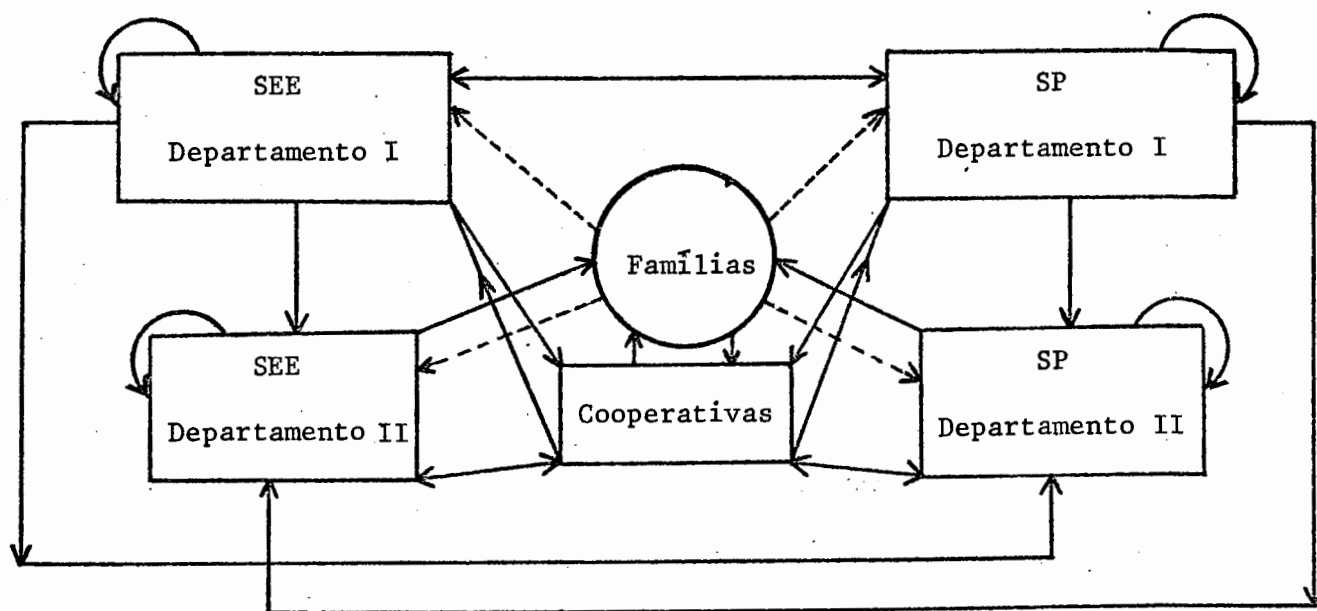
- o entendimento do processo de tomada de decisão;
- a explicitação das relações de troca, que é um aspecto importante no que respeita o sub-modelo de preços apresentado na III Parte;
- o delinearmento da especificidade da estrutura de propriedade dos meios de produção existente em Portugal.

No fluxograma abaixo indicado foram feitas algumas simplificações. Quanto ao Sector Público, apenas foi considerado o Sector Empresarial de Esta

do, e, no que respeita o Sector Privado, foram agregados os Sectores Privado nacional e transnacional. O Sector Empresarial de Estado produz meios de produção e bens de consumo, bem como o Sector Privado. Quanto às Cooperativas, estas produzem essencialmente bens de consumo. As famílias fornecem trabalho. Com estes dados pode-se elaborar um organigrama, nos seus princípios construído em moldes semelhantes aos tradicionais fluxogramas das trocas apresentados, com fins pedagógicos, nos compêndios de economia.

No fluxograma é importante a distinção entre o Sector Público e Sector Privado, não só pelo facto de seguirem princípios de racionalidade económica diferentes, como também pela sua hierarquização na estratégia de desenvolvimento, em torno do interesse social.

FLUXOGRAMA DAS TROCAS ENTRE OS MACROAGENTES



Simbologia:

- SEE - Sector Empresarial de Estado
- SP - Sector Privado nacional e transnacional
- Departamento I - Sectores que produzem bens de equipamento
- Departamento II - Sectores que produzem bens de consumo (final ou intermédio) e serviços.

Este fluxograma é um primeiro passo na análise do processo de tomada de decisão, porquanto distingue no todo as diversas formações econômicas com as suas especificidades, todas elas participantes no processo social de tomada de decisão (por exemplo, participam na decisão sobre "o que produzir"). Por outro lado, o fluxograma permite a explicitação das relações de troca no interior da economia, aspecto que se pretende com o funcionamento dos mercados e com o papel do plano como regulador da actividade económica. Existem, assim, vários tipos de trocas entre os agentes considerados, agentes estes que são de natureza diferente.

E há três tipos de mercadorias que são trocadas:

- bens de equipamento;
- bens de consumo;
- força de trabalho.

1º Bens de equipamento

Existem dois sectores produtores e cinco utilizadores⁽¹⁾:

SEE (Dep. I)	—————>	SEE (Dep. II) (trocas internas)
SEE (Dep. I)	—————>	SEE (Dep. I) (trocas internas)
SEE (Dep. I)	—————>	SP (Dep. I) (trocas externas)
SEE (Dep. I)	—————>	SP (Dep. II) (trocas externas)
SEE (Dep. I)	—————>	S. Cooperativo (trocas externas)
SP (Dep. I)	—————>	SP (Dep. II) (trocas internas ao SP)
SP (Dep. I)	—————>	SP (Dep. I) (trocas internas ao SP)
SP (Dep. I)	—————>	SEE (Dep. I) (trocas externas)
SP (Dep. I)	—————>	SEE (Dep. II) (trocas externas)
SP (Dep. I)	—————>	S. Cooperativo (trocas externas)

(1) As Cooperativas produzem essencialmente bens de consumo (final ou intermédio) e serviços.

29 Bens de consumo e serviço:

SEE (Dep. II)	—————>	S. Cooperativo (trocas externas)
SEE (Dep. II)	—————>	Famílias (trocas externas)
SEE (Dep. II)	—————>	SEE (Dep. I) (trocas internas ao SEE)
SEE (Dep. II)	—————>	SEE (Dep. II) (trocas internas ao SEE)
SEE (Dep. II)	—————>	SP (Dep. I) (trocas externas)
SEE (Dep. II)	—————>	SP (Dep. II) (trocas externas)
SP (Dep. II)	—————>	S. Cooperativo (trocas externas)
SP (Dep. II)	—————>	Famílias (trocas externas)
SP (Dep. II)	—————>	SEE (Dep. I) (trocas externas)
SP (Dep. II)	—————>	SEE (Dep. II) (trocas externas)
SP (Dep. II)	—————>	SP (Dep. I) (trocas internas ao SP)
SP (Dep. II)	—————>	SP (Dep. II) (trocas internas ao SP)
S. Cooperativo	—————>	S. Cooperativo (trocas internas ao S. Cooperativo)
S. Cooperativo	—————>	Famílias (trocas externas)
S. Cooperativo	—————>	SEE (Dep. I) (trocas externas)
S. Cooperativo	—————>	SEE (Dep. II) (trocas externas)
S. Cooperativo	—————>	SP (Dep. I) (trocas externas)
S. Cooperativo	—————>	SP (Dep. II) (trocas externas)

39 Força de trabalho⁽¹⁾:

Para que o sistema fique completo há ainda que analisar os fluxos relativos a este terceiro tipo de mercadorias.

Famílias —————> SEE (Dep. I)

Famílias —————> SEE (Dep. II)

(1) São aqui omitidas relações do tipo "Famílias <—> Famílias", que estão as sociadas a formas de produção típicas das "economias subterrâneas, ou não estruturadas" (AMSELLE (1980)).

00.

Famílias ⁽¹⁾ —————> SP (Dep. I)
Famílias —————> SP (Dep. II)
Famílias —————> S. Cooperativo

Estão considerados aqui dois tipos genéricos de trocas: trocas internas e trocas externas. Dentro das trocas internas há a considerar:

- trocas internas ao SEE;
- trocas internas ao SP, e
- trocas internas ao S. Cooperativo.

Aqui põem-se várias questões, uma das quais é a de se saber se se pode falar propriamente de troca nestas três situações, ou se é preferível naluma delas considerar antes o conceito de transferência. Isto tem a ver com o sistema de preços a adoptar, que por sua vez condiciona a troca de valores entre as diversas formações económicas e traz implicações sobre todo o processo produtivo (vide III Parte).

Quanto às duas últimas categorias, não oferece dúvidas de que se trata de troca de mercadorias. No primeiro caso (trocas internas ao SEE), desde que se encare o SEE como uma unidade complexa de gestão, de propriedade colectiva, já se torna necessária uma análise mais pormenorizada. Há, então, que considerar os seguintes tipos de trocas internas ao SEE:

- SEE (Dep. I) <————> SEE (Dep. I)
- SEE (Dep. I) <————> SEE (Dep. II)
- SEE (Dep. II) <————> SEE (Dep. II)

Pelo menos teoricamente, é possível considerar dois tipos de preços de bens produzidos no SEE: os preços dos meios de produção e o preço dos bens de consumo final, considerando neste sector um sistema de preços de dois níveis.

(1) Até certo ponto, pode-se considerar a categoria "Famílias" como um macroagente na medida em que a imperfeição do mercado se traduz na existência de centrais sindicais.

Os meios de produção, seguindo esta lógica, teriam "preços de transferência", tratando-se aqueles de "quase-mercadorias" - neste caso não seria legítimo falar de troca, mas antes de circulação de "quase-mercadorias". Estes tipos de preços são geralmente utilizados nos países socialistas. Nestes países, porém, só as empresas públicas podem produzir os meios de produção, ou pelo menos, a sua quase totalidade⁽¹⁾. O "preço de transferência" consiste geralmente em somar ao custo de produção uma percentagem do excedente formado no SEE. Significa isto que, no interior do sector, estas "quase-mercadorias" seriam transferidas abaixo do seu valor.

No que respeita a adesão ao mercado comum, uma dificuldade que se levanta à implantação de um sub-sistema de preços deste tipo, está associada à interpretação do conceito "discriminação entre agentes". Se se entender que cada empresa do SEE deve ser considerada individualmente e independentemente do sector, tal sub-sistema de preços seria mesmo uma "discriminação entre agentes". Havendo uma gestão integrada do SEE, tal sub-sistema terá sentido, simplesmente, dado as suas implicações políticas, afigura-se irrealista a sua implementação, mesmo no contexto desta dissertação que preconiza uma maior intervenção do Estado na regulação da actividade económica.

A utilidade do fluxograma na explicitação das relações de troca no interior da economia não se limita ao que foi dito: também vai ser útil na elaboração do sub-modelo de preços para a economia portuguesa apresentado na III Parte. A elaboração do fluxograma das relações de troca entre os macroagentes é também um primeiro passo para o delineamento da especificidade da estrutura de propriedade dos meios de produção existente em Portugal, o que permite caracterizar a racionalidade económica típica de cada formação e construir mode

(1) A estrutura da propriedade dos meios de produção é em Portugal muito específica. Embora os sectores-chave estejam nacionalizados, é muito importante o peso relativo do Sector Privado no Departamento I, o que não acontece nos países socialistas.

los de decisão para cada uma das principais formações econômicas. Ora a estrtégia só pode ser delineada desde que se conheça, para além das referidas limitações internas e externas, o "modo de gestão" específico a cada formação econômica, de modo a se poder explicitar e quantificar os objectivos sociais, obtidos a partir da necessária harmonização de interesses.

2. Planeamento e mercado

O modelo apresentado na III Parte da dissertação, como foi referido, assenta na Constituição de 1976 e permite veicular uma estratégia em que intervêm os macroagentes antes referidos. O modelo é apresentado como sendo o suporte técnico, representando os seus elementos fundamentais. Trata-se de um modelo de decisão que simula o comportamento de cada macroagente e confronta as suas vontades. Mais rigorosamente, trata-se de um sistema de modelos ligados entre si, nos quais são consideradas as restrições internas e externas, nomeadamente a condicionante "adesão ao Mercado Comum", apontando para um rumo que pode ser seguido desde que haja uma acção deliberada e consciente por parte do Estado. E, para isso, é necessário que os diversos agentes entendam que há um interesse comum. Ao nível político e técnico, para servir tal necessidade, há que quantificar e delimitar as fronteiras desse "interesse comum". É, assim, imprescindível que se conheçam e divulguem as principais proporções macroeconómicas existentes, bem como as desejáveis, em termos de um consenso devidamente explicitado e quantificado, conseguido através da harmonização de interesses entre os parceiros sociais.

Torna-se necessário um acordo quanto à relação entre a acumulação e o consumo lato, construindo-se uma "curva de decisão do Governo" (KALECKI (1970; pp 36-72)). E, dada esta proporção, será preciso explicitar a repartição que lhe está associada (repartição necessária), o que implica que as políticas de

preços e rendimentos, orçamental e monetária sejam manejadas tendo em conta as proporções desejadas. Significa isto que a formação e repartição do valor criado deve ser analisada tecnicamente e assumida pelos parceiros sociais. E com este desiderato é necessário que o Estado, enquanto gestor da economia e coordenador das acções de conteúdo económico por parte do Sector Privado e Sector Cooperativo, se organize em termos técnicos e se disponha, politicamente, a ser um agente dinâmico. Trata-se de um elemento institucional da estratégia de desenvolvimento económico necessária. Têm que ser criadas, nuns casos, e desenvolvidas, noutros, instituições de planeamento da actividade económica.

O SEE carece de uma gestão integrada; contudo, deve ser encarado como uma unidade complexa de gestão. De facto, nas economias mistas contemporâneas é essencial a função planeamento. Ao ~~se~~ considerar as condicionantes internas de ordem constitucional, formalizadas no modelo apresentado nesta dissertação, sobressai a necessidade de desenvolvimento daquela função, porquanto a gestão da economia portuguesa, nos moldes constitucionais, não pode consistir em medidas de política económica de carácter avulso.

As medidas de política económica de diversa índole deverão ter por pano de fundo o plano. Em relação ao Sector Privado e Sector Cooperativo há necessidade de criar incentivos ao cumprimento dos objectivos macroeconómicos desejados e, por conseguinte, estabelecidos no plano. Daqui decorre a necessidade de um acompanhamento conjuntural da execução do plano, de modo a descortinar as tendências formadas no passado recente, caracterizar o momento presente e prever o próximo futuro. E as medidas de política conjuntural a adoptar deverão ser correctoras dos eventuais desvios, e nunca medidas que favoreçam o desenvolvimento de tendências não desejadas em termos do plano. Na verdade, e com mais rigor, trata-se de um sistema de planos (curto, médio e longo prazos). E a este sistema de planos deverá necessariamente estar associado um sistema de

modelos com características diferentes. Nesta dissertação, dado o seu carácter, não se recorre propriamente a modelos de planeamento, no sentido tecnico do termo, utilizando antes modelos de decisão simplificados que têm apenas por finalidade patentear a lógica inerente a cada macroagente e as principais tendências que decorrerão da sua acção assim modelizada.

Como consequência do desenvolvimento da função Estado, decorrente do aperfeiçoamento do planeamento macroeconómico, ampliam-se as necessidades de recorrer à Informática. Nesta perspectiva, a existência de um sistema unificado de informática para o SEE, ligado ao planeamento central, é imprescindível a uma gestão integrada e unificada do SEE. A burocratização é um perigo que se levanta e que é em larga medida evitável desde que o Estado - Administração seja estruturado em moldes modernos e utilize formas de gestão vulgarmente designadas por empresariais, no sentido schumpeteriano e é necessário que se difundam valores que gratifiquem o sucesso e promovam a competência e o rigor, concedendo aos gestores públicos uma maior liberdade de acção.

A necessidade de desenvolver a função planeamento nos anos 80 decorre não só da condicionante constitucional, como foi referido, mas também das restantes condicionantes, internas ou externas. O plano é vinculativo para o Sector Público e orientador para os Sectores Privado e Cooperativo. Isto significa que haverá uma acção directa sobre a economia no que respeita ao Sector Público, enquanto que serão usadas políticas indirectas no que concerne aos restantes Sectores. Daqui decorre a importância de que se reveste a elaboração do plano anual e a ligação entre o curto e o médio prazos, o que implica o desenvolvimento dos serviços de conjuntura na sua ligação funcional com o plano. O lançamento de inquéritos de conjuntura, a implementação de um sistema de contabilidade nacional de base trimestral, o desenvolvimento de previsões conjuntu

rais e a construção de um sistema de indicadores de alerta⁽¹⁾ para o plano, são elementos do necessário acompanhamento conjuntural da execução do plano, tanto no que respeita a economia pública como a privada⁽²⁾. A política conjuntural será de mera estabilização, no sentido de eliminar ou atenuar previsíveis desvios relativamente ao equilíbrio "ex ante". A reformulação do sistema estatístico nacional será indispensável à construção do referido sistema de planos e ao seu eficiente acompanhamento.

Outra questão importante, de natureza política, é a participação dos diversos parceiros sociais na elaboração do plano porque sem um consenso, nenhum plano poderá atingir plenamente os seus objectivos.

A "norma" do produto final líquido (s_t) ou a "norma" do consumo lato (P_t/X_t) terá que ser obtida com base na harmonização dos interesses em presença. De uma maneira geral, todas as proporções macroeconómicas terão que sintetizar essa harmonização e todos os parceiros sociais deverão ter a clara noção das implicações da satisfação de determinado interesse particular sobre os principais ritmos e proporções. Neste sentido, o funcionamento de um instituto de rendimentos e preços é de importância fundamental, em estreita ligação com a orgânica nacional do plano. A necessidade de democratização na elaboração do plano reflecte-se na própria orgânica do planeamento, que se deverá traduzir num grau adequado de descentralização. O necessário compromisso entre centralização e descentralização pode rezumir-se na velha fórmula de Oskar Lange: "A planificação pode descentralizar-se na medida em que se pode construir um sistema de incentivos que faça com que as decisões tomadas pelos graus inferiores

(1) Vidē GARRIDO (1977).

(2) Daí a necessidade de nos inquirir de natureza diversa que se dirijam às empresas, se distinguir o sector de propriedade dos meios de produção.

se equiparem às tomadas de forma centralizada ... e deve descentralizar-se a a quele âmbito de decisões em que as decisões centrais reagirão demasiadamente tarde ante determinadas decisões (LANGE (1971; p. 47))".

Especificamente, no contexto do SEE pode dizer-se que terá que haver um compromisso entre o interesse público e o direito à autodeterminação por parte de cada empresa. O modelo do centralismo indirecto, dentro do quadro de uma gestão paramétrica é o que melhor se coaduna com o modelo aqui apresentado, no que concerne as empresas do SEE. (ABDEL - FADIL (1975; pp. 121-8)). O modelo do centralismo indirecto dá relêvo à circulação vertical de informação do centro ã periferia do SEE a qual se processa com a ajuda de computadores.

Os preços de programação desempenham um papel muito importante na afectação óptima de recursos, no modelo de centralismo indirecto. O modelo de planificação de dois escalões de Kornai - Liptak (KORNAI - LIPTAK (1965)) é o modelo adequado a este tipo de gestão. Trata-se de um modelo de simulação que permite a afectação óptima de recursos pelo centro planificador. Os dois escalões são o centro e os sectores. Isto exige a construção de um modelo de programação linear agregado correspondente ao SEE e um programa linear para cada sector. O centro, previamente, fixa os grandes objectivos e recursos afectos aos vários sectores. A partir dessa informação, calcula-se para cada sector os preços duais relativos aos vários recursos e esses preços duais são transmitidos ao centro, o qual por sua vez reformula as restrições do modelo agregado, etc.. Trata-se de um processo iterativo que é resolúvel graças aos trabalhos de DANTZIG e WOLFE (1961). Este processo de cálculo não é utilizado na III Parte porque um trabalho deste tipo requer um grupo técnico dispondo de bastantes meios de cálculo e abundante informação, constituindo uma tarefa de longo prazo.

Quanto ao modo de regulação global da economia, o centralismo in directo coexistirá com uma "condução indirecta da economia" (expressão cara aos economistas húngaros contemporâneos) no que respeita aos Sectores Privado e Cooperativo. No seu figurino geral, trata-se de um modo de regulação da economia muito próximo do "modelo descentralizado do socialismo de mercado", com elementos de "centralismo indirecto" (ABDEL - FADIL, (1975; pp. 129-134)).

Terá assim que haver uma estreita ligação entre o plano e o mercado. Nessa relação haverá uma hierarquização, na medida em que o plano fixa objectivos de ordem diversa. Teoricamente, essa ligação, na óptica da determinação da produção desejada, estabelece-se através dos blocos de optimização dos diversos sectores de propriedade social dos meios de produção, em que existe uma optimização sucessiva, sendo o primeiro bloco a ser resolvido o respeitante ao SEE. A solução óptima neste bloco é utilizada como restrição nos blocos seguintes (vidé III Parte).

Para se incentivar os Sectores Privado e Cooperativo a terem o comportamento previsto no plano, utiliza-se a política económica corrente na ligação mercado-plano.

Finalmente, refira-se a necessidade que existe, para que este modelo se desenvolva, de os parceiros sociais terem a apreensão das consequências técnicas (v.g. ao nível das proporções) da satisfação de determinados interesses. Ilustrando esta questão, veja-se o problema típico da relação entre a agricultura e a indústria ao longo das diversas etapas do desenvolvimento. Uma política de transferência de valor da agricultura para os restantes sectores⁽¹⁾, de modo a permitir uma dada acumulação, pode ser conseguida, por exemplo, através de uma política de preços baixos na agricultura. Ora uma política deste tipo

(1) Existe uma relação entre a propensão marginal para consumo das populações rurais, a produtividade na agricultura e os preços dos produtos agrícolas.

só teria uma razoável probabilidade de ser bem sucedida desde que os representantes das populações rurais estivessem cientes do destino do valor transferido e da sua utilidade, em termos dos objectivos programados, bem como do custo social dessa transferência que as populações rurais deviam suportar. Recorde-se as dificuldades que se levantaram a certos modelos de acumulação deste tipo.

3. Os interesses específicos das formações económicas e o projecto nacional

O projecto nacional é a resultante das vontades das partes. No entanto, essa resultante não é determinada automaticamente através de um mecanismo de "laissez-faire". O projecto tem que ser construído a partir de uma acção consciente. E, nesse sentido, é necessário que todas as partes conheçam as motivações das restantes e mutuamente as aceitem. Deste modo, as partes determinam o todo e o conhecimento do todo pelas partes vai condicionar estas na sua acção. Pode-se aqui falar na inter-acção entre o todo e as partes.

Todas as formações económicas seguem um determinado princípio de racionalidade económica ou, em terminologia da Constituição, seguem específicos "modos de gestão social". A diversidade da estrutura dos meios de produção em Portugal está associada a uma variedade de formas de cálculo económico.

Numa economia em que o Sector Privado, ou o Sector Público, tenha um diminuto peso relativo, para se explicitarem as tendências dos agregados macroeconómicos os seus ritmos e proporções, o recurso a um modo geral de simulação poderia eventualmente ser suficiente. Não é esse o caso presente. Aqui serão usados três sub-modelos: para os SEE, Sector Privado Nacional e Sector Transnacional. Não é considerado o Sector Cooperativo porque tem um peso relativo mo

desto, interessando apenas, no contexto desta dissertação, analisar as principais tendências de desenvolvimento formadas.

Mas voltando à questão da necessidade de se utilizar distintos modelos de simulação na hipótese de haver uma variedade na estrutura de propriedade dos meios de produção, note-se que a existência desta variedade estrutural não é necessária e suficiente para que tecnicamente se recorra a um sistema de modelos, pois logicamente é possível, por exemplo, a existência de um Sector Público que utilize um "modo de gestão social" que se aproxime significativamente do modo de gestão típico do Sector Privado. Neste caso, poderia prescindir-se da utilização de um sub-modelo para cada sector, na medida em que só haveria um princípio básico de racionalidade económica.

No modelo apresentado na III Parte, como foi referido, é considerado um sistema de modelos⁽¹⁾ (sub-modelos) ligados entre si. No contexto das condicionantes internas e externas do desenvolvimento económico português apresentadas na I Parte, o Sector Público, actuando nos termos requeridos, deverá seguir uma racionalidade económica própria, de carácter social, diferente da do Sector Privado - os respectivos sub-modelos deverão traduzir os diferentes "modos de gestão social".

Uma primeira distinção se torna necessária relativamente ao Sector Público. Neste há que separar o Sector Público tradicional do SEE. No Sector Público tradicional, o aumento da eficiência social traduz-se essencialmente no melhoramento das formas organizativas (parâmetro "u" de Kalecki (1970; pp. 17-18). O funcionamento eficiente deste sector, dada a importância do factor institucional no desenvolvimento económico, vai reflectir-se em toda a economia.

(1) Dadas as características da dissertação, para além de pesado volume de cálculos que outra orientação requeriria, apenas se pretende aqui explicitar as principais tendências formadas ou desenvolvidas na década de 80 por acção de uma multiplicidade de macroagentes prosseguindo os seus interesses, sujeitos a determinados condicionantes (restrições).

Já foi atrás apontada a necessidade de desenvolver a função planeamento. Estas alterações institucionais e as melhorias nas formas organizativas podem, então, sintetizar-se no parâmetro "u", acima referido. Assim o Sector Público tradicional é tratado automaticamente ao nível do modelo e em termos não quantificados.

Um elemento básico do modelo é o "bloco produção" (vide organigramas do modelo, apresentados na III Parte).

O "bloco produção" engloba três módulos de optimização:

- módulo de optimização do SEE;
- módulo de optimização do Sector Privado;
- módulo de optimização do Sector Transnacional.

O módulo de optimização do SEE consiste num programa linear, composto por uma função objectivo, um conjunto de restrições e pela condição de não-negatividade:

$$\begin{aligned} \text{Max} \quad & w = d'x \\ \text{sujeito a} \quad & Ax \leq s \\ & e \quad x_i \geq 0 \end{aligned}$$

Este programa linear simboliza a racionalidade económica prosseguida pelo SEE.

A especificação no modelo é feita na III Parte. Aqui interessa sobretudo analisar a função objectivo.

Em geral, podem ser consideradas funções objectivo alternativas, em função dos objectivos da política económica (BERRI (1977; pp 84-88)).

- Max VAB;
- Min investimento bruto requerido à produção;
- Min utilização da força de trabalho;

- Min déficit da balança comercial.

- ...

A preocupação em maximizar o VAB costuma estar ligada a uma situação em que é desejável o crescimento económico a curto e médio prazo, enquanto que a minimização do investimento bruto está geralmente associada a uma considerável escassez de fundos para investimento que é fortemente limitativa das possibilidades de crescimento económico.

Em situações de grave desequilíbrio da balança comercial, a função objectivo a escolher poderá consistir na minimização do déficit da balança comercial, mas este princípio, quando adoptado, terá que ser seguido durante períodos bem determinados, desejavelmente não muito longos.

KANTOROVICH (1959), pioneiro desde os anos 30 das modernas técnicas de planificação, apresenta uma formulação matemática bastante interessante do problema da planificação da actividade económica.

Tecnicamente é possível a consideração simultânea de todos estes objectivos. Um princípio de racionalidade económica deste tipo, portanto de carácter misto e complexo, pode hoje traduzir-se, graças aos resultados de trabalhos recentes, num programa multi-objectivos (COHON AND MARKS (1975) e FREE UNIVERSITY (1977)).

O tipo de modelo de programação multi-objectivos indicado para representar uma situação semelhante à considerada nesta dissertação, seria um modelo de optimização hierarquizada. Estes modelos são baseados na hipótese de que o conjunto das diferentes funções objectivo pode ser ordenado de modo decrescente, de acordo com o seu grau de prioridade relativa.

Assim, um processo de optimização hierarquizado pode ser descrito a través das seguintes fases sucessivas:

$$\begin{array}{l}
 \text{I} \left\{ \begin{array}{l} \max w_1(x) \\ \text{sujeito a} \\ g(x) \leq \bar{g} \end{array} \right. \\
 \\
 \text{II} \left\{ \begin{array}{l} \max w_2(x) \\ \text{sujeito a} \\ g(x) \leq \bar{g} \\ w_1(x) \geq b_1 w_1^0 \end{array} \right. \\
 \\
 \text{III} \left\{ \begin{array}{l} \max w_3(x) \\ \text{sujeito a} \\ g(x) \leq \bar{g} \\ w_1(x) \geq b_1 w_1^0 \\ w_2(x) \geq b_2 w_1^0 \end{array} \right. \\
 \dots
 \end{array}$$

em que w_1^0 e w_2^0 são valores óptimos de w_1 e w_2 calculados nos passos I e II. Os parâmetros b_1 e b_2 ($b_1, b_2 < 1$) definem uma certa área de tolerância para os valores de w_1 e w_2 ; esta área de tolerância representa o decréscimo máximo de w_1^0 e w_2^0 que é admitido pela entidade que elabora o programa (FREE UNIVERSITY (1977)).

No modelo apresentado na III Parte da dissertação é considerada uma única função objectivo do SEE, porque o modelo não é um modelo de planeamento no sentido técnico do termo, o que permite uma simplificação da sua formulação e um alívio no volume de cálculos a efectuar.

O Sector Privado nacional visa maximizar o lucro sujeito a determina das restrições técnicas e sociais. O módulo de optimização do Sector Privado

consiste num programa linear, composto por uma função objectivo, por um conjunto de restrições e pela condição de não-negatividade

$$\text{Max } G = e'x$$

$$\text{sujeito a } Bx \leq t$$

$$\text{e } x_i \geq 0$$

A racionalidade do Sector Privado transnacional é de carácter mais complexo, assentando em elementos de ordem económica, política e institucional. Um trabalho da EMPRESA GERAL DE FOMENTO analisa os atributos objectivos e subjectivos que o investidor estrangeiro encontra nos sectores de actividade da economia portuguesa. Agregando as ponderações atribuídas nesse trabalho às diversas actividades, em termos da matriz (20 × 20), é possível construir o Quadro 12.

Quadro 12

Sector Transnacional
(Ponderações dos atributos)

Sectores	Ponderações
1	0.5324
2	0.3996
3	0.5768
4	0.4538
5	0.4534
6	0.5557
7	0.5264
8	0.6228
10	0.4736
11	0.5916
12	0.5923
14	0.5350
16	-
17	0.5516
18	0.4580
19	0.4203

Fonte: Dados calculados a partir de valores publicados no citado estudo da Empresa Geral de Fomento.

São, assim, os sectores da indústria química, produtos metálicos, máquinas e material de transporte e metalúrgica de base, os sectores mais atractivos.

Os pesos representados no Quadro 12 podem ser interpretados como coeficientes de uma função de utilidade. Nestes termos, pode dizer-se que o princípio de racionalidade económica do Sector Transnacional consiste em maximizar a vantagem total (V):

$$\begin{aligned} \text{Max } V &= c'x \\ \text{sujeito a } Fx &\leq r \\ \text{e } x_i &\geq 0 \end{aligned}$$

Ora o plano pode ser encarado como um instrumento técnico de harmonização dos interesses dos macroagentes em presença. O projecto nacional tem que ser construído com base no prosseguimento dos princípios de racionalidade económica referidos, fixando as restrições dos vários sub-modelos.

As "normas" do plano, as quais deverão traduzir o equilíbrio "ex ante" entre ritmos e proporções, são a expressão do consenso nacional, e constituem elementos sociais da modelização do desenvolvimento económico. Para além dos aspectos éticos, há, assim, uma necessidade técnica de um planeamento democrático. E no estabelecimento dos objectivos e da escolha da estratégia, para além dos representantes do Sector Público, Sector Privado e Sector Cooperativo, deverão participar os Sindicatos, os representantes das regiões e dos diversos interesses económicos e sociais. Isto exige uma clarificação da estratégia do desenvolvimento a seguir bem como pressupõe uma formação técnica mínima dos representantes dos interesses em presença.

4. Principais elementos de estratégia

Uma estratégia de desenvolvimento exprime a unidade e a conexão dos factores e dos objectivos económicos, sociais e políticos da sociedade.

A escolha de uma estratégia implica decisões sobre circunstâncias contraditórias, mas harmonizáveis no que respeita a sociedade portuguesa.

A estratégia contém três elementos fundamentais:

1º - Os objectivos;

Numa sociedade socialista, como é elevado o grau de homogeneidade dos interesses dos vários grupos sociais, é possível uma escolha optimal dos objectivos.

Quanto à economia portuguesa, é possível e necessária uma escolha optimal no que concerne os objectivos do Sector Público. Uma gestão integrada do SEE conduzirá a um aumento de eficiência económica neste sector. Por outro lado, um Sector Público tradicional mais dinâmico, sobretudo no que concerne a função planeamento, virá beneficiar os restantes sectores da economia.

No que se refere aos Sectores Privado e Cooperativo a instituição de planeamento, em colaboração com os diversos sectores, simulará os seus comportamentos típicos, com hipóteses de restrição alternativas, sendo eleita a hipótese que estiver em maior conformidade com o interesse social.

2º - Natureza e concepção do desenvolvimento;

A concepção de desenvolvimento tem que ter por base o conhecimento científico das leis objectivas do desenvolvimento da produção e das condicionantes internas e externas.

Isto implica que seja necessária uma suficiente desagregação sectorial de modo a serem conhecidas as realidades dos diferentes sectores.

3º - Política económica;

A política económica é a forma segundo a qual a estratégia intervém na realidade. Daqui decorre que a explicitação das grandes directrizes do desenvolvimento seja fulcral para a apreen-
são da trajectória de desenvolvimento que está associada a essa estratégia.

Tendo classificado, na generalidade, os elementos integrantes de uma estratégia de desenvolvimento, importa agora explicitar as grandes directrizes orientadoras da política de desenvolvimento, tendo em conta as condicionantes internas e externas referidas na I Parte e considerando as vontades dos principais macroagentes modelizadas, nas suas grandes linhas, nos programas lineares desses macroagentes e a que foi feita referência no capítulo anterior.

Do que foi focado até aqui ressaltam três ordens de directrizes de política de desenvolvimento económico para a década de 80:

a) alteração e adaptação das estruturas institucionais.

O facto de a economia portuguesa ser uma economia mista em que o Sector Público desempenha um papel chave, tendo presente as condicionantes internas (nomeadamente as constitucionais) e externas, torna necessário que sejam desenvolvidas as estruturas de planeamento.

De uma maneira geral, o aperfeiçoamento de todos os mecanismos institucionais conducentes à harmonização dos interesses dos grupos sociais em presença constitui um pressuposto da implementação do modelo constitucional de

desenvolvimento económico aqui esboçado. Por outro lado, a própria adesão ao Mercado Comum exige que as nossas estruturas institucionais se vão gradualmente adaptando durante o período de transição.

b) desenvolvimento das forças produtivas (elemento central)

O desenvolvimento das forças produtivas traduz-se num aumento da produtividade média, o que por um lado, vai elevar a "performance" na produção de bens e serviços requeridos directamente à satisfação das necessidades sociais (de consumo lato e de acumulação), e, por outro, aumentar a eficiência dentro da organização do trabalho no seio da CEE.

A adesão ao Mercado Comum não é aqui considerada como um objectivo em si, sendo antes uma condicionante externa ao modelo.

A optimização da função de utilidade social tem várias restrições, entre as quais a adesão - esta está subordinada àquela.

O aumento do peso relativo das transnacionais, embora provavelmente moderado, é um aspecto da própria integração de Portugal na CEE, constituindo também uma restrição à optimização da função de utilidade social.

Os diversos sectores da economia desenvolver-se-ão a maior ou menor ritmo, consoante as tendências formadas no encontro dos vários interesses em presença, devidamente moldados no plano - daí a importância da antecipação dos comportamentos dos macroagentes face aos seus interesses e perante determinadas condicionantes. É uma perspectiva diferente daquela que repousa na dicotomia simplista: agricultura "versus" indústria.

Em Portugal, dado o seu grau de desenvolvimento, não se procura uma fase de arranque, porquanto a economia portuguesa já está estruturada nas suas linhas mestras. Procura-se sim adaptar as estruturas às condicionantes existentes de modo a poder satisfazer com a melhor eficiência possível as necessidades

sociais expressas por consenso entre os parceiros sociais. A resultante das forças actuantes vai-se traduzir numa dinâmica económica, numa trajectória ou percurso de crescimento.

O modelo exposto na III Parte, dadas as características deste trabalho, é bastante agregado e contempla apenas as relações mais importantes, permitindo detectar tendências gerais de desenvolvimento económico formadas ao longo da década de 80. O Quadro 13 apresenta as taxas médias anuais de crescimento da produção dos diversos sectores considerados no modelo e é no sentido referido que estas taxas devem ser interpretadas, ou seja como expressão de tendências.

Quadro 13

Taxas Médias de Crescimento
Anual da Produção
(1979/1989)

Sectores	Taxas
1	0.3 %
2	5.6
3	0.25
4	0.24
5	1.1
6	0.35
7	0.36
8	1.1
9	8.1
10	6.7
11	8.9
12	4.9
13	1.2
14	3.8
15	10.0
16	4.8
17	3.3
18	0.6
19	5.6

Este quadro mostra que o comportamento postulado dos macroagentes conduzirá ao crescimento relativamente elevado de alguns serviços (electricidade, gás e água, 10.0% e outros serviços 5.6%) e indústrias (derivados do petróleo e do carvão, 8.1%, produtos minerais não metálicos, 6.7%, metalúrgica de base, 8.9% e produtos metálicos, máquinas e material de transporte, 4.9%). A produção nas indústrias extractivas crescerá também a uma taxa superior à média (5.6%).

A racionalidade postulada dos macroagentes não conduzirá, nos termos do modelo, a um crescimento do sector primário, que praticamente estagnará (0.3%), a menos que surjam condições que permitam a canalização de capitais para o sector, o que, a dar-se, só começará a produzir efeitos para o fim da década. Note-se, que, por um lado, os investimentos na agricultura são onerosos e, por outro, as estruturas institucionais, económicas e sociais são geralmente rígidas neste sector. Como foi mencionado, não se trata aqui de uma dicotomia simplista: agricultura "versus" indústria; o que se passa é que é relativamente mais difícil desenvolver o Sector Primário.

O modelo comporta vários graus de liberdade - uma canalização massiva de capitais para o sector agrícola, oriundos da CEE poderá até certo ponto alterar esta panorâmica. A propósito desta questão, tenha-se presente o que foi dito na I Parte âcerca da CEE como condicionante da estrutura produtiva nacional. Uma eventual canalização de capitais, nestes termos, poderá tender a criar um modelo de exploração da terra, contraditório com a condicionante constitucional.

c) coexistência dos Sectores Público, Privado e Cooperativo;

Esta coexistência é levada a cabo através da harmonização de interesses e da clarificação do projecto nacional.

Como restrição ao modelo, há necessidade de postular a constância na correlação de forças representada no Quadro 11 da I Parte (1.2.4.).

Em síntese, é fundamental que a estratégia assente numa alteração institucional, implementada de modo a reflectir um consenso. Quanto mais reflecta essa harmonização, maior será a possibilidade de se conseguir uma estabilidade política, necessário pano de fundo do desenvolvimento económico e social. E é preciso ter uma percepção das tendências do desenvolvimento face às condicionantes e à dinâmica dos parceiros sociais.

Viu-se, anteriormente, que não é irrealista esperar uma taxa média de crescimento de, pelo menos, 4 a 5% ao ano. Mas o estabelecimento desse taxa é, neste enfoque, secundário, dado que é, em grande medida, uma questão técnica. A taxa de crescimento é limitada pela arrumação estrutural num dado ano⁽¹⁾, concretizando-se em função do consenso social alcançado e de factores aleatórios.

O modelo que a seguir vai ser apresentado admite vários graus de liberdade, traduzindo estes graus de liberdade o espaço de manobra para a política económica. Obviamente que factores políticos, sociais e económicos que neste momento são imprevisíveis, poderão vir a modificar alguns elementos do cenārio de desenvolvimento e aqui esboçadas com base na actual lei fundamental.

(1) BRÓDY (1970; pp. 35-49), nitidamente influenciado por Von Neumann, considera a taxa de crescimento da economia como a versão primal da taxa média de lucro (espaço dual)

III. FUNCIONAMENTO DO MODELO E PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PORTUGUÊS

Como suporte técnico para a análise do desenvolvimento econômico português e para poder explicitar de maneira quantificada certas tendências de desenvolvimento, construiu-se um modelo de simulação das principais decisões econômicas.

O modelo está dividido em quatro blocos diferentes:

- Bloco Produção;
- Bloco procura final;
- Bloco Preços;
- Bloco repartição

e constitui, um sistema de modelos. O funcionamento deste modelo gera determinadas tendências.

Assim esta última parte da dissertação está organizada em dois grandes capítulos. No primeiro capítulo será explicado o funcionamento do modelo, referindo sucessivamente o funcionamento de cada bloco, bem como a sua articulação com o todo. No segundo capítulo serão apresentadas algumas das principais tendências do desenvolvimento econômico português na década de 80, decorrentes da lógica de funcionamento do modelo, a partir do comportamento postulado dos macroagentes e das condicionantes existentes.

1. Funcionamento do modelo

1.1. Funcionamento geral do modelo

A desagregação utilizada foi ao nível da matriz (20×20), de acordo com a classificação apresentada no capítulo 1.2.1 da I Parte. Conforme oportu

namente foi mencionado, é apresentada em anexo a correspondência entre a matriz 20×20) e a matriz (60×60) . Esta correspondência permite uma melhor delimitação de cada sector.

O organigrama geral do modelo, que é apresentado na próxima página, representa três elementos:

a - as principais forças actuantes sobre a economia;

Estas forças são o "progresso tecnológico", o "exterior" e os "objectivos de política económica".

O economista húngaro DRECIN (1976) considera a propósito da importância do progresso tecnológico no desenvolvimento económico que "... o processo económico também se tornou mais complexo e 'ciência-intensivo'.... Essencialmente, está-se de acordo com aqueles que descrevem os elos da cadeia do desenvolvimento tecnológico com a ajuda de cinco ou seis definições inter-relacionadas, algo como:

1º elo: pesquisa. Este conceito integra pesquisas básicas que podem por sua vez, ser divididas em pesquisa básica pura e pesquisa básica dirigida a tarefas;

2º elo: pesquisa aplicada, incluindo pesquisa adaptativa;

3º elo: inventos e patentes;

4º elo: desenvolvimento experimental;

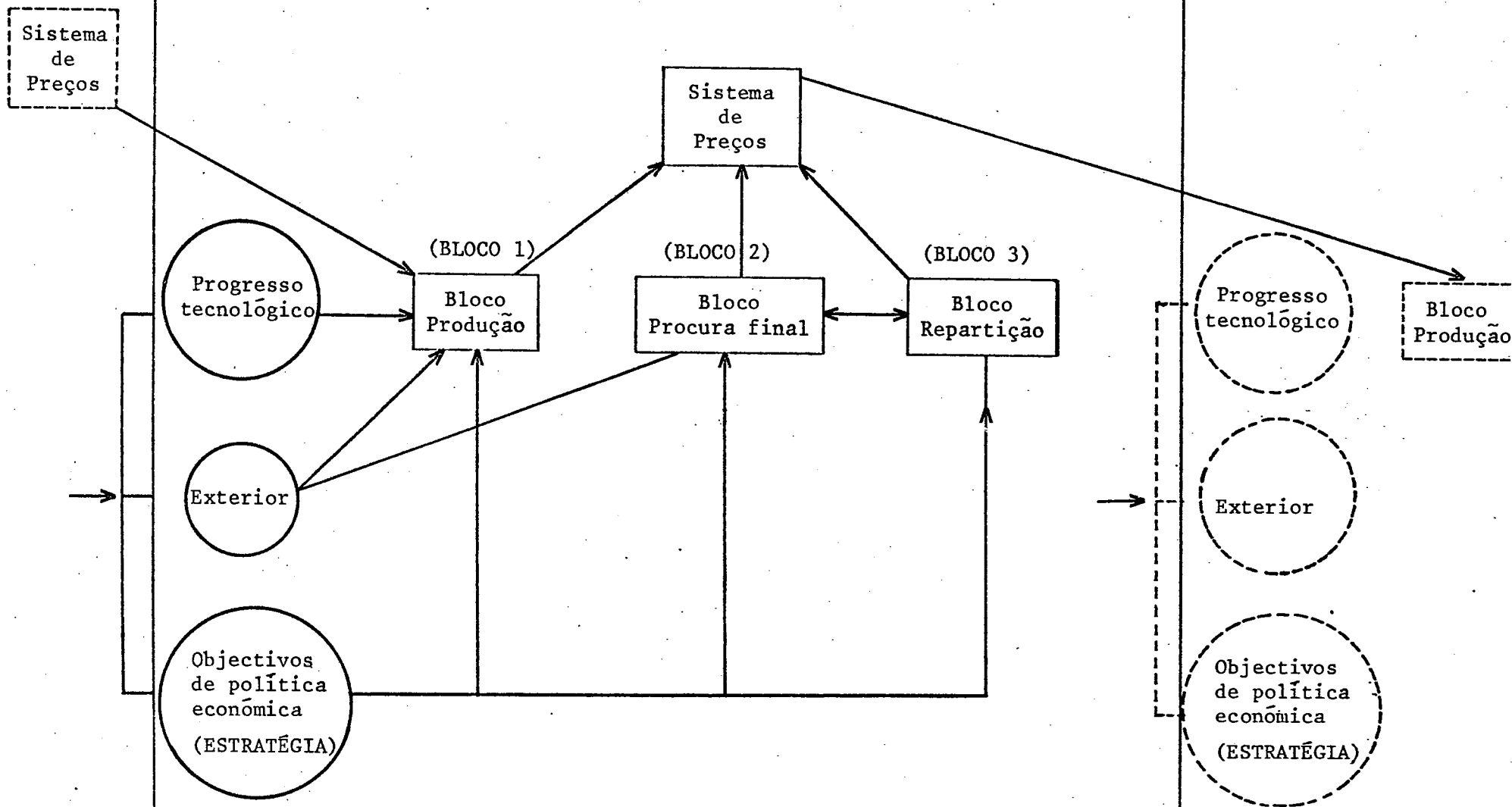
5º elo: Inovação: quer dizer, aplicação industrial (económica) guiada por critérios de eficiência. Isto inclui a difusão de inovações dentro da economia e mesmo internacionalmente e compreende muitos tipos especiais e sistemas de instituições".

ORGANIGRAMA GERAL DO MODELO

Ano t-1

Ano t

Ano t+1



No "progresso tecnológico", no organigrama, considera-se o "know-how" nacional⁽¹⁾, que implica que se desenvolvam em Portugal os "cinco-elos" apresentados por Drecin, bem como o "know-how" detido pelas transnacionais.

O "Exterior", como força actuante, não é, assim, independente da força actuante "progresso tecnológico".

Com o termo "Exterior" pretende-se apresentar toda e qualquer condicionante externa do desenvolvimento económico português na década de 80, nomeadamente a "adesão à CEE".

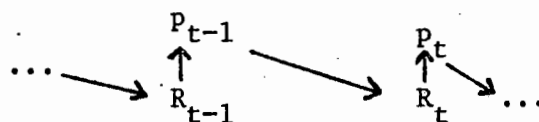
Por outro lado, os "objectivos de política (Estratégia)" simbolizam toda a acção concertada do Governo, de natureza económica tendo em vista a harmonização dos interesses dos vários parceiros sociais, de modo a otimizar a função de bem-estar social.

b - os diversos blocos ou sub-modelos, que integram o modelo global;

Isto é, o "Bloco produção", o "Bloco procura final", o "Bloco preços" e o "Bloco repartição";

c - três períodos sucessivos: os anos $t-1$, t e $t+1$, representando uma situação dinâmica, através da inter-acção, "sistema de preços" \leftrightarrow \leftrightarrow "Bloco produção".

O sistema de preços do ano $t-1$, (p_{t-1}), vai condicionar a produção no ano t , (R_t), que, por sua vez, vai determinar o sistema de preços⁽²⁾ desse ano (p_t):



(inter-acção entre o espaço valor e o espaço real da produção)

(1) Desenvolvido localmente ou importado.

(2) Preços em valor, como será visto adiante.

O "progresso tecnológico", o "Exterior", e a "Política económica" e as condições iniciais vão, conforme o organigrama representa, condicionar a produção (Bloco produção).

A "Procura final" é determina⁽¹⁾ pela "Repartição", pelo "Exterior" e pela "Política económica".

A "Repartição" é determinada pelo "Política económica" e pela "Procura final".

O "Sistema de preços", em termos de valor, por sua vez, é determinado pelas condições técnicas de produção, quer dizer, pelos "Blocos produção" e "Procura final".

O organigrama mostra que a transformação do valor em preços "ex ante" é feita, indirectamente, pelos "objectivos de política económica (Estratégia)" e, directamente, através do "Bloco repartição".

O modelo apresenta apenas as inter-acções mais importantes numa evolução de longo prazo. Embora o modelo tenha elementos que o aproximam dos modelos de planeamento, nomeadamente na preocupação de equilíbrio "ex ante" aos vários níveis, não é um modelo de planeamento no sentido técnico do termo, por quanto simplifica algumas hipóteses, como por exemplo, o impacto do progresso técnico sobre a economia e as restrições sobretudo dos sub-modelos do "Bloco produção" e do "Bloco preços", não sendo suficientemente globalizante o seu desenvolvimento para ser considerado um modelo de planeamento. O modelo dá ênfase ao comportamento dos principais macroagentes, em face dos seus interesses específicos, dadas as condicionantes internas e externas e pretende delinear o enquadramento geral em que se desenrolará o processo de desenvolvimento na presente década.

(1) Está implícito um crescimento alisado que representa o aumento demográfico e a acumulação.

Alguns destes aspectos são quantificados, enquanto que outros ou são de natureza qualitativa ou foram simplificados.

Este trabalho, para além dos objectivos apontados, fornece elementos para a construção de um modelo constitucional, necessariamente mais desagregado, incluindo mais relações e variantes.

Numa perspectiva sócio-económica, o modelo aqui esboçado é um espaço de representação das relações de produção. Às relações de troca representadas no 1º capítulo da II Parte estão associadas determinadas relações de produção. E estas relações de troca processam-se numa estrutura complexa de propriedade dos meios de produção. Mas a natureza das relações de produção não depende directamente de uma mera estrutura de propriedade dos meios de produção, porquanto o "modo de gestão social" próprio a cada formação económica é determinante. Assim, há uma variedade de relações de produção implícitas no modelo, dado existirem diferentes princípios de racionalidade económica.

A fixação de uma estratégia, estabelecendo certos objectivos de política económica, com base num planeamento democrático, legitima a função de utilidade social a ser optimizada, o que se vai reflectir ao nível das relações de produção. Nesta hipótese, a contradição existente entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção tenderá a ser harmonizável. Mostrar isto, é uma das finalidades desta dissertação.

Na próxima secção deste capítulo vai ser apresentado e analisado o "Bloco produção", que é o bloco mais importante no funcionamento geral do modelo.

1.2. Funcionamento do "Bloco produção"

O "Bloco produção" engloba três módulos de optimização, para além do Sector Público tradicional, o qual tem um tratamento autónomo.

O organigrama a seguir apresentado, que é uma especificação do organigrama geral relativamente ao "Bloco produção", expressa a influência que o "Exterior" e a "Política económica" exercem sobre o bloco. Esta é representada tecnicamente por funções objectivo e restrições matemáticas dos diversos módulos de optimização. Em cada módulo determina-se a produção respectiva, sendo a produção global obtida por agregação das componentes.

Conhecida a estrutura da produção, a estrutura do investimento é determinada multiplicando cada produção X_i , ($i=1, \dots, 20$) por $b_i(t)^{(1)}$. Os coeficientes $b_i(t)$ variam no tempo por acção do progresso tecnológico. Daí, ser necessária uma análise sectorial de cada $b_i(t)$, por parte de equipas multidisciplinares. Os coeficientes $b_i(t)$ foram considerados aproximadamente constantes no tempo, dado não se ter estimado a influência do progresso tecnológico sobre estes coeficientes.

O Sector Público tradicional é o sector 20 da matriz (Governo). Aliás, o sector 20 funciona como indicador do Sector Público tradicional. Em termos contabilísticos estão representadas neste sector apenas as despesas com o pessoal.

O sector 20 é um indicador do Sector Público tradicional, na medida em que o desenvolvimento da função planeamento se irá traduzir, a longo prazo, num acréscimo deste tipo de despesas.

Como já foi frisado, a estratégia de desenvolvimento necessária pressupõe uma melhoria das estruturas institucionais, nomeadamente das estruturas de planeamento. Esta melhoria nas formas organizativas vai traduzir-se num acréscimo autónomo da produção.

Na perspectiva analítica e ética que serve de substracto a esta dissertação, considera-se, dado o exposto, que o sector 20 também contribui para

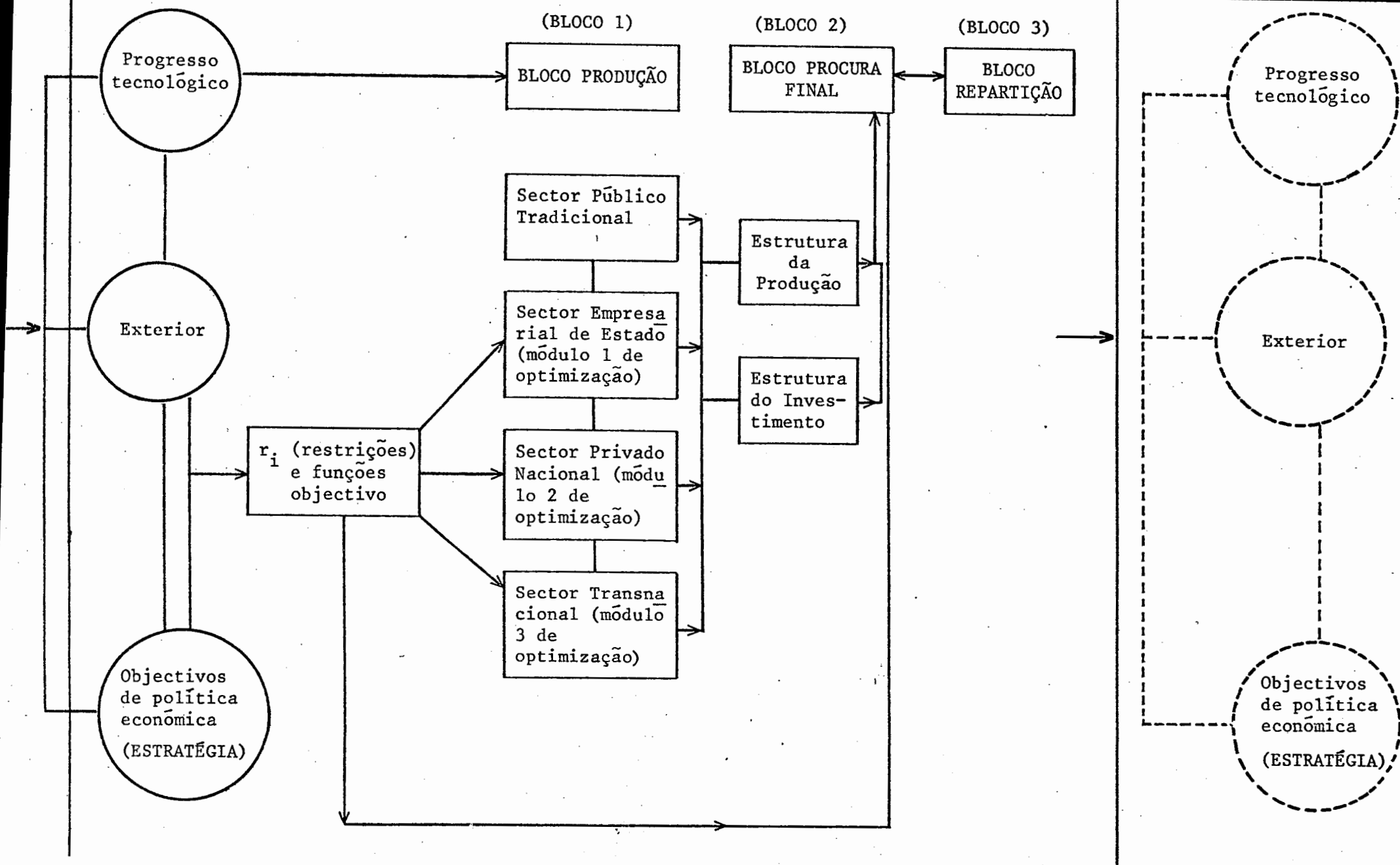
(1) $b_i = I_i/X_i$

ANÁLISE DO BLOCO PRODUÇÃO

Ano t-1

Ano t

Ano t+1



o valor da produção social. O que acontece é que surgem dificuldades de ordem meramente técnica quando se pretende calcular o valor formado neste sector. Voltar-se-á a este assunto na próxima secção, a propósito do "Bloco preços".

O princípio da racionalidade económica neste sector deverá, precisamente, consistir, numa melhoria das formas organizativas. Sobre esta questão, tenha-se presente o que foi dito no 2º capítulo da II Parte. O critério de eficiência será, portanto, estabelecido com base no poder de resposta do sector em tornar plásticas as suas estruturas institucionais.

Quanto ao Sector Empresarial de Estado, levantam-se várias dificuldades na construção do módulo de optimização. A principal dificuldade reside em não se dispôr ainda de uma matriz para o SEE. Construir tal matriz é tarefa prioritária. Não dispondo de tal informação estatística, dividiu-se a economia portuguesa em duas grandes "manchas": O primeiro bloco, agrupando os sectores em que o SEE é dominante e o segundo, englobando os sectores em que o Sector Privado é mais importante. Tratou-se, assim, de dividir os sectores da matriz (20×20) em dois grandes grupos.

Trabalhando com a matriz (60×60) a divisão em dois sectores, nos termos expostos, seria menos grosseira, mas em contrapartida, conduziria a um maior volume de cálculo.

Assim, a partir da informação recolhida numa publicação do GABINETE DE ESTUDOS DE PLANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO (MINISTÉRIO DO TRABALHO) foi estabelecida uma aproximação dessa divisão da economia em dois grandes blocos

Embora o SEE e o Sector Privado participem conjuntamente nos sectores 1 a 19, esta divisão da economia define duas "manchas" de influência.

Há uma terceira "mancha" de influência, que não foi tornada autónoma no sentido da separação feita no Quadro 14, na medida em que representa uma baixa proporção da FBCF total. Trata-se do Sector Transnacional.

QUADRO 14
(Agrupamento dos Sectores da matriz em dois Blocos)

Bloco A	Bloco B
Sectores	
8	1
9	2
11	3
13	4
15	5
18	6
20 ⁽¹⁾	7
-	10
-	12
-	14
-	16
-	17
-	19

Bloco A - indicador do S.E.E. e Sector Público Tradicional

Bloco B - indicador do Sector Privado.

A publicação do INSTITUTO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO, "Economic Reports" permite em conjugação com o trabalho já referido da EMPRESA GERAL DE FOMENTO, identificar os sectores em que existem interesses das transnacionais e estimar a importância relativa das transnacionais na FBCF. O Quadro 15 discrimina os sectores em que estas empresas estão instaladas, enquanto que o Quadro 16 apresenta a importância relativa de cada grande bloco da economia na FBCF.

(1) Indicador do Sector Público tradicional.

QUADRO 15
(Localização das transnacionais)

Sectores	
1	10
2	11
3	12
4	14
5	16
6	17
7	18
8	19

QUADRO 16
(Distribuição da F.B.C.F. por
Blocos, em termos relativos⁽¹⁾)

1979		
	Bloco A	Bloco T
(%)	33.52	64.34
		2.14

Bloco T - indicador do Sector transnacional

Após de ter feito esta necessária divisão da economia em grandes blocos, importa analisar em primeiro lugar, o funcionamento do Bloco A.

Postula-se a necessidade de uma questão integrada do SEE. As empresas do SEE, no seu conjunto, formarão uma unidade complexa de gestão. No segundo capítulo da II Parte já foi referido um processo de compatibilização técnica entre o interesse específico de cada empresa do SEE e o interesse do SEE, considerado no conjunto (KORNAI - LIPTAK (1965)). Há que definir o princípio de racionalidade económica a prosseguir.

(1) Esta aproximação sub-estima a importância relativa do Sector Público (vide Quadro 11 - 1º Cap. I Parte).

No terceiro capítulo da II Parte mencionaram-se alguns critérios de eficiência econômica possíveis e foi salientado que, tecnicamente, é possível levar a cabo uma programação multi-objectivos.

Pelos motivos já apontados, vai considerar-se uma única função objectivo, em vez de utilizar a técnica da programação multi-objectivos. A função objectivo, em cada ano, consiste em maximizar o VAB do SEE.

O programa linear do SEE consiste em pesquisar o vector das produções, a preços de 1973, tal que permita o crescimento máximo do sector, dadas certas restrições.

Em termos de programação linear tem-se:

PROGRAMA LINEAR DO S.E.E.

$$\left\{ \begin{array}{l}
 \text{Max V.A.B.} = \sum_1^6 d_i x_i \\
 \text{sujeito a } \sum_1^6 x_i = (1 + \lambda) \bar{x}_{\text{SEE}} \\
 \sum_1^6 c_i x_i = \bar{A}_{\text{SEE}} \\
 x_{1_t} \leq x_1 \leq (1 + \bar{\lambda}) x_{1_t} \\
 \dots \quad \dots \quad \dots \\
 x_{j_t} \leq x_j \leq (1 + \bar{\lambda}) x_{j_t} \\
 \dots \quad \dots \quad \dots \\
 x_{6_t} \leq x_6 \leq (1 + \bar{\lambda}) x_{6_t} \\
 \sum_1^6 m_i x_i \leq (1 + \lambda) \bar{M}_{\text{SEE}_t} \\
 x_i \geq 0; \quad (i = 1, 2, \dots, 6)
 \end{array} \right.$$

Simbologia:

$$d_i = VAB_i / x_i$$

$$x_j = \text{Produção do sector } j \text{ no ano } t+1^{(1)}$$

$$c_i = \frac{A_i}{x_i}$$

$\bar{\lambda}$ majorante da taxa média programada de crescimento da produção

λ taxa média programada de crescimento da produção

$$m_i = \frac{M_i}{x_i}$$

M_i importações efectuadas pelo sector i

\bar{x}_{SEE} valor agregado da produção programada do SEE para o ano $t+1$

\bar{IB}_{SEE} investimento associado a \bar{x}_{SEE}

\bar{M}_{SEE_t} importação associada a \bar{x}_{SEE}

A função objectivo escolhida reflecte uma preocupação de crescimento económico.

A primeira restrição ($\sum_1^6 x_i = (1 + \lambda) \bar{x}_{SEE}$) representa uma correlação de forças entre as formações económicas em presença. Significa que se pretende manter a importância relativa do SEE e do Sector Privado. É um dos elementos qualitativos da estratégia de desenvolvimento económico. Em termos técnicos, impõe-se ao crescimento da produção do SEE a condição de crescer à taxa média da economia, λ , ("norma" do plano).

A restrição ($\sum_1^6 c_i x_i = \bar{A}_{SEE}$) traduz as necessidades de consumo de capital fixo (amortização) que estão associadas à produção programada do SEE.

(1) x_1 é a produção do sector 8, x_2 do sector 9, x_3 do sector 11, x_4 do sector 13, x_5 do sector 15 e x_6 do sector 16.

As condições $x_{j_t} \leq x_j \leq (1 + \bar{\lambda}) x_{j_t}$ são de ordem técnica, reflectindo também uma preocupação de índole social. Esta última preocupação, que se traduz na primeira desigualdade, $(x_{j_t} \leq x_j)$, significa que a produção "ex ante" do ano $t+1$ não deve ser inferior à do ano t . Em termos tendenciais, só haverá libertação de força de trabalho desde que a produtividade média do sector aumente.

Visto ainda de outra maneira, os sectores não dinâmicos são aqueles cuja produção estagna ou cresce a um ritmo inferior ao médio (λ).

A segunda desigualdade, $(x_j \leq (1 + \bar{\lambda}) x_{j_t})$, é uma condição técnica. Para majorante⁽¹⁾ de λ foi tomado o valor $\bar{\lambda} = 2.5 \lambda$.

Portanto, parte-se da hipótese que, dada a inércia da economia a curto prazo, não é realista que um sector cresça a uma taxa superior a duas vezes e meia a taxa média de crescimento da economia.

Um estudo desenvolvido ao nível de cada sector, permitirá eventualmente determinar seis majorantes de λ , $\bar{\lambda}_i$ ($i = 1$ a 6), cada um associado a um sector.

Finalmente, a restrição $\sum_{i=1}^6 m_i x_i \leq (1 + \lambda) \bar{M}_{SEE_t}$ significa que, quando muito, as importações crescerão à taxa média de crescimento da economia.

O modelo foi "corrido" para o período de 1980/1989.

O Quadro 17 representa o valor dos parâmetros do modelo:

(1) $\bar{\lambda}$ foi determinado heurísticamente.

Quadro 17
(Valor dos parâmetros do Bloco A)

Parâmetros	Sectores					
	8	9	11	13	15	18
d_i	0.3332	0.0580	0.3172	0.4665	0.6727	0.6728
c_i	0.0401	0.0340	0.0087	0.0442	0.1480	0.1150
m_i	0.2598	0.0807	0.8691	0.0692	0	0.4141

Relativamente ao Sector Privado, este não pode ser considerado como uma unidade complexa de gestão, ao contrário do SEE. O que existe é um princípio da racionalidade económica que cada unidade económica tende a prosseguir.

Cada unidade de produção, tende a maximizar a proporção do "trabalho não pago" (m/V), em que m é a mais-valia ou excedente e V o valor total⁽¹⁾.

Uma das condicionantes internas de ordem constitucional é o livre exercício da iniciativa privada enquanto instrumento do progresso colectivo. Isto, em termos técnicos, significa que o Sector Privado maximizará o seu interesse particular, sujeito a determinadas restrições que foram fixadas como resultado da harmonização dos diversos interesses em presença e que constam do plano.

Não existe no Sector Privado uma unidade de gestão nem uma propriedade de comum dos meios de produção, mas há uma lógica que lhe é própria e comum às diversas unidades de produção que integram este sector.

No planeamento geral da actividade económica devem estar previstos os interesses próprios do sector, e as consequências que o prosseguimento desses

(1) Na prática trabalha-se com o lucro, ℓ , que depende dos subsídios e da tributação.

interesses provoca nos equilíbrios e ritmos macroeconômicos, aos diversos níveis.

Dado o exposto, estabelece-se uma hierarquia entre o programa linear do SEE e o programa linear do Sector Privado. Isto significa que a determinação da produção "ex ante" no SEE é anterior à determinação da produção "ex ante" no Sector Privado, ou seja, que a produção "ex ante" deste sector deve estar em conformidade com a do SEE, que é um dado, a fim de os equilíbrios macroeconômicos serem respeitados.

O programa linear do Sector Privado sintetiza o comportamento do sector face às condicionantes que enfrenta.

PROGRAMA LINEAR DO SECTOR PRIVADO:

$$\begin{array}{l}
 \left. \begin{array}{l}
 \text{Max } G = \sum_{i=1}^{13} e_i X_i \\
 \text{sujeito a } \sum_{i=1}^{13} c_i x_i = \alpha_1 \bar{A}_{\text{SEE}} \quad ("norma") \\
 x_{1_t} \leq x_1 \leq (1 + \bar{\lambda}) x_{1_t} \\
 \dots \quad \dots \quad \dots \\
 x_{j_t} \leq x_j \leq (1 + \bar{\lambda}) x_{j_t} \\
 \dots \quad \dots \quad \dots \\
 x_{13_t} \leq x_{13} \leq (1 + \bar{\lambda}) x_{13_t} \\
 \sum_{i=1}^{13} b_i x_i = \alpha_2 \bar{B}_{\text{SEE}} \quad ("norma") \\
 x_i^{(1)} \geq 0 \quad ; \quad (i = 1, 2, \dots, 13)
 \end{array} \right\}
 \end{array}$$

(1) O índice $i=1,2,\dots,13$, diz respeito aos treze sectores do 'Bloco B'.

Simbologia,

$$e_i = \frac{l_i}{V_i}$$

$$l_i = m_i + \text{subsídios} - \text{impostos indirectos}$$

$$b_i = \frac{IB_i}{x_i}$$

$$\alpha_1 \quad \text{"norma" da depreciação.}$$

$$\alpha_2 \quad \text{"norma" do investimento bruto}$$

A função objectivo maximiza o excedente líquido retido no sector. O "Bloco preços" desempenha um papel fulcral na especificação da função objectivo. Por outro lado, o sistema de preços, em termos de valor, é determinado pelas estruturas económicas, como será referido na próxima secção. Isto quer dizer que, dadas a estrutura da produção e a estrutura do consumo do ano t , pode determinar-se a taxa média de excedente⁽¹⁾ e o sistema de preços-valor.

A política económica, dados os objectivos fixados no plano anual, vai alterar, geralmente, esse sistema de preços. Isto significa que os coeficientes e_i são alterados anualmente conforme as circunstâncias.

A restrição $\sum_{i=1}^{13} c_i x_i = \alpha_1 \bar{A}_{SEE}$ é uma "norma" técnica que representa as amortizações "ex ante" do Sector Privado em função das amortizações, já determinadas, do SEE. Assim, α_1 reflecte uma "repartição", ou seja a reprodução do equilíbrio de forças entre os dois grandes sectores.

As restrições $x_{j_t} \leq x_j \leq (1 + \bar{\lambda}) x_{j_t}$ são semelhantes às restrições técnicas do SEE atrás descritas.

A restrição $\sum_{i=1}^{13} b_i x_i = \alpha_2 \bar{IB}_{SEE}$ representa a procura final de meios de produção associada à produção programada.

(1) A ser definida na próxima secção.

Este modelo será enriquecido desde que se estude os períodos de maturação dos investimentos dos vários sectores com uma razoável desagregação, agregando-se os resultados conforme as necessidades do modelo utilizado. Um estudo deste tipo, de feição multi-disciplinar, permite também prever as produtividades dos investimentos das novas "gerações"⁽¹⁾ (KALDOR; MIRRELES (1961-2)).

Nesta restrição, α_2 tem um significado semelhante ao de α_1 , na primeira restrição.

Os parâmetros utilizados constam do Quadro 18. Não são apresentados os valores de c_i porque, conforme já foi frisado, estes variam anualmente em função da re-arrumação estrutural e da política económica prosseguida.

Quadro 18
(Valor dos parâmetros do "Bloco B")

Parâmetros		Sectores
c_i	b_i	
0.0268	0	1
0.0878	0	2
0.0105	0	3
0.0319	0.0040	4
0.0203	0.0046	5
0.0230	0.0047	6
0.0255	0	7
0.0642	0.0025	10
0.0251	0.5835	12
0.0397	0.0691	14
0.0177	0.9633	16
0.0215	0.1521	17
0.0432	0.0063	19

(1) FELSTEIN e ROTHCHILD (1974) desenvolveram mais recentemente um modelo teórico bastante sugestivo do tipo do de Kaldor - Mirrlees.

Os parâmetros α_1 e α_2 variam entre 1.919 (em 1979) e 1.878 (em 1989). Esta diminuição é devida ao aumento postulado do peso relativo do Sector Transnacional⁽¹⁾.

Quanto ao Sector Transnacional, tenha-se presente as considerações que já foram feitas acerca da actividade económica e investimentos estrangeiros, no 1.1 da I Parte. Segundo o artº 86º, da Constituição da República Portuguesa, estes são aceites desde que contribuam "para o desenvolvimento do país, de acordo com o Plano". O plano fixará as directrizes e os objectivos de política económica, que funcionarão como restrições à actuação das transnacionais. Estas procurarão maximizar uma determinada função de utilidade, sujeita a um conjunto de restrições:

PROGRAMA LINEAR DO "BLOCO T":

$$\left\{ \begin{array}{l} \text{Max } V = \sum_{i=1}^{16} f_i x_i \\ \text{sujeito a } \sum_{i=1}^{16} c_i x_i = \gamma \bar{A}_{SEE} \text{ ('norma')} \\ x_{1_t} \leq x_1 \leq (1 + \bar{\lambda}) x_{1_t} \\ \dots \quad \dots \quad \dots \\ x_{j_t} \leq x_j \leq (1 + \bar{\lambda}) x_{j_t} \\ \dots \quad \dots \quad \dots \\ x_{16_t} \leq x_{16} \leq (1 + \bar{\lambda}) x_{16_t} \\ x_i \geq 0 \quad ; \quad (i = 1, 2, \dots, 16) \end{array} \right.$$

(1) Note-se que o equilíbrio entre a importância relativa do Sector Público e do Sector Privado, se processa considerando este sector como um todo (privado nacional e transnacional).

Simbologia⁽¹⁾:

f_i coeficiente de utilidade

γ "norma" da depreciação

As ponderações da função objectivo (f_i ; $i=1,2, \dots, 16$) foram construídas por agregação dos pesos apresentados no já citado estudo da EMPRESA GERAL DE FOMENTO. Cada peso corresponde à média aritmética ponderada dos atributos objectivos (peso = 0.4) e dos atributos subjectivos (peso = 0.6) de cada sector para o investidor estrangeiro.

A primeira restrição ($\sum_{i=1}^{16} c_i x_i = \gamma \bar{A}_{SEE}$) tem um significado semelhante ao da restrição correspondente do programa linear do "Bloco B".

As restrições técnicas ($x_{j_t} \leq x_j \leq (1 + \bar{\lambda}) x_{j_t}$) também são semelhantes às correspondentes restrições do programa linear do "Bloco B".

O Quadro 19 apresenta os valores dos parâmetros do modelo, à excepção de γ que é variável entre 1979 e 1989. Esta "norma" varia entre 0.064 (1979) e 0.105 (1989). A diminuição de γ no tempo reflecte o aumento esperado do peso relativo do Sector Transnacional, o qual já foi referido (MAYER J. (1979)).

Saliente-se o elevado peso relativo do parâmetro f_8 , referente às indústrias químicas.

Seguidamente vai ser analisado o "Bloco preços", que está intimamente inter-relacionado com o "Bloco produção".

(1) Sõ estão aqui definidos os símbolos novos.

Quadro 19
(Valor dos parâmetros do "Bloco T")

Parâmetros		Sectores
f_i	c_i	
0.5324	0.0268	1
0.3996	0.0087	2
0.5768	0.0105	3
0.4538	0.0319	4
0.4535	0.0204	5
0.5557	0.0231	6
0.5264	0.0256	7
0.6228	0.0391	8
0.4736	0.0641	10
0.5916	0.0109	11
0.5923	0.0253	12
0.5350	0.0397	14
-	0.0118	16
0.5514	0.0219	17
0.4580	0.1144	18
0.4203	0.0043	19

1.3. Funcionamento do "Bloco Preços"

Como mostra o organigrama geral, estabelece-se uma inter-acção entre o sistema de preços e o espaço da produção real: $\dots \rightarrow R \rightarrow P \rightarrow R \rightarrow \dots$

Dada esta cadeia de influências, torna-se necessário analisar não só o funcionamento deste bloco, como também a sua importância no contexto geral do modelo. Para isso, a presente secção vai desenvolver três questões:

- 1º - tipos de preços e teoria do valor;
- 2º - apresentação geral do "Bloco preços";
- 3º - especificação do sub-modelo de preços.

Quanto à primeira problemática, importa analisar as questões teóricas que se levantam quando se relaciona preços de troca e preços duais no contexto estrutural português.

Os preços utilizados neste bloco são um tipo de preços operativos. ABDEL-FADIL (1975; pp. 15-23) define duas categorias de preços: preços operativos e preços de programação. Qualquer tipo de preços assenta na teoria do valor-trabalho. Os preços operativos constituem diversos tipos de preços de troca. Por seu turno, os preços de programação são os normalmente designados por preços duais. Os preços duais são utilizados nalguns países socialistas, nomeadamente na Hungria, na afectação optimal de recursos sociais, não servindo de base a um sistema de preços de troca⁽¹⁾.

Actualmente, existem duas versões teóricas da teoria marxista do valor-trabalho. A primeira versão, em que o valor é expresso num sistema de preços de troca⁽²⁾, foi construída sem se considerar as limitações dos recursos e os critérios de optimização. A segunda versão, ou seja a versão optimal da teoria marxista do valor-trabalho pode ser elaborada em termos de programação matemática, sobre o suporte de um modelo geral em que se procure minimizar os gastos de trabalho, a nível nacional.

Partindo de uma teoria objectiva do valor, pode-se afirmar que "os valores de troca brotam directamente dos métodos de produção", parafraseando novamente Sraffa. Ora, a um sistema de matrizes representativas dos métodos de produção está associado um sistema de preços de troca.

(1) ABDEL-FADIL (1975; p. 44) sustenta que os preços duais "não constituirão, contrariamente à proposição de Kantorovich, uma base tão válida para fixar todos os preços, em particular os preços de retalho e as restantes categorias de preços correntes".

(2) Existem diversas variantes, como é focado mais adiante (1.3.3.).

Crê-se que se a produção estiver otimizada, de modo a ser minimizada a quantidade total do trabalho social requerido, se pode falar, teoricamente, numa ligação entre preços de troca e preços duais. Nesta linha de análise, não fará sentido calcular para a economia portuguesa preços duais deste tipo, uma vez que não existe uma apropriação colectiva de todos os meios de produção. Não havendo uma posse colectiva dos meios de produção não se pode fazer uma optimização do tipo acima referido. No entanto, pode ser levado a cabo outro tipo de optimização, ao nível do SEE. Simplesmente os preços duais calculados a partir do "módulo de optimização 1" (SEE) não são compatíveis com a versão optimal da teoria do valor-trabalho.

Na produção social, ou seja, na formação do valor, participam outros sectores, para além do SEE. O que importa aqui salientar é que os principais meios de produção, ou estão apropriados colectivamente, ou estão tecnicamente subordinados ao "Bloco produção do SEE", através das "normas" do plano. Por outro lado, podem ser objecto de medidas de política económica indirectas.

Quanto à segunda questão, ou seja, no que concerne o funcionamento geral do "Bloco preços", na próxima página é apresentado um organigrama que descreve o funcionamento do bloco.

Indica o organigrama que os preços de troca do ano $t-1$ vão influenciar as condições de produção no ano t . As condições de produção são representadas por um conjunto de quatro estruturas:

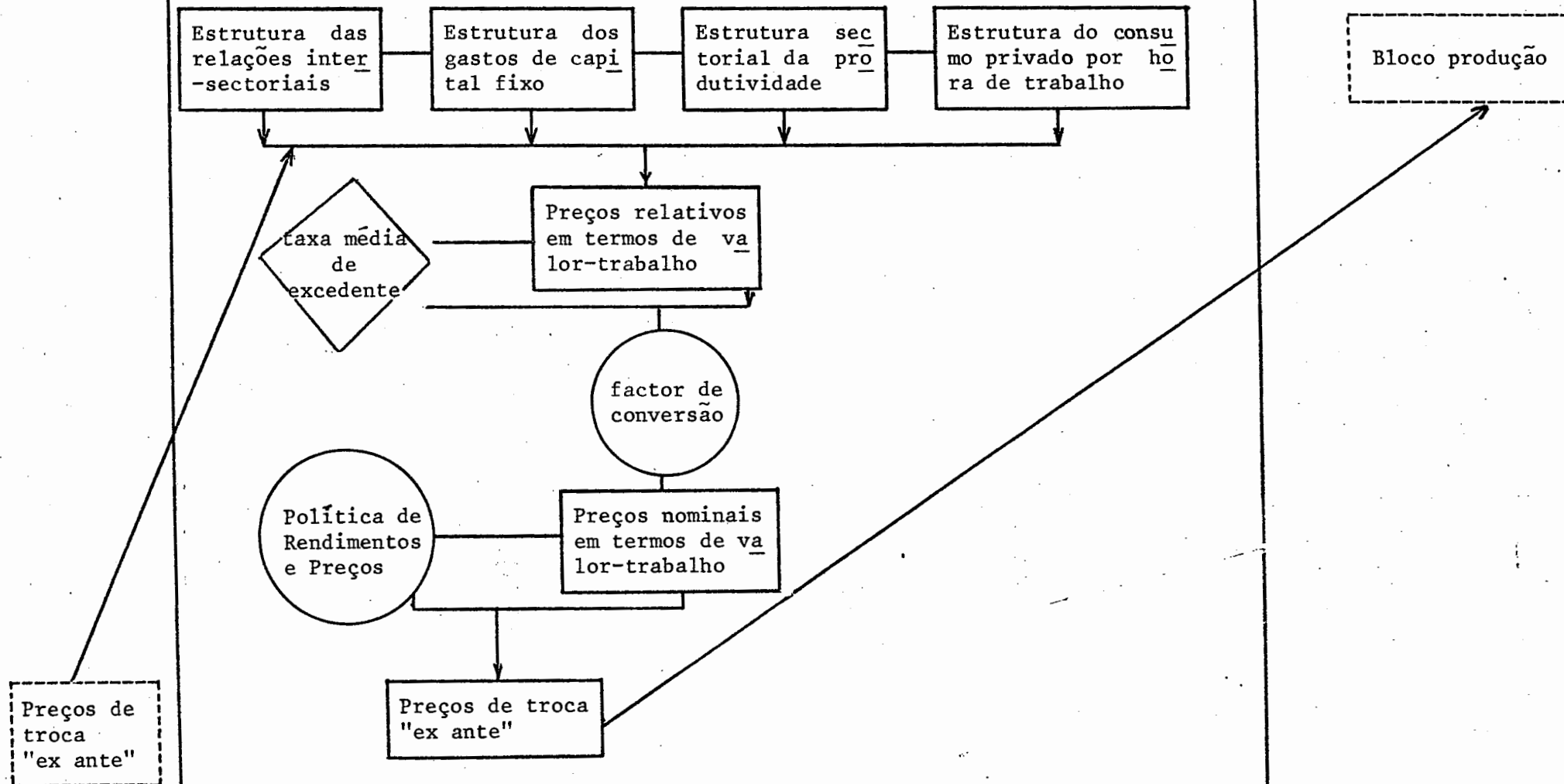
- estrutura das relações inter-sectoriais;
- estrutura dos gastos de capital fixo;
- estrutura sectorial da produtividade;
- estrutura do consumo privado por hora de trabalho.

ANÁLISE DO BLOCO PREÇOS

t-1

Ano t

Ano t+1



Conforme será pormenorizado mais adiante, quantificando-se estas quatro estruturas para o ano t , a taxa média de excedente e os preços relativos em termos de valor-trabalho, relativamente a esse ano t , são tecnicamente determináveis.

Recorrendo a um factor de conversão, facilmente se transformam os preços relativos em termos de valor-trabalho em preços nominais em termos de valor-trabalho.

A política de rendimentos e preços, em função dos objectivos sociais, vai transformar estes preços em preços de troca "ex ante".

Por sua vez, os preços de troca "ex ante" do ano t vão influenciar as condições de produção do ano $t+1$.

Finalmente, quanto à especificação do sub-modelo de preços, antes de escolher o modelo adequado, há que resolver duas questões prévias. A primeira prende-se com o critério da repartição sectorial do excedente social e a segunda refere-se ao tipo de modelo a adoptar.

A primeira questão é bastante polémica e ainda hoje não está completamente resolvida. O critério da distribuição do excedente social está intimamente ligado ao sistema de preços adoptado. As primeiras discussões sobre o valor e preços, numa perspectiva técnica, datam de 1957 e 1958.

Na União Soviética, NEMCHINOV (1963) e NOVOZHILOV (1966) contribuíram decisivamente para o desenvolvimento das técnicas de planificação dos preços, em estreita ligação com a planificação da produção. Mas foi sobretudo na Hungria que teve lugar, no princípio dos anos 60, um debate bastante fértil, altura em que se iniciaram investigações que foram tornadas possíveis graças ao desenvolvimento da econometria e dos meios electrónicos de cálculo. "Foi aqui (na Hun

gria) levantada a questão concreta de se saber o que deverá ser tomado como base da formação de preços, em que proporção relativamente a que custos produtivos deve o rendimento líquido produzido ser distribuído entre os diferentes produtos e actividades produtivas na reforma dos preços que foi então implementada em 1968" (GLATTFELDER - MÁTEFFY P. (1971)).

Por outras palavras a questão está em se saber que critério utilizar para adicionar aos custos de produção do sector i , $(c_i + v_i)$, uma parte do excedente líquido social. Considerando diversos autores, pode-se dizer que geralmente se utilizam de quatro a seis critérios: BRÖDY (1970; pp 70-83), GLATTFELDER-MÁTEFFY (1971), ABDEL - FADIL (1975; pp 166-176) e MINC (1977; pp. 254-267). Enquanto este último autor trata da questão em termos teóricos, embora recorrendo a um instrumental técnico, os restantes colocam-se numa perspectiva técnica e prática, usando uma maior ou menor elaboração formal.

Já BENETTI (1975) e STEEDMAN (1977) tratam da questão da transformação do valor em termos analíticos e históricos (Benetti).

Os quatro critérios básicos de distribuição do excedente líquido que os diversos autores costumam apontar são os seguintes:

1º critério: sistema de preços-valor;

2º critério: sistema de preços de produção;

3º critério: sistema com base nos custos de produção;

4º critério: sistema misto de preços.

De acordo com o 1º critério, que caiu em desuso, os preços são proporcionais ao capital variável (v). Este sistema privilegia as empresas que usam técnicas trabalho-intensivas, não estimulando o progresso técnico.

O 2º critério é uma tentativa para adaptar às economias contemporâneas os princípios da formação dos preços no capitalismo: é irrealista⁽¹⁾.

MINC (1977 pp. 254-267), refere que a utilização deste critério "em ramos inteiros da produção pode levar ao desejo de utilizar um valor⁽²⁾ tão elevado quanto possível, pois quanto mais importante for este valor maior será o benefício de ramos globais da produção e das empresas que delas dependam. Isto seria um travão ao progresso tecnológico porque os preços dos produtos que requeressem para a sua produção uma quantidade elevada de meios de produção se riam elevados (superiores ao valor).

O 3º critério é bastante criticado sob o ponto de vista teórico, em bora o seu cálculo seja fácil. Segundo este critério, o excedente é proporcional aos custos de produção, $(c + v)$. Este sistema de preços incita à utilização de matérias primas de valor elevado.

O 4º critério é misto: é o critério aqui adoptado na construção do "Bloco preços". Assim, o excedente social é distribuído pelos sectores, proporcionalmente ao capital variável e às amortizações, $(c_2 + v)$. Este método tem em atenção o equipamento técnico da produção, o qual é traduzido pelo montante das amortizações, sem deixar de considerar o capital variável.

A segunda questão prévia prende-se com o tipo de modelo de preços a utilizar.

A ideia de um modelo do tipo de SRAFFA (1960) foi eliminada à partida devido ao seu limitado interesse técnico. O modelo de Sraffa reduz as despesas materiais definidas pelas equações de produção ao seu conteúdo em trabalho directo incorporado ao longo de um número infinito de estádios de produção. Tra

(1) O "two-channel prices" apresentado por BRÖDY (1970; pp. 76-83), sistema de preços que também entra em conta com os recursos associados à reprodução da força de trabalho, também pertence a esta categoria.

(2) Entenda-se aqui "valor" por "valor do capital total utilizado".

ta-se de um processo iterativo - os meios de produção utilizados no período t são reduzidos ao trabalho directo (v) necessário à sua produção no período $t-1$ e períodos anteriores.

Escolheu-se, em vez de um modelo deste tipo, o modelo matricial fechado do tipo de Nemtchinov⁽¹⁾. O modelo matricial diz-se fechado porque o sistema de preços relativos e a taxa de excedente são calculados simultaneamente.

Especificando o sub-modelo de preços utilizado, considere-se a equação do valor:

$$\begin{aligned} V &= c + v + m \\ &= c_1 + c_2 + v + m \end{aligned}$$

em que c_1 é o consumo intermediário expresso em valor-trabalho e c_2 é a amortização também expressa em valor-trabalho.

Dado outra forma:

$$\begin{aligned} \Gamma_j &= \underbrace{\sum a_{ij} \Gamma_i}_{\text{(consumo intermediário)}} + \underbrace{\sum w_{ij} \Gamma_i}_{\text{(amortização)}} + \underbrace{\sum t_j h_{ij} \Gamma_i}_{\text{(trabalho directo)}} + \\ &+ \mu (\sum w_{ij} \Gamma_i + \sum t_j h_{ij} \Gamma_i) \dots 1) \\ &\quad \text{(excedente)} \end{aligned}$$

Simbologia:

- Γ_j valor da produção do sector j
- a_{ij} coeficientes técnicos de Leontief
- w_{ij} coeficientes de depreciação ($w_{ij} = \frac{A_{ij}}{x_j}$)
- t_j produtividade média no sector j
- $t_j = \frac{T_j}{x_j}$

(1) Vide NEMTCHINOV (1963).

T_j quantidade total de trabalho simples⁽¹⁾ gasto na produção do sector j
 h_{ij} relação entre os consumos necessários do tipo i da unidade de trabalho do sector j e a produtividade média no sector j (por outras palavras, h_{ij} compara a produção da unidade de trabalho com as subsistências necessárias à sua reprodução)

$$h_{ij} = \frac{Q_{ij}}{T_j}$$

Q_{ij} quantidades de bens de consumo e serviços de tipo i consumidos pelas famílias dos trabalhadores empregados no sector j

μ taxa de excedente

Fazendo agora $e = 1 + \mu$:

$$\Gamma_j = \sum a_{ij} \Gamma_i + e (\sum w_{ij} \Gamma_i + \sum t_j h_{ij} \Gamma_i) \quad \dots 1)$$

ou, em termos matriciais⁽²⁾:

$$\Gamma = A' \Gamma + e (w' + \tilde{t} h') \Gamma \quad \dots 1')$$

Note-se que $\dots 1')$ é equivalente a

$$\begin{array}{ccccccc} \Gamma & = & A' \Gamma & + & w' \Gamma & + & \tilde{t} h' \Gamma & + & \mu (w' + \tilde{t} h') \Gamma \\ \downarrow & & \downarrow & & \downarrow & & \downarrow & & \downarrow \\ v & & c_1 & & c_2 & & v & & m \end{array}$$

A equação $\dots 1')$ pode dar-se outra forma

$$\left[\frac{1}{e} I - (1 - A')^{-1} (w' + \tilde{t} h') \right] \Gamma = 0 \quad \dots 2)$$

ou ainda

$$(\lambda I - \mathcal{A}) \Gamma = 0$$

$\dots 2')$

com

$$\lambda = \frac{1}{e}, e$$

$$\mathcal{A} = (1 - A')^{-1} (w' + \tilde{t} h').$$

(1) A questão da conversão de trabalho complexo em trabalho simples foi tratada no 1.2.2 da I Parte (vide Quadro 8).

(2) \tilde{t} é matriz diagonal.

Os teoremas de Perron e Frobenius (BRÓDY (1970; pp. 171-173)), que são susceptíveis de várias formulações, (v.g. WOODS (1978)), mostram que uma matriz não negativa e irreduzível tem apenas um vector positivo que está associado ao valor próprio maximal e positivo.

Ora como a matriz A_0 é irreduzível e não-negativa é possível procurar anualmente⁽¹⁾ o valor próprio maximal (λ), bem como o vector próprio associado, utilizando um método computacional divulgado por VARGA⁽²⁾ (1962; pp.26-34).

Nestes cálculos foi utilizada a matriz (20×20), referente a 1979, tendo omitido o sector 20 (Governo), ao qual corresponde uma fila de zeros na matriz de Leontief, o que tornaria a matriz redutível e impossibilitaria o cálculo de λ e de Γ .

Assim, as remunerações do trabalho no sector 20 são assumidas como redistribuição do excedente social da produção. Isto é devido ao facto de a contribuição do sector 20 para a produção não se encontrar estimada.

Como já foi frisado anteriormente, não é só a produção material que integra valor. Também a produção imaterial geral valor. A dificuldade a ultrapassar no cálculo do valor social é de ordem estatística.

Quanto à estrutura de valor computada para 1979, esta é apresentada no Quadro 9 do 1.2.3. da I Parte.

$$\lambda_{1979} = 0.404192 \iff \mu = 1.474$$

(1) Recorde-se que os dados aqui utilizados são de base anual.

(2) Para o efeito, foi elaborado um programa a fim de se poder utilizar os indispensáveis meios electrónicos de cálculo.

Significa isto que a estimativa do excedente social relativo a 1979 é cerca de 147% do valor do trabalho directo e das amortizações⁽¹⁾.

Concluindo este ponto, é oportuno referir novamente e em conformidade com o organigrama do "Bloco preços", que os preços relativos em termos de valor-trabalho são transformados em preços de troca "ex ante" através da política económica.

A política de rendimentos e preços é utilizada a fim de se corrigirem desequilíbrios "ex post" e tendências não desejadas que conjunturalmente se tenham formado.

A actuação sobre o sistema de preços, mais ou menos eficiente consoante as elasticidades-preço dos objectivos macroeconómicos, poderá constituir um importante sistema de incentivos para o Sector Privado, já que a condução da economia neste sector é indirecta.

1.4. Funcionamento do "Bloco repartição"

Um primeiro aspecto a salientar é a íntima inter-ligação entre o "Bloco preços" e o "Bloco repartição". A transformação dos preços relativos, em termos de valor-trabalho, em preços de troca "ex ante" implica uma redistribuição do rendimento entre trabalho e capital.

-
- (1) No ponto 1.2.3. da I Parte foi chamado a atenção para o facto do excedente social incluir as remunerações dos trabalhadores do sector 20, os quais em 1979 representavam cerca de 13% do "Pessoal ao Serviço Remunerado".
 - (2) Por remuneração do trabalho entende-se aqui o pagamento de salários e ordenados a todos os trabalhadores por conta de outrem nos sectores 1 a 19. Mencionou-se que as remunerações dos trabalhadores do sector 20 (Governo) são tratadas como redistribuição do excedente social, devido a necessidades de ordem estatística.

Num modelo dinâmico como o apresentado nesta dissertação, houve que eleger um critério pragmático de transformação de preços relativos, em termos de valor-trabalho, em preços de troca "ex ante". O critério consistiu em os sectores mais dinâmicos subsidiarem os sectores menos dinâmicos. Assim, num dado ano t , na determinação da produção "ex ante", do ano $t+1$, os preços relativos, em termos de valor-trabalho, do ano t são corrigidos em função das taxas de crescimento sectoriais verificadas do ano $t-1$ para o ano t .

Numa perspectiva de execução e controlo do plano, a política de rendimentos e preços terá que assentar em critérios mais complexos do que os critérios utilizados para fazer "correr" este modelo dinâmico. Aí deverão estar presentes preocupações de estabilização conjuntural.

A repartição pode ainda ser vista numa perspectiva diferente. A repartição, no fundo, traduz-se na afectação de recursos ao consumo lato ou à acumulação. É neste enfoque que foi elaborado o organigrama referente ao "Bloco repartição". Segundo o organigrama, são os objectivos de política económica (Estratégia), que em função do grau de desenvolvimento das forças produtivas, vão determinar a relação entre o "fundo de consumo lato" e o "fundo de acumulação". KALECKI (1970) dá ênfase à contradição que se estabelece, na formulação da política económica, entre as proporções do consumo lato e da acumulação, enunciando a problemática da sua escolha optimal. Este tipo de preocupações foi retomada pelos seus colaboradores (v.g. BRUS and LASKI (1972)).

O organigrama também patenteia uma ligação entre o "Bloco repartição" e o "Bloco procura final".

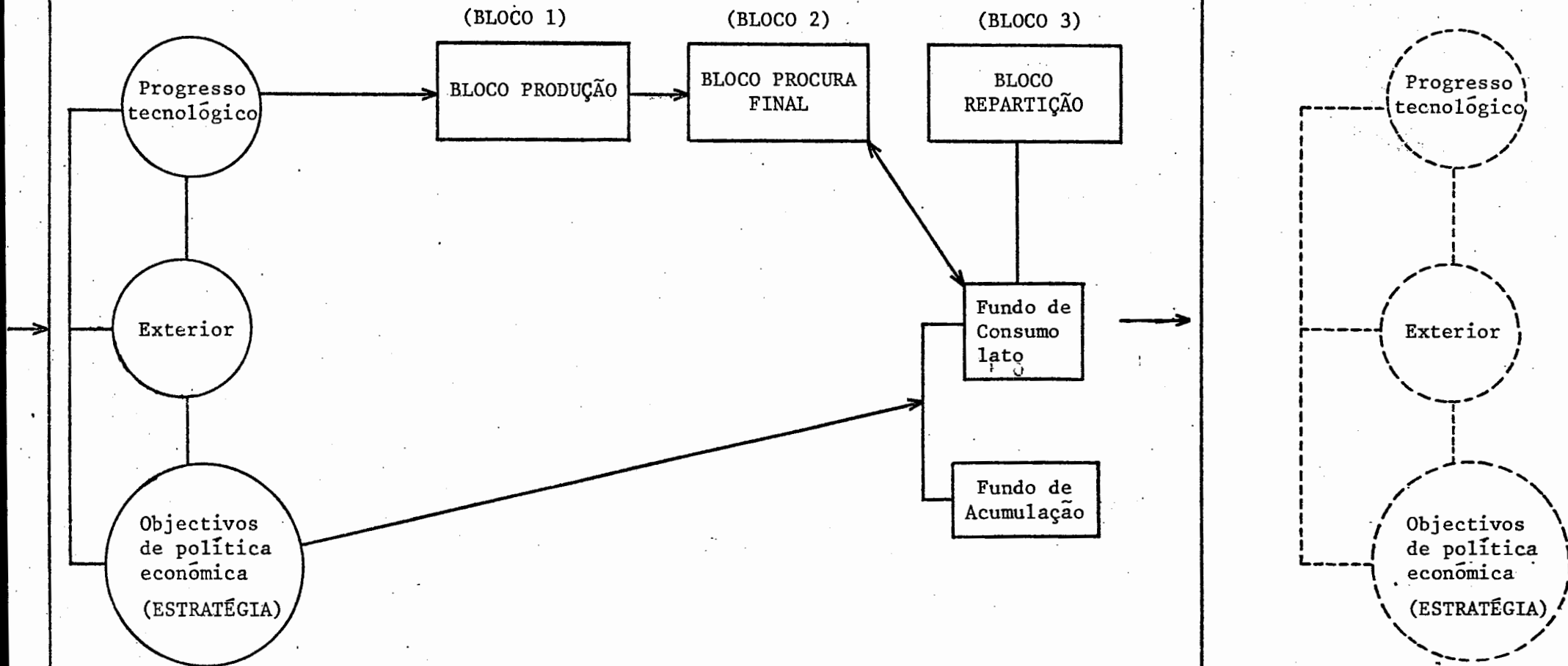
Como será referido na próxima secção, a estrutura do consumo das famílias ("Bloco procura final") é determinada em função da variação do excedente social líquido (L) e das remunerações do trabalho (W), ou seja: o consumo das

ANÁLISE DO BLOCO REPARTIÇÃO

t-1

Ano t

Ano t+1



famílias (C) varia com o rendimento disponível, em função das elasticidades -
- rendimentos das várias classes de consumo.

As remunerações do trabalho (W) são calculadas a partir de hipóteses sobre a taxa de salário e o volume de emprego.

O excedente social líquido (L) é determinado residualmente, conhecido o valor das amortizações (A) e a política de preços ($T_i - S$)⁽¹⁾.

Na formulação das hipóteses sobre as taxas de salário sectoriais, um critério possível consiste na sua aproximação gradual do valor do capital variável (v)⁽²⁾.

Este critério só foi utilizado nos primeiros anos do 'horizonte de planeamento', na medida em que tornava pesado o volume de cálculo. Para os restantes anos do 'horizonte de planeamento' partiu-se da hipótese de taxas de salário fixos, a preços constantes.

1.5. Funcionamento do "Bloco procura final"

A primeira ligação entre o "Bloco procura final" e o "Bloco repartição" é de ordem contabilística, ou seja, o VAB é igual à procura final:

$$VAB_t = W_t + L_t + A_t + (T_i - S)_t$$

$$D_t = C_t + G_t + IB_t + EX_t - IM_t$$

e

$$VAB_t = D_t$$

(1) $VAB = W + L + A + T_i - S$

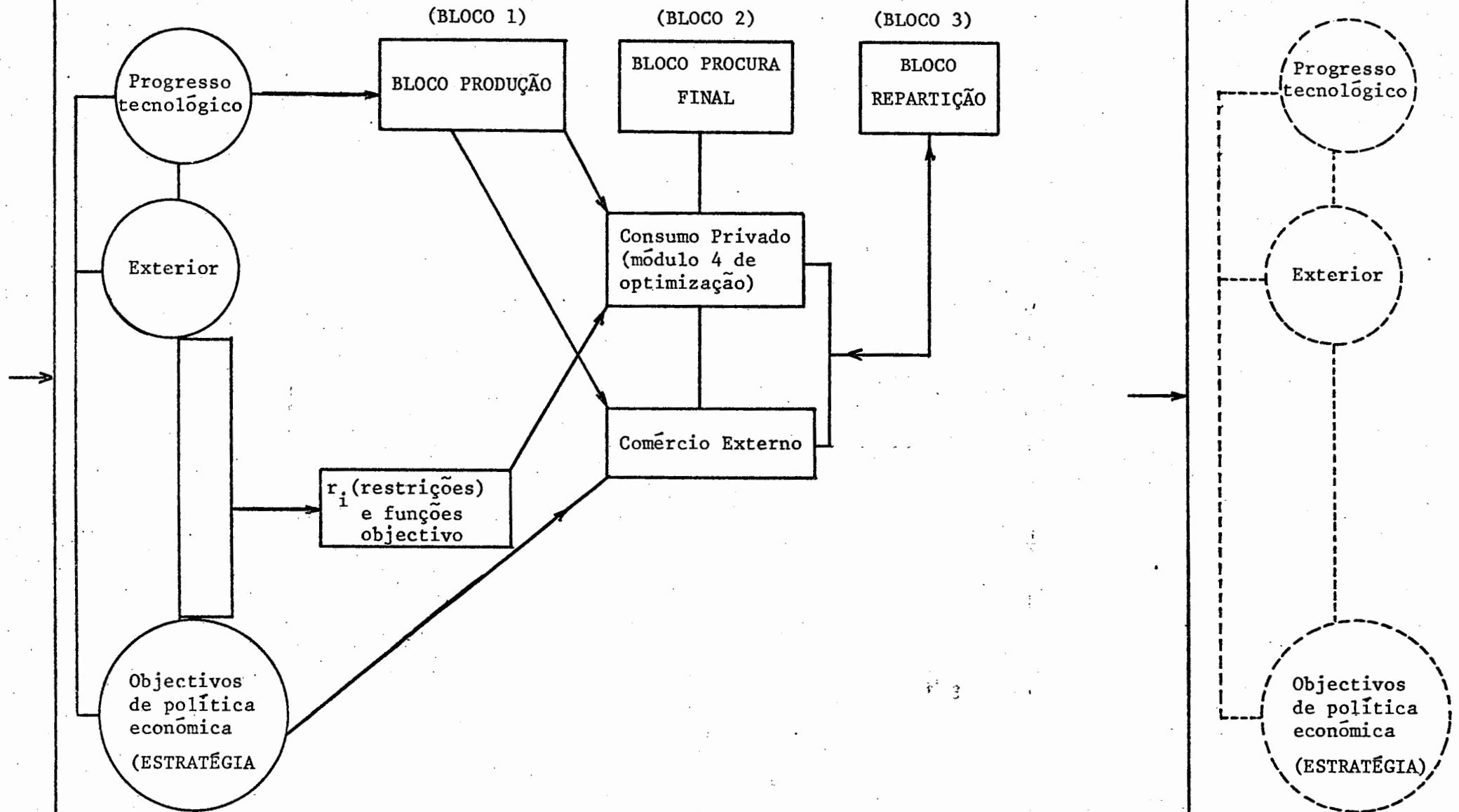
(2) Recorde-se que o valor do capital variável está calculado aproximadamente em termos de trabalho simples.

ANÁLISE DO BLOCO PROCURA FINAL

Ano t-1

Ano t

Ano t+1



Os gastos do Estado (G_t) são exógenos e, por conseguinte, são calculados a partir de um critério simples de proporcionalidade relativamente a um determinado agregado macroeconómico.

Quanto ao investimento bruto (IB_t), este está calculado, sectorialmente, no "Bloco produção". Resta, assim, para determinar, o consumo privado (C_t) e o comércio externo ($EX_t - IM_t$).

O organigrama relativo ao "Bloco procura final" representa as inter-relações referidas.

O consumo privado é determinado pelo "Bloco repartição", dados os limites físicos e técnicos que o "Bloco produção" reflecte e, indirectamente, pelos 'objectivos de política económica (Estratégia)'.

O 'comércio externo' é determinado pela própria "Procura final", pelo "Bloco produção" e pelo "Bloco repartição", tendo por pano de fundo uma determinada 'Estratégia'.

Especificando a determinação do consumo privado, consideraram-se duas hipóteses alternativas para o seu cálculo.

A primeira hipótese, a qual se afigura mais realista e coerente com a condicionante externa 'adesão ao Mercado Comum', consiste em calcular as variações da estrutura do consumo privado em função das variações do rendimento disponível, dadas as elasticidades - rendimento das várias classes de consumo.

Com base nos dados divulgados num estudo de MARTINS e OLIVEIRA (1979), que foram adaptados às necessidades do modelo, procedeu-se ao cálculo atrás referido.

O Quadro 20 representa os valores das elasticidades - rendimento que foram utilizados no modelo.

Quadro 20

(Elasticidades - rendimento do Consumo Privado)

Sectores	Elasticidades
1	0.23075
2	-
3	0.50442
4	1.53115
5	0.85960
6	1.96012
7	1.30975
8	0.92993
9	1.73633
10	2.64141
11	-
12	2.67124
13	3.39192
14	1.99462
15	1.52399
16	2.03185
17	-
18	1.26845
19	1.80675
20	-

Outra via, que não vai aqui ser desenvolvida, consistiria na construção de uma função de utilidade social dos consumos, do tipo

$$U = PX + X'AX,$$

que é, portanto, uma função quadrática, sujeita a determinadas restrições.

Nesta função, X é o vector-coluna dos consumos, P é um vector-linha representando determinadas ponderações dos consumos e A é uma matriz simétrica representando certas ponderações dos consumos obtidos a partir das elasticidades referidas no Quadro 20.

As restrições são as seguintes:

$$\sum_{i=1}^{19} X_i = \bar{X}$$

$$\sum_{i=1}^{19} p_i X_i \leq \bar{p}$$

$$X_{1_t} \leq X_1 \leq (1 + \bar{\lambda}) X_{1_t}$$

... ..

$$X_{j_t} \leq X_j \leq (1 + \bar{\lambda}) X_{j_t}$$

... ..

$$X_{19_t} \leq X_{19} \leq (1 + \bar{\lambda}) X_{19_t}$$

e

$$X_i \geq 0 \quad ; \quad \text{com } (i = 1, 2, \dots, 19).$$

A primeira restrição é uma condição de equilíbrio, expressando que o consumo privado total deve corresponder à soma dos consumos dirigidos aos vários sectores.

A segunda restrição ($\sum_{i=1}^{19} p_i X_i \leq \bar{p}$) atribui um limite superior (\bar{p}) aos custos sociais do consumo, com base numa certa valoração (p_i) dos consumos, como por exemplo o seu custo em divisas.

As condições $X_{j_t} \leq X_j \leq (1 + \bar{\lambda}) X_{j_t}$ são condições técnicas em tudo semelhantes às condições correspondentes do "Bloco produção".

O algoritmo de Lemke⁽¹⁾, (LEMKE (1962)), permite resolver um modelo deste tipo⁽²⁾.

(1) Este algoritmo é divulgado em termos bastante acessíveis e rigorosos por BAZARAA; SHETTY (1979; pp. 438-496).

(2) Desde que previamente haja o cuidado de confirmar que a função é convexa.

Pelos motivos já apontados, as projecções do consumo privado foram feitas com base no primeiro critério.

Quanto ao "Comércio externo", há que distinguir o modo de cálculo das importações da maneira como as exportações foram calculadas. A projecção das importações, com mais rigor, deve ser feita a partir da evolução da produção interna e das possibilidades de substituição de importações⁽¹⁾. Na medida em que um tratamento pormenorizado do 'Comércio externo' estava fora do âmbito desta dissertação, a projecção das importações foi feita utilizando um coeficiente fixo IM/x_1 .

A exportação foi calculada residualmente, pelo que é dominada 'Exportação necessária'.

Um teste de coerência do modelo consistiria em analisar se a 'Exportação necessária' é compatível com a evolução e situação da procura do exterior, ou seja, se existem mercados externos para essas exportações.

No próximo capítulo, que é o capítulo final da dissertação serão apresentadas algumas das principais tendências do desenvolvimento económico português na década de 80 resultantes da consideração simultânea das várias condicionantes e da actuação dos diversos macroagentes em presença.

2. Principais tendências do desenvolvimento económico português na década de 80

No capítulo 4 da II Parte foram explicitadas algumas tendências do crescimento da produção por sectores, formadas na década de 80, como consequência do funcionamento do modelo exposto.

(1) Uma contribuição muito importante neste último domínio é o relatório do GRUPO DE FOMENTO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES do Ministério das Finanças e do Plano.

Na medida em que o modelo é relativamente simplificado, mais do que as grandezas das projecções interessa os ritmos relativos dos vários sectores e dos diversos agregados macroeconómicos.

Assim, foi referido o elevado crescimento relativo de algumas indústrias e serviços, contrastando com um baixo crescimento do sector primário. Todavia, como o modelo comporta vários graus de liberdade (v.g. 'objectivos de política económica (Estratégia)', na segunda parte do 'horizonte de planeamento' poderão surgir modificações resultantes da introdução do modelo de novas hipóteses que alterem as perspectivas de desenvolvimento do sector primário. De qualquer modo, partindo da hipótese da permanência das condicionantes internas e externas que enquadram o modelo, o crescimento do sector primário não será significativo na actual década. Haverá, sim, uma libertação de força de trabalho, como será adiante focado.

Tem interesse desagregar a evolução tendencial da economia por formações económicas. Neste sentido, o Quadro 21 exprime essa evolução.

Um primeiro aspecto a referir é o maior crescimento da produção nos sectores do 'Bloco T'. Isto é devido ao facto de se ter postulado inicialmente um aumento do peso relativo do 'Bloco T' na FBCF.

QUADRO 21

(Crescimento médio anual da produção das principais
formações econômicas)

Sectores Sectores	1979/89		
	Blocos		
	A	B	T
1	-	0.25	7.55
2	-	5.20	21.00
3	-	0.25	7.55
4	-	0.25	0.15
5	-	1.00	7.55
6	-	0.25	7.6
7	-	0.25	7.6
8	0.15	-	6.8
9	8.05	-	-
10	-	6.65	13.9
11	8.95	-	7.55
12	-	4.75	7.55
13	1.20	-	-
14	-	3.75	15.20
15	10.05	-	-
16	-	4.75	0.25
17	-	3.10	7.50
18	0.45	-	15.00
19	-	5.15	15.10

Bloco A - Indicador do S.E.E.

Bloco B - Indicador do Sector Privado nacional

Bloco C - Indicador do Sector Transnacional

Quadro 22
(Percentagem de cada Bloco na FBCF) ⁽¹⁾
(%)

Anos	Blocos		
	A	B	T
1979	33.52	64.340	2.140
1980	33.52	64.201	2.279
1981	33.52	64.062	2.418
1982	33.52	63.923	2.557
1983	33.52	63.784	2.696
1984	33.52	63.645	2.835
1985	33.52	63.506	2.974
1986	33.52	63 367	3.113
1987	33.52	63 228	3.252
1988	33.52	63.089	3.391
1989	33.52	62.950	3.530

Por outro lado, no "Bloco A", o crescimento é mais elevado nos 'Serviços' (sector 15), 'Metalúrgica de base' (sector 11), que compreende as indústrias do ferro e aço, bem como de metais não ferrosos, e 'Derivados do petróleo e do carvão' (sector 9).

Quanto ao "Bloco B", os serviços (sectores 16 e 19), os 'Produtos minerais não metálicos' (sector 10), que integra as indústrias de cimento, vidros e artigos de vidro e outros minerais não metálicos, as 'Extrativas' (sector 2) e os 'Produtos metálicos, máquinas e material de transporte', (sector 12) têm um crescimento tendencial superior ao médio.

No Sector Transnacional as tendências de crescimento "ex ante" afiguram-se maiores nas 'Extractivas' (sector 2), 'Serviços (sector 18 e 19), 'Trans

(1) Conforme foi anteriormente referido, postula-se a manutenção das proporções dos Sectores Público e Privado na FBCF, bem como um aumento do peso relativo do Sector Transnacional.

formadoras diversas' (sector 14) e nos 'Produtos minerais não metálicos' (sector 10).

A evolução do emprego é projectada a partir da evolução da produção, dadas as hipóteses formuladas sobre a produtividade média.

Quadro 23

(Taxas de variação anual da procura
de força de trabalho)

1979/89

(%)

Sectores	a)	b)
1	-	- 1.10
2	+ 5.15	
3	-	- 1.10
4	-	- 1.10
5	-	- 0.15
6	-	- 1.05
7	-	- 1.05
8	-	- 0.20
9	+ 6.90	-
10	+ 6.75	-
11	+ 7.35	-
12	+ 4.30	-
13	-	+ 0.10
14	+ 3.15	-
15	+ 8.75	-
16	+ 4.30	-
17	-	+ 2.35
18	-	- 0.60
19	+ 5.30	-
20	+ 2.55	-

a) sectores de atracção de força de trabalho

b) sectores libertadores de força de trabalho

O Quadro 24 apresenta as projecções elaboradas pelo Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho relativamente à população activa, bem como as projecções, com base no modelo, da população activa com profissão. Postulando que o contingente relativo ao serviço militar obrigatório permanece constante, o volume do desemprego relativo a 1989 é calculado residualmente.

No primeiro quinquénio utilizou-se uma taxa de crescimento anual da produtividade média⁽¹⁾ de 1%, enquanto que para o segundo período do quinquénio foi postulada uma taxa média de 15%.

O Quadro 23 apresenta as projecções do emprego por sectores.

As evoluções, a um nível sectorial, patenteadas por este Quadro, permitem distinguir os sectores libertadores de força de trabalho dos sectores de atracção de força de trabalho, pelo menos em termos tendenciais. Constatam-se, deste modo, duas categorias de sectores:

- a) Sectores cuja procura de força de trabalho crescerá mais do que a média (+2.55%)
- b) Sectores cuja procura de força de trabalho crescerá menos do que a média, ou decrescerá.

É, assim, necessário que os sectores mais dinâmicos da economia (coluna a)) consigam captar a força de trabalho liberta, em termos relativos ou absolutos, pelos sectores menos dinâmicos (coluna b)).

Partiu-se da hipótese que o Sector Público (sector 20) aumentaria o número de postos de trabalho no sector, à taxa média do resto da economia (+2.55%) ao ano). Mesmo partindo da hipótese de que haverá uma melhoria nas

(1) Esta taxa foi utilizada indistintamente nos 19 Sectores. Uma diferenciação desta taxa exige um estudo multi-disciplinar e inter-departamental.

formas de organização deste sector, que se traduzirá numa maior eficiência so
cial, o desenvolvimento da função planeamento levará, a longo prazo, ao aumen
to da procura da força de trabalho por parte do Sector Público.

Quadro 24
(projecção da População Activa, por componentes)

Milhares

Anos	População Activa	População Activa com profissão	Desemprego	Serviço militar obrigatório
1979	3683.5 (3)	3143.5 (4)	483.0 (2)	57.0 (4)
1989	4207.7 (3)	4043.5 (1)	107.2	57.0

(1) projecção com base no modelo

(2) "Estimativa do Desemprego Global" - Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho (in Situação Sócio Económica nº 9 - Setembro de 1980 - Centro de Estudos de Planeamento).

(3) RAMOS; ABECASSIS (1979). (Hipótese "alta").

(4) RAMOS; ABECASSIS (1980)

Como já foi salientado noutro contexto, faz mais sentido a análise das tendências do que a dos níveis das variáveis. Nestes termos o Quadro 24 expres
sa que o normal funcionamento do modelo constitucional aqui apresentado leva,
a longo prazo, à atenuação do desemprego.

Sobre a evolução do consumo, o Quadro 20, apresentando as elasticidade
des - rendimento das várias classes de consumo, constitui um indicador daquela
evolução.

Quanto ao comércio externo, a análise da evolução das suas componentes
carece de um estudo especializado e detalhado, que constitui um estudo a
ser desenvolvido a longo prazo. As importações foram aqui consideradas propor
cionais à produção interna, como foi referido no 1.5 da II Parte, sendo re

sidual o cálculo da 'Exportação necessária'. O estudo do desenvolvimento dos mercados externos constituirá um teste de coerência do modelo, devendo-se proceder iterativamente a correcções necessárias⁽¹⁾, conforme for sendo conhecido ou previsto o comportamento desses mercados..

(1) Isto exige uma utilização de meios electrónicos de cálculo.

IV. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABDEL-FADIL, M. - La planification des prix en économie socialiste (PUF 1975)
- ALVES, S. - As nacionalizações e a adesão à CEE (in EC-Economia nº 21 (Junho/Julho de 1979)).
- AMSELLE, J-L - Économie souterraine économie sans mystère (Le Monde Diplomatique - Décembre 1980).
- ANTOLA, E. - The European Community and Africa: a neo-colonial model of development - Peace and the Sciences, published by the International Institute for Peace - Vienna (1976).
- BANCO EXTERIOR DE ESPAÑA - La economía de la comunidad económica europea - Madrid, Marzo de 1979).
- BANCO EXTERIOR DE ESPAÑA - Economía latino-americana (Madrid, 1979).
- BANCO TOTTA e AÇORES - O acordo entre Portugal e o Mercado Comum (Lisboa, Novembro de 1972).
- BANCO TOTTA e AÇORES - As negociações Portugal - CEE (Boletim Informativo nº 80 Setembro de 1979).
- BAZARAA, S.M.; SHETTY, C.M. - Nonlinear Programming - Theory and Algorithms (John Wiley - 1979).
- BENETTI, C. - Valeur et répartition (Maspero 1975).

BENTO, T.; DIAS, A.M.;

FERREIRA, D.; GARRIDO, C. - A transmissão dos impulsos conjunturais à economia portuguesa (1968-1975) (Centro de Estudos de Planeamento, 1977).

BENTO, T.; GARRIDO, C.;

MIRANDA, A. - Séries cronológicas básicas do comércio externo português (1972-1977) (Centro de Estudos de Planeamento, 1978).

BENTO, T.; GARRIDO, C.;

MIRANDA, A. - (IMPOREX-modelo econométrico de revisão conjuntural do comércio externo português - Relatório da versão preliminar - Centro de Estudos de Planeamento, Outubro de 1979).

BENTO, T.; GARRIDO, C.;

MIRANDA, A. - Séries cronológicas básicas do comércio externo (Importações - Séries trimestrais (Centro de Estudos de Planeamento, Janeiro de 1981).

BERRI, L. (redactor) - Planification de la economia socialista (El Socialismo Hoy - Ed Progreso, 1977).

BETTELHEIM, C. - Cálculo económico e formas de propriedade (Universidade Moderna nº 30 - Publicações D. Quixote, 1972).

BRÓDY, A. - Proportions, Prices, and Planning (Akademiai Kiadó - Budapest, 1970).

BRUS, M.; LASKI, K. - Problems in the Theory of Growth under Socialism (in Socialist Economics - Penguin Modern Economics Readings, 1972).

BULETIM Nº 3 DA CEE - Demande d'adhésion du Portugal aux Communautés (1977).

BULETIM Nº 5 DA CEE - Avis de la Commission et décision du Conseil (1978).

BULETIM Nº 10 DA CEE - Portugal: ouverture des négociations pour l'adhésion (1978).

- CAL, V. - Integração económica e estrutura produtiva (in EC-Economia, nº 21, Junho/Julho de 1979).

- CARDOSO, L. - Luta pela Reforma Agrária - 2.^a Edição (Diabril - Colecção "Teoria e Prática", Janeiro de 1977).

- CARROLA, L. - A diversificação das relações económicas externas, condição de independência, imperativo económico (in EC-Economia, nº 21, Junho/Julho de 1979).

- CARVALHO, F. - A questão da energia na CEE (in EC-Economia, nº 21, Junho/Julho de 1979).

- CASTRO, J. - O Sector Nacionalizado e o comércio externo (comunicação à Conferência promovida pelo PCP "As nacionalizações - de fesa e dinamização" - Edições Avante, Lisboa, 1978).

- CAVALHEIRO, A. - As perspectivas da adesão de Portugal ao Mercado Comum - o problema do emprego (in EC-Economia, nº 21, Junho/Julho de 1979).

- C.E.E. - Traité instituant la Comonunauté économique européenne (1973).

- CEE (Commission) - Perspectives d'évolution structurelle pour la Communauté économique européenne dans les années 80 (Direction Générale des Affaires Économiques et Financières - Bruxelles, Décembre de 1979).

- CEREXHE, E. - Implicações institucionais do alargamento das Comunidades europeias (comunicação à Conferência Internacional sobre Portugal e o alargamento das Comunidades europeias, Lisboa - Gulbenkian, Janeiro de 1980).

CLERC, D. - Marché Commun et division internationale du travail (in "Critique Socialiste" nº 34, Mars de 1979) - reproduzido em "Problèmes Economiques nº 1643 de 17 de Outubro de 1979).

COHON and MARKS - A Review and Evaluation of Multiobjective Programming Techniques (in Water Resources Research - Vol. II, nº 2, April, 1975).

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

PORTUGUESA - Imprensa Nacional/Casa da Moeda (Lisboa, 1976),

CRUZ, A. - Consequências da adesão à CEE para a siderurgia nacional (in EC-Economia, nº 29, de Fevereiro/Março de 1976).

CSAKI, C; JONAS, A.;

MESZAROS, S. - Modelling of centrally planned food and agricultural systems: a framework for a national policy model for the hungarian food and agriculture sector (International Institute for applied Systems Analysis - Laxenburg - Austria, March, 1978).

CSIKÓS-NAGY, B. - Socialist Price Theory and Price Policy (Akademiai Kiadó, Budapest, 1976).

CSIKÓS-NAGY, B. - Towards a New Price Revolution (Akademiai Kiadó, Budapest, 1979).

CUNHA, P.P. - O sistema económico português e a adesão ao Mercado Comum (comunicação à Conferência Internacional sobre Portugal e o alargamento das Comunidades europeias, Lisboa - Gulbenkian, Janeiro de 1980).

DANTZIG, G.B.; WOLFE, P. - The Decomposition Algorithm for Linear Programs. (Econometria, nº 4, vol. 29, October, 1961).

DEPARTAMENTO CENTRAL

DE PLANEAMENTO - Plano para 1977 (Novembro de 1976).

- DOBB, M. - Theories of Value since Adam Smith - Ideology and Economic Theory (Cambridge University Press, 1973).
- DRECIN, J. - Technological Progress and Economic Growth - Acta Oeconomica, Vol. 17 (2) pp. 111-122 (1976).
- EC - ECONOMIA - O que é o plano siderúrgico nacional (in EC-Economia, nº 20, de Abril/Maio de 1979).
- EMPRESA GERAL DE FOMENTO - Sectores Prioritários para o Investimento Estrangeiro (sem data).
- FEDORENKO, N.P. - Optimal Functioning System for a Socialist Economy (Ed. Progress - Socialism Today - Moscow, 1974).
- FELDESTEIN, M.S.;
ROTHSCHILD, M. - Towards an Economic Theory of Replacement Investment (in Econometrica, vol. (42), number (3), May 1974, pp. 393 - 424).
- FERNANDES, B.H. - A Comunidade Económica Europeia e a economia portuguesa (in EC-Economia nº 22, de Agosto/Setembro, 1979).
- FERREIRA, J.F.V. - A agricultura portuguesa e a integração na CEE (in EC-Economia nº 19, Fevereiro/Março de 1979).
- FERREIRA, M. - Que integração para a indústria? (in EC-Economia nº 19, Fevereiro/Março de 1979).
- FERREIRA, V. - Consequências da política agrícola comum sobre as nossas produções, exportações e importações (in EC-Economia nº 21, Junho/Julho de 1979).
- FERREIRA, R.D. - Construção e obras públicas e a integração de Portugal na CEE (in EC-Economia nº 22, Agosto/Setembro, 1979).

- FIGUEIREDO, A. - Breve história do PSN (in EC-Economia nº 20, Abril/Maio de 1979).
- FOLDI, T. (Editor) - Economic Development and Planning - Selected Studies (Akademiai Kiadó, Budapest, 1973).
- FREE UNIVERSITY OF
AMSTERDAM (DPT. OF ECONOMICS) - Multiobjective Programming Techniques: paper presented at a meeting of the World University (Research Memorandum nº 69), Karkow, August, 1977).
- FUNDO DE FOMENTO
DA EXPORTAÇÃO - Incentivos à exportação nacional (Serviço de Regulações Administrativas, Outubro, de 1979).
- FURTADO, C. - O mito do desenvolvimento econômico (Paz & Terra, Rio de Janeiro, 1974).
- FURTADO, C. - Prefácio à nova economia política (Paz & Terra, Rio de Janeiro, 1976).
- GABINETE DE ESTUDO
PLANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO (MINISTÉRIO DO TRABALHO) - Nacionalizações e outras intervenções (até Setembro de 1975) - Representatividade Sectorial do número de empresas e do pessoal abrangido (Série "Relatório e análises" 3) (sem data).
- GADÓ, O. (Editor) - Reform of the Economic Mechanism in Hungary Development (1968-71) (Akademiai Kiadó, Budapest, 1972).
- GARRIDO, C. - Estabelecimento de um indicador de alerta para o plano (produção industrial) - Conjuntura Econômica nº 31, do Centro de Estudos de Planeamento, Maio de 1977).
- GARRIDO, C. - Uma nota sobre a evolução da repartição nas fases do ciclo (Estudos de Economia nº 1, I.S.E., Dezembro de 1980).

- G.E.B.E.I. - Sistema de matrizes (60 x 60) - 1974 (Fevereiro de 1978).
- GERVÁSIO, A. - A reforma agrária (comunicação à Conferência promovida pelo PCP "A saída da crise" - Edições Avante - Colecção Conferência Económica, Lisboa, 1977).
- GONÇALVES, A. - O Sector Nacionalizado e a integração na CEE (Comunicação à Conferência promovida pelo PCP "Asaída da crise" Edições Avante, Colecção Conferência Económica, Lisboa, 1977).
- GRUPO DE FOMENTO DE
SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES (Ministério das Finanças e do Plano) - Relatório.
- IMPrensa NACIONAL/CASA DA MOEDA - Portugal e as Comunidades europeias (Texto dos acordos com a CEE e com a CECA).
- IMPrensa NACIONAL/CASA DA MOEDA - Portugal e as Comunidades europeias (Manual explicativo dos acordos com a CEE e com a CECA).
- INSTITUTO DO INVESTIMENTO
ESTRANGEIRO - Economic Trends Report.
- INTRNATIONAL INVESTIMENT BANK - International Investment Bank in 1977 -
- Moscow, 1978.
- KALDOR, N. - Essays on Value and Distribution (Duckworth, 1960).
- KALDOR, N.; MIRRLEES - Growth Model with Induced Thchnical Progress (in Growth Economics - Penguin Modern Economics Reading, 1974).
- KALECKI, M. - Théorie de la croissance en économie socialiste (éditions Sirey, 1970).

- KANTOROVICH, L.V. - Mathematical Formulation of the Problem of Optimal Planning (extratos da obra "The Best Use of Economic Resources", Pergamon Press, Moscow, 1959, publicado em "Socialist Economics", Alec Nove & D.M. Nuti, Penguin Modern Economics Readings, 1974).
- KORNAI, J. - Mathematical Planning of Structural Decisions (North Holland Publishing Company, 1967).
- KORNAI, J. - Rush Versus Harmonic Growth (North Holland Publishing Company, 1972).
- KORNAI-LIPITAK - Two - Level Planning (Econometrica nº 1, Vol. 33, Jan. 1965).
- KREDIETBANK - Vers une Communauté européenne plus large (Bulletin hebdomadaire de la Kredietbank - Bruxelles, 2-7-77 - in Problèmes Économiques nº 1547, Novembro, 1977).
- LANGE, O. - A economia nas sociedades modernas (Prelo, 1971).
- LEMKE, C.E. - A Method of Solution for Quadratic Programs (Management Science - Volume 8, July, 1962).
- LEMKE, C.E. - Bimatrix Equilibrium Points and Mathematical Programming (management Science - Volume 11, nº 7, May, 1965).
- LOBÃO, A.C.; SILVA, F.C.
e ESTÁCIO F. - Política agrícola e integração na CEE (comunicação à II Conferência Internacional sobre Economia portuguesa, Gulbenkian, 1979).
- LOPES, S. - "Portugal Hoje" de 9 de Abril de 1980.
- MACEDO, J.B. - A balança de pagamentos e a política monetária portuguesa (comunicação à conferência Internacional sobre Portugal e o alargamento das comunidades europeias - Gulbenkian, Janeiro, 1980).

- MARTINS, A.; OLIVEIRA, V. - O consumo privado em Portugal/modelos e projecções (G.E.B.E.I. (1979)).
- MATOS, J.R. - A indústria em Portugal e o Mercado Comum (comunicação, sem data, apresentada ao Congresso da Ordem dos Engenheiros).
- MAYER, J. - La régionalisation des politiques d'emploi en Europe Occidentale (Revue Internationale du travail, Genève, 1979 - reproduzido em "Problèmes Économiques nº 1643, de 17/10/1979).
- MENDES, J. - A adesão de Portugal à CEE e a política aduaneira (in EC-Economia nº 22).
- MINC, B. - A economia política do socialismo (Editorial Presença, 1977).
- MIRANDA, J. - A Constituição Portuguesa e o ingresso nas Comunidades europeias (comunicação à Conferência Internacional sobre Portugal e o alargamento das Comunidades europeias, Gulbenkian, Janeiro, 1980).
- MORAIS, F. - Portugal perante a "selva" do Mercado Comum (in EC-Economia nº 19, Fevereiro/Março, 1979).
- MOURA, R. - "Crise da energia", energia nuclear e eventual adesão de Portugal à CEE (in EC-Economia nº 21, Junho/Julho, 1979).
- NEMCHINOV, V. - Basic Elements of a Model of Planning Price Formation (artigo de 1963, publicado em "Socialist Economics", Alec Nove & D.M. Nuti, Penguin Modern Economics Readings, 1974).
- NOVOZHILOV, V.V. - Problems of Planned Pricing and the Reform of Industrial Management (artigo de 1966, publicado em "Socialist Economics", Alec Nove & D.M. Nuti, Penguin Modern Economics Readings, 1974).

- ORDAZ, P. - As políticas que afectam os movimentos de capitais (comunicação à Conferência Internacional sobre Portugal e o alargamento das Comunidades europeias, Gulbenkian, Janeiro, 1980).
- PAIVA, V. - Desenvolvimento da agricultura no centro e no norte (comunicação à Conferência promovida pelo PCP "As nacionalizações - defesa e dinamização" - Edições Avante, Lisboa, 1978).
- Pires, M. - Consequências no plano aduaneiro da integração de Portugal na CEE (in EC-Economia nº 19, Fevereiro/Março, 1979).
- PORTUGAL-HOJE - "Para os empresários brasileiros" (9 de Abril de 1980).
- PORTUGAL SOCIALISTA - Dez anos para mudar Portugal (nº 138, Dezembro, 1978).
- RAMIRES, A. - "Os fundos" (in EC-Economia nº 21, Junho/Julho, 1979).
- RAMOS, B.; ABECASSIS, M.M. - Projectão da População Activa do Continente até 1990 (Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho - Série Estudos nº 37).
- RAMOS, B.; ABECASSIS, M.M. - Estudo sobre o nível de emprego sectorial (Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho - Série Estudos nº 39).
- RAPAZ, V. - Um panorama da teoria monetária pós-keynesiana (Revista de Economia, Separata do Volume II/nº 2, Maio, 1978).
- RAPAZ, V. - Os movimentos de capitais e a adesão de Portugal às Comunidades Europeias (comunicação à Conferência Internacional sobre Portugal e o alargamento das Comunidades Europeias, Gulbenkian, 1980).

- RAPAZ, V. - Colóquio subordinado ao tema: "O Sistema Monetário Europeu e o escudo" (CEDEP do Instituto Superior de Economia, Fevereiro, 1980). (Intervenção que não foi objecto de publicação).
- RATO, S. - A integração de Portugal na CEE - consequências no sector petrolífero (in EC-Economia nº 21, Junho/Julho, 1979).
- REVISTA DE ECONOMIA - Resolução do Conselho da Europa relativa à criação de um Sistema Monetário Europeu (nº 1, 1979).
- RIBEIRO, S. - O Mercado Comum - a integração e Portugal (2.^a Edição, Editorial Estampa - Lisboa, 1973).
- RIBEIRO, S. - A crise siderúrgica na CEE e o PSN (in EC-Economia nº 20, Abril/Maio, 1979).
- RIBEIRO, S. - Colóquio subordinado ao tema: "A determinação da produção na hipótese de adesão à CEE (CEDEP do Instituto Superior de Economia, Janeiro, 1980). (Intervenção que não foi objecto de publicação).
- SALGUEIRO, J. - Portugal como região periférica da Europa (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento - Seminário internacional sobre o desenvolvimento económico português num contexto internacional de mudança, Dezembro, 1979).
- SANTOS, A. - "Ocupação" da Zona Económica Exclusiva Portuguesa pelo Zona pesqueira do Mercado Comum: - que opções para as pescas nacionais? (in EC-Economia nº 21, Junho/Julho, 1979).
- SANTOS, A.R. - A adesão à CEE e os nossos problemas de emprego (in EC-Economia nº 19, Fevereiro/Março, 1979).
- SCHWARTZ - As políticas que afectam os movimentos de capitais (comunicação à Conferência Internacional sobre Portugal e o alargamento das Comunidades Europeias, Gulbenkian, Janeiro, 1980).

V. ANEXOS

ANEXO 1⁽¹⁾ - Correspondência entre a matriz (20×20)
e a matriz (60×60)

Ramos das Matrizes (20×20)	Ramos das Matrizes (60×60)
01-AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA E PESCA	01
	02
	03
	04
02-EXTRACTIVAS	05
	06
03-ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS E TABACOS	07
	08
	09
	10
	11
	12
	13
	14
04-TÊXTEIS	15
	16
	17
05-VESTUÁRIO, CALÇADO E CURTUMES	18
	19
	20
06-MADEIRA E CORTIÇA	21
	22
	23

(1) FONTE: Informação prestada pelo G.E.B.E.I.

(Continuação)

Ramos das Matrizes (20×20)	Ramos das Matrizes (60×60)
07-PASTA E PAPEL	24 25
08-QUÍMICAS	27 29 30 31 32 33
09-DERIVADOS DO PETRÓLEOS E DO CARVÃO	34
10-PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	35 36 37
11-METALÚRGICA DE BASE	38 39
12-PRODUTOS METÁLICOS, MÁQUI- NAS E MATERIAL DE TRANS- PORTE	40 41 42 44
13-CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL	43
14-TRANSFORMADORAS DIVERSAS	26 28 45

(Continua)

(Continuação)

Ramos das Matrizes (20x20)	Ramos das Matrizes (60x60)
15-ELECTRICIDADE, GÁS E ÁGUA	47
	48
	49
16-CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS	46
17-COMÉRCIO	50
18-TRANSPORTES E COMUNICA ÇÕES	51
	52
	53
	54
19-OUTROS SERVIÇOS	55
	56
	57
	58
	59
20-GOVERNO	60

ANEXO 2 - Relação dos Sectores da matriz 60x60

R A M O S	
01 AGRICULTURA	31 ÓLEOS NÃO ALIMENTARES
02 SILVICULTURA	32 TINTAS VERNIZES E LACAS
03 PECUÁRIA	33 PROD. QUÍMICAS DIVERSOS
04 PESCA E CONSERVA PEIXE	34 DERIV. PETRÓLEO E CARVÃO
05 EXT PET CARVA MIN MET	35 VIDRO E ARTIGOS
06 EXT MINERAIS NÃO MET.	36 CIMENTO
07 CARNE E CONSERVAS CARNE	37 OUTROS MINERAIS NÃO MET.
08 LACTICINIOS	38 IND. FERRO E AÇO
09 CONSERVAS DE FRUTOS	39 IND. METAIS NÃO FERROSOS
10 ÓLEOS ALIMENTARES	40 PRODUTOS METÁLICOS
11 ALIMENTOS PARA ANIMAIS	41 MÁQUINAS EX ELÉCTRICAS
12 OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES	42 MÁQ. E MAT. ELÉCTRICO
13 BEBIDAS	43 CONST. E REPARAÇÃO NAVAL
14 TABACOS	44 MAT. DE TRANSPORTE
15 TEXTIL LÃ E MISTOS	45 TRANSFORMADORAS DIVERSAS
16 TEXTIL ALGODÃO E MISTOS	46 CONST. CIVIL E OBRAS PÚBLICAS
17 TEXTIL FIBRAS DÚRAS	47 ELECTRICIDADE
18 VESTUÁRIO	48 GÁS
19 CALÇADO	49 ÁGUA E SANEAMENTO
20 CURTUMES E CORTE DE PELO	50 COMÉRCIO
21 MADEIRA	51 TRANSP. RODOV. E. FERROV.
22 CORTIÇA	52 TRANSP. MARIT. E FLUVIAIS
23 MOBILIÁRIO E COLCHOARIA	53 TRANSPORTES AÉREOS
24 PASTA PARA PAPEL	54 COMUNICAÇÕES
25 PAPEL CARTÃO E ARTIGOS	55 HORECA
26 TIPOGRAFIA E EDITORIAIS	56 SERVIÇOS EDUCAÇÃO SAÚDE
27 BORRACHA E ARTIGOS	57 SERVIÇOS HABITAÇÃO
28 ARTIGOS MAT PLÁSTICAS	58 SERVIÇOS DIVERSOS
29 PROD. QUÍMICOS DE BASE	59 BANCOS SEG OP S/IMÓVEIS
30 RESINOSOS	60 GOVERNO

V. ANEXOS

ANEXO 1⁽¹⁾ - Correspondência entre a matriz (20×20)
e a matriz (60×60)

Ramos das Matrizes (20×20)	Ramos das Matrizes (60×60)
01-AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA E PESCA	01
	02
	03
	04
02-EXTRACTIVAS	05
	06
03-ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS E TABACOS	07
	08
	09
	10
	11
	12
	13
	14
04-TÊXTEIS	15
	16
	17
05-VESTUÁRIO, CALÇADO E CURTUMES	18
	19
	20
06-MADEIRA E CORTIÇA	21
	22
	23

(1) FONTE: Informação prestada pelo G.E.B.E.I.

(Continuação)

Ramos das Matrizes (20×20)	Ramos das Matrizes (60×60)
07-PASTA E PAPEL	24 25
08-QUÍMICAS	27 29 30 31 32 33
09-DERIVADOS DO PETRÓLEOS E DO CARVÃO	34
10-PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	35 36 37
11-METALÚRGICA DE BASE	38 39
12-PRODUTOS METÁLICOS, MÁQUI- NAS E MATERIAL DE TRANS- PORTE	40 41 42 44
13-CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL	43
14-TRANSFORMADORAS DIVERSAS	26 28 45

(Continua)

(Continuação)

Ramos das Matrizes (20x20)	Ramos das Matrizes (60x60)
15-ELECTRICIDADE, GÁS E ÁGUA	47
	48
	49
16-CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS	46
17-COMÉRCIO	50
18-TRANSPORTES E COMUNICA ÇÕES	51
	52
	53
	54
19-OUTROS SERVIÇOS	55
	56
	57
	58
	59
20-GOVERNO	60

ANEXO 2 - Relação dos Sectores da matriz 60x60

R A M O S	
01 AGRICULTURA	31 ÓLEOS NÃO ALIMENTARES
02 SILVICULTURA	32 TINTAS VERNIZES E LACAS
03 PECUÁRIA	33 PROD. QUÍMICAS DIVERSOS
04 PESCA E CONSERVA PEIXE	34 DERIV. PETRÓLEO E CARVÃO
05 EXT PET CARVA MIN MET	35 VIDRO E ARTIGOS
06 EXT MINERAIS NÃO MET.	36 CIMENTO
07 CARNE E CONSERVAS CARNE	37 OUTROS MINERAIS NÃO MET.
08 LACTICINIOS	38 IND. FERRO E AÇO
09 CONSERVAS DE FRUTOS	39 IND. METAIS NÃO FERROSOS
10 ÓLEOS ALIMENTARES	40 PRODUTOS METÁLICOS
11 ALIMENTOS PARA ANIMAIS	41 MÁQUINAS EX ELÉCTRICAS
12 OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES	42 MÁQ. E MAT. ELÉCTRICO
13 BEBIDAS	43 CONST. E REPARAÇÃO NAVAL
14 TABACOS	44 MAT. DE TRANSPORTE
15 TEXTIL LÃ E MISTOS	45 TRANSFORMADORAS DIVERSAS
16 TEXTIL ALGODÃO E MISTOS	46 CONST. CIVIL E OBRAS PÚBLICAS
17 TEXTIL FIBRAS DÚRAS	47 ELECTRICIDADE
18 VESTUÁRIO	48 GÁS
19 CALÇADO	49 ÁGUA E SANEAMENTO
20 CURTUMES E CORTE DE PELO	50 COMÉRCIO
21 MADEIRA	51 TRANSP. RODOV. E. FERROV.
22 CORTIÇA	52 TRANSP. MARIT. E FLUVIAIS
23 MOBILIÁRIO E COLCHOARIA	53 TRANSPORTES AÉREOS
24 PASTA PARA PAPEL	54 COMUNICAÇÕES
25 PAPEL CARTÃO E ARTIGOS	55 HORECA
26 TIPOGRAFIA E EDITORIAIS	56 SERVIÇOS EDUCAÇÃO SAÚDE
27 BORRACHA E ARTIGOS	57 SERVIÇOS HABITAÇÃO
28 ARTIGOS MAT PLÁSTICAS	58 SERVIÇOS DIVERSOS
29 PROD. QUÍMICOS DE BASE	59 BANCOS SEG OP S/IMÓVEIS
30 RESINOSOS	60 GOVERNO